

A decorative white floral border with intricate scrollwork and leaf patterns frames the central text area.

MULHERES E LETRAS

Representações femininas em revistas
e romances das décadas de 1960 e 1970

Ilane Ferreira Cavalcante

Ilane Ferreira Cavalcante

MULHERES E LETRAS

Representações femininas em revistas e romances
das décadas de 1960 e 1970

IFRN

2011

Presidenta da República **Dilma Rousseff**
Ministro da Educação **Fernando Haddad**
Secretário de Educação Profissional
e Tecnológica **Eliezer Moreira Pacheco**

**Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia
do Rio Grande do Norte**

Reitor **Belchior de Oliveira Rocha**
Pró-Reitor de Pesquisa e Inovação **José Yvan Pereira Leite**
Coordenador da Editora do IFRN **Paulo Pereira da Silva**
Conselho Editorial **Samir Cristino de Souza (Presidente)**
André Luiz Calado de Araújo
Dante Henrique Moura
Jerônimo Pereira dos Santos
José Yvan Pereira Leite
Valdenildo Pedro da Silva

Todos os direitos reservados

Divisão de Serviços Técnicos. Catalogação da publicação na fonte.
Biblioteca Sebastião Fernandes (BSF) – IFRN

C377m Cavalcante, Ilane Ferreira.

Mulheres e letras : representações femininas em revistas e romances das décadas de 1960 e 1970 / Ilane Ferreira Cavalcante. – Natal : IFRN, 2011.

155p. : il.

ISBN 978-85-8161-010-8

1. Mulheres - História. 2. Mulher – Análise. 3. Mulher – Fontes de pesquisa. 4. Imprensa feminina. I. Título.

CDU 305-055.2

EDITORAÇÃO, DIAGRAMAÇÃO E CAPA

Charles Bamam Medeiros de Souza

CONTATOS

Editora do IFRN

Rua Dr. Nilo Bezerra Ramalho, 1692, Tirol. CEP: 59015-300

Natal-RN. Fone: (84) 4005-0763

Email: editora@ifrn.edu.br

Agradecimentos

Por não poder listar todos os que me ouviram e atenderam ao longo do desenvolvimento deste trabalho, deixo, aqui, um agradecimento geral, ressaltando os seguintes nomes:

Prof.^a Dr.^a Maria Arisnete Câmara de Moraes, minha orientadora, que com sua experiência, amizade e firmeza, me manteve atenta ao propósito de concluir este trabalho.

Aos meus familiares que, por tantas vezes, tiveram de compreender minhas ausências.

A meu marido e meus filhos que, além das ausências, tiveram de conviver também com os anseios.

A Inácio Magalhães de Senna, amigo que sempre me supre de novidades e raridades bibliográficas.

A Abimael Silva, pela gentileza na preferência de venda e no preço de boa parte de minhas fontes.

A Conceição Flores, amiga de longa data e companheira inseparável nas viagens de pesquisa, pelo carinho e paciência na revisão deste trabalho.

A Ana Santana, amiga e irmã, que encontrei no meio do caminho de minha vida, a quem devo incontáveis momentos de partilha, além da paciência e do carinho na leitura do texto.

A Silvana Moura, outra grande amiga de longa data, pela correção do abstract. Aos colegas da Base de Pesquisa em Gênero e Práticas Culturais, Abordagens Históricas, Educativas e Literárias, cujo olhar crítico permeia estas páginas através de sugestões e indicações bibliográficas.

À Universidade Federal do Rio Grande do Norte e à CAPES, as duas instituições que proporcionaram, estrutural e financeiramente, a realização deste trabalho.

“ À minha mãe,
por ser mulher que viveu
e ousou nesse período.

Sumário

Pelos Caminhos da pesquisa: as muitas faces da mulher / 7

Parte I

Mulher, história, educação e literatura / 10

- 1. Uma breve introdução / 11*
- 2. Identificando as fontes / 18*
- 3. Categorizando as fontes / 20*
- 4. Estabelecendo relações: literatura, feminino e história / 27*

Parte II

Faces de mulher no Brasil das décadas de 1960 e 1970 / 34

- 1. Marcas da Ditadura / 35*
- 2. Leitura e Educação / 46*
- 3. Imprensa e assuntos de mulher / 71*
- 4. A mulher entre o público e o privado / 82*
- 5. Liberdade e rebeldia / 101*
- 6. Amor e sexualidade / 115*

A história possível / 137

Referências / 144

Pelos caminhos da pesquisa: as muitas faces da mulher

Maria Arisnete Câmara de Morais
(Professora da UFRN e pesquisadora do CNPq)

Escrever este prefácio ao livro de Ilane Ferreira Cavalcante é tarefa que desempenho com alegria na alma. Primeiro porque seu texto é bem escrito. Ela é possuidora de uma fluência verbal primorosa que muito satisfaz ao leitor. Segundo porque fui sua orientadora no Doutorado do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, na versão primeira deste livro que prefácio com a agradável sensação de que construí (construímos) uma sólida amizade. Sólida amizade que se abastece nos nossos encontros acadêmicos, quando ela retorna ao nosso convívio e participa de Bancas Examinadoras de Doutorado e de Mestrado. É a sua forma de cooperar com o grupo de pesquisa do qual ela é uma competente representante.

Feitas as apresentações, volto à escrita do seu livro. Ilane, com o conhecimento literário e a facilidade de escrita que lhe é peculiar, mostra ao leitor as muitas faces de mulher que conseguiu analisar ao longo do seu exaustivo levantamento das fontes. Ela divide o livro em duas partes: 1. Mulher, História, Educação e Literatura; 2. Faces de mulher no Brasil das décadas de 1960 e 1970. A partir dessa metodológica divisão vai conduzindo o leitor em termos da escrita da história que ela urdiu, mostra desde o início, das suas oscilações na construção do objeto, sobre o que deveria escrever até, finalmente, declarar a sua paixão pelas obras de Lygia Fagundes Telles. Afirma que essa escritora representa muito bem o universo feminino de mulheres de diversas faixas etárias, como uma justificativa mais do que suficiente para enveredar pelos caminhos trilhados pela referida escritora.

Por questões de limites que se impõem a uma pesquisa ateu-se à análise dos romances de Ligia Fagundes Telles: *Verão no aquário* e *As meninas* que representam um momento de transformação bastante expressivo dos papéis da mulher na sociedade brasileira. Ilane foi bem-sucedida na escolha desses dois romances, como boa leitora que é da literatura brasileira. O destaque deste trabalho é que a autora buscou outras fontes que respaldassem o que a ficção mostrava tão bem. O confronto ocorreu com os periódicos *Veja*, *Claudia* e *Realidade*. Os dois primeiros periódicos, conforme se

sabe, ainda estão em circulação no país; o último está fora, mas teve grande realce no tempo pesquisado. Ilane busca o entrelaçamento da possível conjugação entre ficção e realidade como elementos constituintes de uma historiografia da educação e da literatura.

De posse desse manancial Ilane constrói o seu texto e oferece ao seu leitor e leitoras temas relacionados à mulher e bastante debatidos na época como o aborto, a virgindade, o casamento, a educação dos filhos e filhas e as marcas da Ditadura. Analisa as personagens que retratam as mulheres de então que questionam ou se submetem aos valores de sua época. Retratando mulheres jovens e em conflito, a autora representa um panorama da situação feminina, de seus dramas e de suas conquistas.

Assim sendo, considerando a polissemia, característica de qualquer signo, inscrevo-me neste livro e registro, também, a minha marca, minhas impressões acerca da autora e da sua obra. Impressões que emergem, obviamente, a partir do lugar social que ocupo. O de pesquisadora que se interessa pelas temáticas que envolvem o masculino e o feminino (enquanto categoria relacional), educação, literatura e práticas culturais.

Chamo atenção para o cuidado e o carinho de Ilane ao citar as fontes utilizadas neste trabalho. Demonstra rigor e ética, cuidando para nada omitir no trato com as pesquisas já desenvolvidas. Além de ter feito uma revisão bibliográfica consistente, faz uma exaustiva cartografia da obra de Ligia Fagundes Telles, demonstrando amplo conhecimento da obra da referida autora, para finalmente ater-se à análise dos dois romances já citados. Ao mesmo tempo em que dialoga com as fontes, a história cultural e as concepções de realidade nos referidos romances, embasada pelas categorias que construiu no decorrer da escrita desta história. Amor e Sedução, Casamento e Trabalho Feminino são temas recorrentes na literatura da época e que Ilane explora com maestria.

É sabido que o texto cresce quando no suporte adequado; que o leitor se sente atraído, ou não, dependendo de sua apresentação. Na linguagem das imagens, do título, da cor, da disposição tipográfica, do formato, do cheiro estão os ingredientes primeiros para se seduzir o leitor. Confesso que fui seduzida, a partir desse cotejo.

Faço estas considerações para afirmar que o texto de Ilane está bem tecido. Sem perder o fio condutor, trabalha as ideias com propriedade e autonomia intelectual. Autonomia intelectual que conheci de perto. Dada a sua responsabilidade e, sobretudo, sua capacidade de dialogar, de ouvir as observações que normalmente são feitas ao longo de qualquer leitura, sem perder, contudo, a sua maneira peculiar de escrita. Além

da sua extraordinária capacidade de perceber, nas entrelinhas dos textos, momentos decisivos de reflexão sobre a sociedade.

O resultado é este consistente trabalho sobre representações femininas, um tema de que gosto tanto. As informações que ela traz são preciosas, o que torna este livro leitura obrigatória, de referência, para pesquisadores e pesquisadoras interessados nos estudos sobre gênero, representações e práticas de leitura. Este trabalho abre-se em perspectivas para outros trabalhos sobre escritores que configuram diferentes modos através dos quais a sociedade busca o letramento e o registro historiográfico. Ela não deixa dúvidas sobre o que encontraremos no desenrolar da leitura, em linguagem precisa, clara e bem escrita.

Afinal de contas, Ilane Ferreira Cavalcante é, na atualidade, uma das escritoras mais abalizadas para escrever sobre Ligia Fagundes Telles e as representações de mulher em suas obras. Este livro é o coroamento de tudo isso.

Natal, 7 de junho de 2010.

Parte I



Mulher, história, educação e literatura

[...] voltar o olhar para as pessoas e as coisas do presente, para a vida comum e sua diferenciação indefinida. Reencontrar o gosto da germinação anônima inominável e tudo o que constitui o vivo do sujeito.

Michael de Certeau (1999)

2. Uma breve introdução

Um objeto bem definido é o primeiro e fundamental passo numa pesquisa; mas ele não se dá de pronto, nem chega de súbito, se constrói através da experiência do pesquisador, como afirma Bourdieu (1989). O processo de construção do objeto desta pesquisa tem sido longo e tortuoso e começou quando entra no mestrado em Literatura Comparada na Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), em 1993. Sempre me interessei muito por literatura produzida por mulheres e sempre vislumbrei nela um modo diferenciado de observar o mundo e de construir realidades. O aparato teórico que me permitiu entender melhor essa literatura e sua relação com a história foi-me dado através de disciplinas do Mestrado, como “Teorias críticas”, ministrada pelo Prof. Dr. Eduardo Assis Duarte, “Teorias da narrativa”, pelo Prof. Dr. Davi Arrigucci Jr., entre outras. Pude perceber a dimensão e a importância que a pesquisa de gênero tomava no Brasil através da minha participação na equipe de apoio que auxiliava Profa. Dra. Constância Lima Duarte, então minha orientadora, na organização do “V Seminário Nacional Mulher & Literatura” realizado na UFRN em 1993.

Naquele momento estava envolvida na pesquisa que resultaria na minha dissertação, um estudo de caráter comparativo entre literatura e história, observando o messianismo e a utopia como importantes elementos formadores da sociedade nordestina e sua representação na produção literária de um autor pernambucano: Luiz Berto, autor do livro *O romance da besta fubana* (1984). Esse romance relata a fantástica revolução de uma cidade do interior pernambucano, liderada por um cantador/camelô, uma prostituta, um sapateiro, um astrólogo e um cego movidos pelo bafo poderoso da besta fubana, monstro mitológico, macho e fêmea, que pousa no telhado da cidade causando transformações de caráter maravilhoso, de forma a forjar uma nova república.

A minha dissertação possibilitou uma melhor compreensão dos processos culturais que engendraram a sociedade nordestina, percebendo o seu entrelaçamento com valores medievais e como esses valores mesclados às condições da terra nordestina, fundaram uma cultura baseada na oralidade, na fé e na esperança. O romance de Luiz Berto me levou a descobrir, nesses elementos, os principais motores dos movimentos messiânicos, religiosos e políticos da região Nordeste.

Embora meu principal objeto de pesquisa fosse outro, a paixão pelos escritos femininos me levou à realização de alguns trabalhos durante esse período, analisando temas e situações da escrita produzida por mulheres ou analisando personagens como Medéia, da tragédia homônima de Eurípedes (1980); Lady Macbeth, da peça *Macbeth* (1978), de Shakespeare e Diadorim, personagem do romance *Grande Sertão: veredas* (1986) de João Guimarães Rosa. Ainda durante o mestrado, tomei contato mais íntimo com a obra de Lygia Fagundes Telles, através de estudo sobre *As horas nuas* (1999), seu último romance. A proximidade com essa obra gerou uma paixão que amadureceu a ideia de trabalhar, no doutorado, a sua produção, principalmente os romances.

O desejo de estudar a obra de Lygia Fagundes Telles crescia com o aprofundamento de minhas leituras. Percebia nos seus romances uma representação do universo feminino que alcançava mulheres de diversas faixas etárias, em diferentes momentos da história, de forma a traçar um perfil evolutivo da presença feminina na sociedade. O desejo de estudar sua obra se concretizou através de minha aprovação na seleção para Doutorado no Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), vinculada à base de pesquisa Gênero e Práticas Culturais: Abordagens Históricas, Educativas e Literárias e ao projeto integrado História dos impressos e a formação das leitoras, aprovado pelo CNPq, sob a orientação da Prof.a Dra. Maria Arisnete Câmara de Moraes. As discussões acerca da história cultural e sua aplicabilidade nas análises das representações literárias foram de fundamental importância mas, ainda assim, o meu objeto específico de estudo não se definia. Minha proposta era, através da obra da autora, traçar um perfil da presença da mulher ao longo das décadas de 1960, 1970 et 1980, o que se mostrava inviável, principalmente pelo seu caráter amplo e pelo longo período a ser atingido.

O que estudar nos romances de Lygia Fagundes Telles, tornara-se minha grande questão. As discussões com a orientadora levaram, em primeiro lugar, a uma delimitação das obras sobre as quais eu me debruçaria. Foram escolhidos os dois romances das décadas de 1960 e 1970, *Verão no aquário* e *As meninas* - por perceber nessas épocas um momento de transformação bastante expressivo dos papéis da mulher na sociedade brasileira. Além disso, esse período marca também um intenso processo de reformas políticas e sociais no Brasil, determinado pela instauração da Ditadura e pela cassação dos direitos de livre expressão dos cidadãos. Entender melhor esse período de nossa história tem sido pauta de muitas pesquisas, como as do historiador Daniel Aarão Reis (2000), que centra seu olhar nos rumos da Ditadura Militar, ou a de Sílvia Fernandes (2000), que se debruça, principalmente, sobre os grupos teatrais dos anos 70. Os historiadores buscam documentos proibidos, arquivos secretos, depoimentos, versões não oficiais do período, com o objetivo de esclarecer os bastidores e os recônditos da história.

Escolhido o recorte temporal, resolvi, com a fundamental ajuda da orientadora, fixar-me nas personagens femininas construídas por Lygia Fagundes Telles. Busquei, como se tratava de uma pós-graduação voltada para a história da educação, fontes documentais que me dessem um suporte na confrontação com as representações extraídas dos romances.

Ao descobrir essas novas fontes, descobri também um outro universo de análise profundo e rico: as mulheres retratadas nos periódicos das décadas de 1960 e 1970, que surgiam em reportagens, em artigos, as atrizes de sucesso, as protagonistas de dramas que causaram impacto na época, as protagonistas de dramas pessoais que se declaravam em cartas ou em breves artigos. Aos poucos, percebi que a minha pesquisa não se concentraria apenas na obra de Lygia Fagundes Telles, mas também nas diversas representações femininas extraídas das fontes sobre as quais me debruçava: revistas e romances.

A permanência da autora como objeto de pesquisa se deu pelo desejo de compreendê-la melhor e por perceber, em sua obra, um olhar sensível sobre o feminino, entremeadado ao tecido social. Além do fato de dois dos romances *Verão no aquário* (1964) e *As meninas* (1973)¹ retratarem, vivamente, mulheres vivendo a sociedade e o período histórico sobre o qual me debruço.

O meu objeto, então, se definiu por buscar perfis de mulheres que representassem faces das brasileiras nas décadas de 1960 e 1970, extraídas essas representações de fontes documentais e ficcionais: os periódicos *Veja*, *Realidade* e *Cláudia* e os dois romances citados, da autora paulista Lygia Fagundes Telles.

Como desenvolver este trabalho, visando a configuração dessa época através das faces femininas descobertas nas fontes pesquisadas? Circunscrevo a minha busca aos números relativos às décadas de v1960 e 1970. As revistas *Veja*, *Realidade* e *Cláudia* foram escolhidas não só pela possibilidade de acesso, mas por sua diversidade. São revistas de grande circulação. A *Veja*, de periodicidade semanal, se preocupa em trazer informações de caráter genérico, com seções sobre finanças, política e cultura. A *Realidade* era uma revista mensal mais voltada para as grandes reportagens, trazendo diversos resultados de pesquisa e estudos sobre o Brasil. Muitos de seus números se dedicam a temas importantes para a mulher, como o aborto, o casamento e a educação dos filhos. A revista *Cláudia* serve de contraponto às duas anteriores, sua periodicidade também é mensal e é uma revista voltada, especificamente, para o universo feminino, principalmente para a mulher casada, apresentando seções de decoração, cuidados com animais, cuidados com os filhos, entre outras.

Além dos periódicos, os dois romances da escritora Lygia Fagundes Telles *Verão no aquário* (1998a) e (1998b), trazem representações femininas que vivem e questionam os valores de sua sociedade e de sua época. Retratando mulheres jovens e em conflito, a autora representa um panorama da situação feminina, de seus dramas e de suas conquistas.

Em minhas buscas, no entanto, restava, ainda, a questão da educação. Que pontes estabelecer entre as representações femininas e a educação? O primeiro procedimento que tomei foi o de tentar compreender a configuração educacional do período em destaque. A leitura dos textos de Anísio Teixeira deixa clara a evolução da educação no Brasil, demonstrando que os problemas advinham desde a formação da estrutura educacional brasileira nos tempos da colônia, se intensificando com as reformas educacionais pelas quais o país passou ao longo do tempo.

A educação no Brasil entre as décadas de 1960 e 1970 era fruto de modelos educacionais importados, mal adaptados para a vida nacional. Esses modelos propunham o curso superior como a melhor forma de acesso, de grande parte dos indivíduos, a um melhor padrão de vida. Por outro lado, esses modelos importados também vetavam a participação efetiva da maioria dos estudantes ao ensino superior. Isso, por determinar um exame seletivo que não se coadunava com a realidade do ensino de primeiro e segundo graus, como se chamavam, então, o ensino fundamental e médio. Ao invés de tentar soluções democráticas, o governo ditatorial das décadas em destaque buscou soluções que amparassem a sua ideologia, de forma a desbaratar o movimento estudantil e afastar ainda mais o estudante das decisões sobre os rumos da estrutura educacional. Na contramão dos desígnios governamentais, Anísio Teixeira afirmava, então, sobre os estudantes:

A sua inquietação, a ânsia por uma nova forma de vida mais integrada, com maior participação, é um esplêndido sinal de vida e de sensibilidade, que deve ser recebido como um dos mais promissores movimentos dos nossos incertos tempos (1999, p. 286).

Pude observar que a educação afetava e era afetada por todas as outras áreas: a vida familiar, a ideologia política e as ações do poder público. A educação, portanto, não poderia ser deixada à parte nesse processo de descoberta de uma época e na construção da história das mulheres que a viveram e que também contribuíram para a sua transformação.

Para compreender esse processo, precisei me utilizar de alguns conceitos que

ultrapassam o âmbito da educação propriamente dita. O conceito de representação é norteador de toda a discussão que pretendo desenvolver neste trabalho. Acredito, como afirma Bakhtin (1987), ao discutir a ideologia do signo, que as representações não só refletem o contexto em que são construídas, mas também se desviam dele, refratando-o. Esse duplo movimento de reflexão e refração da realidade é fundamental para a compreensão das relações da mulher com o todo social em que vive e também com o outro: o masculino, a sociedade, o mundo. Bakhtin também afirma que o romance é o gênero que melhor se presta a esse tipo de análise, por representar vivamente o tempo e a sociedade em que se insere.

O romance tornou-se o principal personagem do drama da evolução literária na era moderna precisamente porque, melhor que todos, é ele que expressa as tendências evolutivas do novo mundo, ele é, por isso, o único gênero nascido naquele mundo e em tudo semelhante a ele (Bakhtin, 1990, p. 400).

Palco das representações da sociedade e do mundo modernos, o romance é o gênero literário sobre o qual me debruço para extrair personagens e estabelecer uma configuração representativa do período que abrange as décadas de 1960 e 1970.

A representação é uma construção, um ponto de vista elaborado por um determinado indivíduo, ou grupo, que demonstra como em um determinado contexto, a identidade social de um outro grupo ou indivíduo é percebida, dada a ver. Ou seja, a representação possibilita:

[...] em primeiro lugar, o trabalho de classificação e de delimitação que produz as configurações intelectuais múltiplas, através das quais a realidade é contraditoriamente construída pelos diferentes grupos; seguidamente, as práticas que visam fazer reconhecer uma identidade social, exibir uma maneira própria de estar no mundo, significar simbolicamente um estatuto e uma posição; por fim, as formas institucionalizadas e objetivadas graças às quais uns “representantes” marcam de forma visível e perpetuada a existência do grupo, da classe ou da comunidade (Chartier, 1990, p. 23).

Chartier demonstra, dessa forma, que a realidade é uma teia em que diferentes grupos sociais se interrelacionam, gerando tensões e equilíbrio dos quais nascem as representações que esses diferentes grupos tecem sobre si e sobre os outros. Para compreender melhor os grupos sociais, e suas representações, outro conceito se fazia necessário.

O conceito de configuração proposto por Elias (1970) demonstra que uma configuração se forma através de redes de interdependências entre sujeitos num determinado jogo social. Ou seja, uma configuração é uma formação social de dimensões variáveis, desde um jogo de carteados ou uma sala de aula, até uma cidade ou uma nação, onde cada um dos indivíduos está ligado ao outro por um modo específico de interdependência.

Pensando a sociedade dessa forma, identifiquei, nas fontes pesquisadas, categorias que guiaram minha atenção para alguns fatores em ebulição na sociedade brasileira das décadas de 1960 e 1970. Busquei compreender as mudanças políticas pelas quais o país passou ao longo dessas duas décadas, tentando perceber o impacto dessas transformações na vida cotidiana. Voltei meu olhar para as mulheres inseridas nesse meio social e para as reviravoltas que, de alguma forma, modificaram a vida e as ações dessas mulheres. Procurei identificar, assim, as mulheres como sujeitos ativos desse jogo social e busco respaldo teórico metodológico na história cultural. Esse tipo de construção histórica permite observar as relações entre os diferentes grupos sociais, assim como, no interior de cada grupo, analisar sua concepção de mundo, seus valores, seu domínio. Na compreensão de Chartier (1990, p. 16/17), a história cultural “tem por principal objeto identificar o modo como em diferentes lugares e momentos uma determinada realidade social é construída, pensada, dada a ler”.

É essa concepção de história que tem permitido a construção da história das minorias, entre elas, a da mulher. A história cultural ampliou os campos de pesquisa da história com a inclusão dos “excluídos”, dos “pequenos”, do “ordinário”, através, por exemplo, da construção da história dos gestos, dos hábitos, do corpo, do trabalho, de perfis femininos, enfim, da vida cotidiana. Qualquer indício de uma época pode vir a ser utilizado como fonte pelo historiador: cartas, a memória, a fotografia, depoimentos orais e tantos outros, inclusive, a literatura. Realizando um estudo sobre a prática de escrita através da análise de cartas trocadas entre duas adolescentes, Camargo (2000) observa que, na realização de um estudo histórico é preciso rastrear:

[...] (1) as classificações, divisões, delimitações que organizam a apreensão do mundo social como categorias fundamentais de percepção e de apreciação do real; (2) as representações do mundo social construídas, tomadas no relacionamento dos discursos proferidos com a posição de quem os utiliza, tendo-se em mente para quem são dirigidos; e (3) as estratégias e práticas produzidas e embasadas num discurso que não é neutro, tendendo a legitimar ou justificar escolhas, posições, condutas para os próprios indivíduos num dado momento histórico (p. 205/206).

Esse rastreamento fundamenta a pesquisa no âmbito da histórica cultural e também se aplica à análise da literatura permitindo ver esta não apenas como um mero reflexo ou mera imitação do real, mas como recriação da realidade. A literatura tanto agrada e comove quanto causa reflexão e questionamentos, e se apresenta condicionada histórica e socialmente. É de sua sociedade e de seu tempo que o escritor retira os temas que o impulsionam. “O texto literário então se presta não apenas à constatação de uma realidade em si, mas a uma infinidade de leituras desvelando as relações sociais [...]” (Morais,1996, p 18).

É sob esse ponto de vista que também procuro vislumbrar nos romances o processo de inserção e de definição dos papéis femininos na sociedade. A literatura utilizada como fonte pode contribuir para captar em um nível diferente da história, a diversidade social. São delicadas, no entanto, as relações entre literatura e história, caracterizando-se muito mais pela tensão do que pelo equilíbrio.

Nunes (1996) afirma que a pesquisa histórica se estabelece sobre um tripé cujas bases são as fontes, a interpretação e a narração. Ao escolher um tema que o interesse, o pesquisador opera uma cisão e seus principais desafios serão a escolha das fontes, dos guias teóricos, das táticas e das estratégias interpretativas. Sevcenko (1999, p. 20), contudo, alerta para o cuidado que se deve ter nessas escolhas “[...] para que não se regrida a posições reducionistas e para que se preserve toda a riqueza estética e comunicativa do texto literário, cuidando igualmente para que a produção discursiva não perca o conjunto de significados condensados na sua dimensão social.”

A crítica contínua e o trânsito através desses elementos é que vão impregnar a pesquisa histórica de sistemas relativamente coerentes de pensamento. Nesse sentido, literatura pode funcionar como uma excelente fonte, demonstrando uma configuração social específica da época e da sociedade em que autor e personagens estão inseridos.

Embora a literatura esteja muito mais sob o domínio do estético do que documental, são muito tênues os limites entre ficção e realidade. “No entanto, a verdade que a ficção pode trazer importa mais do que uma suposta ‘realidade’. Uma verdade que escapa, às vezes, à pesquisa histórica ou à pesquisa considerada científica” (Lopes & Galvão, 2001, p. 85). Dessa forma, a verdade implícita dentro de uma obra literária pode funcionar como uma fonte histórica para um pesquisador se ele pensar o autor e personagens como intérprete e representações de uma determinada configuração social.

Valorizando a configuração encontrada nos romances de Lygia Fagundes Telles e nos periódicos, busqueiv analisar o mundo feminino atenta às diferentes faces que surgem dessas fontes, mulheres cultas ou não, urbanas ou não, que trazem seus medos, seus dramas pessoais e suas ousadias.

3. Identificando as fontes

[...] é o encontro com o que força a pensar que produz a necessidade de um ato de pensamento.

Gilles Deleuze (1987)

Chegar a essas faces femininas não foi um percurso fácil, mas a paciência e a perseverança são armas eficientes para um pesquisador. Iniciei minhas buscas nas bibliotecas de Natal, onde encontrei os primeiros documentos. Aos poucos foi sendo construído o panorama da sociedade, das mulheres que foram por algum motivo, personagens do período em que me debruçava.

Na Biblioteca Zila Mamede, da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), encontrei um acervo importante da revista *Veja*, que compreende o final da década de 1960, especificamente o ano de 1968, até os dias atuais. Na Biblioteca Câmara Cascudo, encontrei um acervo bem conservado da revista *Realidade*, dos anos de 1967, 1968, 1974 e 1975. Embora sejam poucos os números existentes para pesquisa, os exemplares fornecem uma boa amostragem da época.

Utilizei, também, de um acervo pessoal que fui garimpando com a ajuda dos amigos em sebos de Natal (Sebo Vermelho) e de São Paulo (Sebo do Messias) e em bancas de revistas antigas, ao longo da pesquisa. Foi assim que a coleção completa da revista *Realidade*, para minha surpresa, extremamente bem conservada, me caiu em mãos.

Eu queria, entretanto, uma revista feminina da época e, na primeira oportunidade, procurei partir para outros centros que me fornecessem o que ainda não havia encontrado. Esse centro foi São Paulo. Aproveitando a realização do 13º COLE (Congresso de Leitura do Brasil), realizado em Julho de 2001, em Campinas, viajei a São Paulo com a intenção de permanecer uma semana para pesquisar. Apesar de ser uma viagem curta, deparei-me com as fontes desejadas e com mais algumas que não esperava encontrar.

Aos poucos, as faces femininas foram emergindo das páginas das revistas e me levando a buscar dados históricos, leis e pesquisas. Aos poucos, fui me deparando com exemplares avulsos, com coleções mais completas, enfim, com as cores, as imagens e as vozes do universo que pesquisava.

Merece destaque a pesquisa feita na Biblioteca da Escola de Comunicação e Artes (ECA) da Universidade de São Paulo (USP), onde encontrei um excelente acervo de periódicos femininos (*Cláudia*, *Desfile*, *Amiga*) em excelente estado de conservação. Infelizmente, o tempo de que dispunha, apenas três dias, me impossibilitou de fazer um estudo mais minucioso dos periódicos desse arquivo, até porque as revistas se encontram na seção de obras raras, com um acesso restrito a três horas diárias. O acervo também não pode ser fotocopiado ou microfilmado o que me levou a contar apenas com a ajuda da caneta para as anotações necessárias. A dificuldade de encontrar um acervo de periódicos femininos das décadas de 1960 e 1970 foi tão grande que, quando consegui encontrar e ter acesso a alguns exemplares isolados de *Cláudia*, fiquei imensamente feliz de poder copiar à mão o que me interessava.

Um bom parâmetro de comparação para a revista *Cláudia*, seria a revista *Nova*, lançada no início da década de 1970, voltada para a “mulher liberada”, ou seja, uma mulher não necessariamente casada, que vive a sua sexualidade. Mas não encontrei exemplares da revista em nenhuma das bibliotecas visitadas. Minhas opiniões sobre *Nova* se baseiam, portanto, em trechos extraídos de livros sobre a imprensa feminina e em chamadas encontradas em outras revistas.

A Biblioteca Mário de Andrade (SP) também foi palco de minha busca e lá me deparei com uma coleção da revista *O Cruzeiro*. O acesso à revista, no entanto, se dava através de um agendamento para a consulta aos microfilmes, fato que me impediu, nesse momento, de consultar o periódico. A visita a essa biblioteca foi, entretanto, absolutamente enriquecedora, visto ter encontrado alguns livros e documentos que, provavelmente, não teria oportunidade de conhecer em outro lugar.

Foi dessa forma que consegui estabelecer as fontes de meu trabalho. Além dessas fontes do período estudado, também utilizei livros de depoimentos, livros de história abordando o panorama político, social, cultural e educacional da época, assim como periódicos mais atuais, que se debruçaram sobre a história das mulheres.

4. Categorizando as fontes

[...] para aprender o todo, o real, que, é bom que se lembre, já nos é dado em pedaços, seja pela seleção feita pelo próprio passado, seja pela nossa capacidade de apreensão e pela nossa subjetividade, é preciso fragmentá-lo ainda mais através de metódico e consciente trabalho de pensamento. Dessa dedicada e laboriosa operação é que podem nos surgir as categorias.

Eliane Marta Teixeira Lopes (1994)

Consciente de que a construção da história é uma atividade de estabelecimento de relações, voltei meu olhar sobre o passado sem esquecer do presente que me fornecerá os resultados palpáveis das conquistas operadas ao longo do tempo. Por outro lado, preocupo-me em não julgar as personagens que surgem, mas relatar sua participação na história, como afirma Moraes (Diário de Natal, 30 Set.2000):

Na verdade é o seu lugar, os seus papéis e os seus poderes; as suas formas de ação, o seu silêncio e a sua palavra; enfim a diversidade das suas representações que se quer captar nas suas permanências e nas suas mudanças.

Percebendo a história de forma relacional, não fiz das mulheres objeto único dessa minha pesquisa pois, apesar de recente, esse período apresenta uma configuração que lhe é própria, com valores e situações que, hoje, poderiam soar ridículas ou ultrapassadas, mas que faziam parte da vida das mulheres de então. É dessa forma, com o distanciamento que o tempo construiu e com o respeito que as fontes inspiraram, que pretendo escrever esta história. Uma história recente, que se concentra nas décadas de 1960 e 1970 quando:

[...] finalmente, estourou a revolução da liberação feminina, não só no campo sexual, mas em todos os campos e conceitos, mudando a mentalidade e abrindo a cabeça da mulher para as suas possibilidades pessoais e profissionais. (Nova, Jan. de 2000).

Iniciando o século XXI, é possível aceitar como fatos consumados algumas das conquistas sociais, culturais, políticas e econômicas alcançadas pelas mulheres ao longo, principalmente, do século passado. Mas, como se deram essas conquistas e como repercutiram na época em que começavam a ser vislumbradas?

Para responder essa questão, analisei o período de 1968 a 1979 da revista *Veja*, todo o período de circulação da revista *Realidade*, que vai de 1966 a 1976; e o período de 1963 a 1975 da revista *Cláudia*. Todas elas pertencentes ao grupo Abril, sob a direção geral de Victor Civita. A revista *Veja* foi lançada em 1968 tendo como diretor de redação Mino Carta. A revista tinha, e tem ainda, o propósito de informar, semanalmente, as novidades nas mais diversas áreas: política, economia, cultura, medicina, educação etc. Configura-se, portanto, como uma revista de variedades voltada para um público amplo, sem muita distinção de sexo.

A revista *Realidade* circulou mensalmente no Brasil entre as décadas de 1960 e 1970. Foi lançada em 1966, trazia, também, uma proposta de variedade de conteúdo e de abrangência de temas que giravam em torno de questões como: a sexualidade do jovem, a fidelidade, o aborto, o casamento. Na década de 1970, a revista passa por diversas modificações, ocasionadas, em parte, pela censura, e começa a apresentar um caráter muito mais familiar trazendo reportagens voltadas para questões domésticas como saúde e educação dos filhos e organização do lar. Nessa década, aumenta o número de propagandas voltadas para o público feminino na revista, como propagandas de Nenê-dent - creme analgésico para as gengivas do bebê -, de Leite Ninho e de absorvente íntimo. É a fase de sua decadência e o processo de seu desaparecimento em surdina.

Odylo Costa Filho era o diretor de redação de *Realidade* e a revista apresentava, desde a década de 1960, uma tiragem de 430.000 exemplares, que se manteve até a década de 1970, quando, aos poucos, sucumbiu.

A revista *Cláudia* nasce em 1963 e se mantém viva até hoje, com uma periodicidade mensal. Voltada para a mulher de classe média, casada, apresenta desde cedo seções voltadas para a economia doméstica, o cuidado com os filhos, a decoração. As revistas femininas oferecem o protótipo ideal da mulher pensado pela sociedade, mas insinuam, também, os temas mais importantes para a mulher no período, abordando questões polêmicas, como a virgindade, a pílula anticoncepcional, o divórcio. Pouco depois de seu surgimento, a revista *Cláudia* passa a contar com a colaboração de uma mulher que marcou época na imprensa brasileira: a psicóloga Carmem da Silva. A seção A “arte de ser mulher”, escrita a partir de 1963 e durante toda a década de 1970, discutia as principais questões que se desenvolviam na sociedade acerca dos papéis femininos. Carmem da Silva lança polêmicas ao defender o divórcio, ao discutir a fidelidade,

o casamento, a maternidade. Seus pontos de vista são sempre permeados de apoio teórico mesclado a uma linguagem acessível e a uma atitude conciliatória que denuncia um desejo de formar e informar a mulher, de prepará-la para mudar o seu papel, para abrir-se a novas possibilidades e liberdades.

Todas essas revistas possuem uma grande circulação, representam a grande imprensa nacional e trabalham não só com temas políticos e econômicos, mas com seções sobre comportamento e moda, de forma a fornecer perfis humanos extraídos da sociedade que serviram de base documental em confronto com os textos literários. Histórias de mulheres anônimas e de personalidades da época, reportagens que deixam entrever a forma como a sociedade encara as mudanças nos papéis desempenhados pela mulher, propagandas que evidenciam o tipo ideal de mulher - o modelo proposto.

Em confronto com os perfis extraídos desses periódicos, analisei as representações femininas que surgem em dois romances de Lygia Fagundes Telles: *Verão no aquário* (1998a) e *As meninas* (1998b).

Verão no aquário (1998a) apresenta Raíza, moça muito jovem, de idade indefinida, pertencente a uma família antiga e, antes, abastada. Raíza tem um comportamento de revolta, mágoas antigas geram um conflito constante com sua mãe, Patrícia, com quem convive mas não consegue se comunicar. Vive com a mãe, a tia Graciana e Dionísia, a empregada da família. Recebe visitas frequentes da prima Marfa, outra jovem cheia de conflitos, principalmente psicológicos, gerados pelas relações familiares. Mas a comunicação com a prima, sua melhor amiga, também parece impossível, elas se mantêm isoladas em seus mundos de pensamentos, sonhos e ilusões. Ambas trabalham ocasionalmente como tradutoras e revisoras de texto. Patrícia, a mãe, é escritora, o que leva a configurar o tipo social feminino com o qual estou lidando, mulheres que não só têm acesso à cultura como também a produzem. Raíza e a prima bebem, ocasionalmente usam drogas e têm vários amantes, saem sovinhas à noite e não voltam para casa antes do amanhecer do dia. São jovens que buscam o amor, a felicidade e um destino diferente das mulheres que as antecederam.

As meninas (1998b) é um romance em que o panorama político do país se apresenta com maior força. Lygia Fagundes Telles ousou, aliás, em apresentar a história de uma militante de esquerda em plena Ditadura Militar, pois lançou o livro no auge da repressão política. As personagens principais são três moças (Lorena, Lia e Ana Clara), novamente sem idade definida, porém bastante jovens, morando num pensionato religioso durante a década de 1970.

Lorena vem de uma família de classe social elevada, é uma mulher culta, estudante de Direito que cita vários autores da literatura durante seus monólogos interiores. Apresenta, porém, uma grande insegurança emocional. Ainda criança perdera um dos irmãos num acidente doméstico: um irmão matou o outro com um tiro acidental. No romance, esse episódio surge, as vezes como verdade, as vezes como delírio da personagem.

Também perdeu o pai e sua relação com a mãe não é das melhores. Lorena tem uma grande dificuldade de se relacionar e passa grande parte do seu tempo trancada em seu quarto pensando no amor platônico que sente por um professor.

Lia é baiana e foi para uma cidade maior, supostamente São Paulo, para estudar e fugir do domínio familiar. De uma situação social apenas remediada, frequentemente pede dinheiro emprestado a Lorena, para as ações revolucionárias do grupo a que pertence. Seus pais são um alemão que fugiu do nazismo, cuja profissão é indefinida, e uma baiana, Dionísia, dona-de-casa. Lia se relaciona, ainda, com um rapaz cujo codinome é Miguel, preso político que ela luta para libertar e, quando consegue, é obrigada a partir ao seu lado para o exílio. Sua partida é indício de realização dos seus sonhos futuros.

Ana Clara nunca conheceu o pai e tem lembranças atormentadas dos inúmeros amantes da mãe que maltratavam e violentavam a ambas. Sua infância e adolescência foram marcadas por constantes explorações sexuais que lhe renderam, entre outros, o trauma de não conseguir alcançar o prazer sexual. Fazia Psicologia na Universidade, mas trancou o curso. Seu maior desejo, aparentemente, é casar com um marido rico que dê a ela uma boa situação financeira e seja cego para suas fraquezas: o álcool e as drogas. Para piorar sua situação, envolve-se com um jovem traficante, a quem ama, mas com quem tem imensa dificuldade de comunicação, e engravida.

O tecido textual dos dois romances se constrói através das memórias, das tentativas de diálogo e das descrições que as jovens fazem de si e dos outros personagens. O período que intercala a publicação desses dois romances é de dez anos e, em tal período de tempo, a sociedade brasileira mudou bastante, talvez uma das principais mudanças esteja situada justamente nos papéis e nas funções exercidas pela mulher na sociedade.

Uma ligação cronológica entre esses romances permite visualizar a mulher em diferentes momentos do processo de libertação individual e social que ela protagonizou. As personagens femininas dessas narrativas passam por momentos de transformação interior, em que elementos do mundo exterior atuam sobre seus pensamentos e atitudes

assim como elas atuam sobre esse mundo exterior representado na obra literária.

Trabalhar com o texto de uma autora que versa principalmente sobre o universo feminino me levou, necessariamente, a tecer considerações acerca das relações entre o feminino e a literatura. Ter o intuito claro de trabalhar esse tema sob uma perspectiva me levou a tecer uma outra relação: da mulher e da literatura com a história. Assim sendo, literatura e história serviram de bases intercambiantes no meu processo de análise.

Observando tais pressupostos, analisei a presença e os perfis de mulher que surgem nas revistas da época e na obra de Lygia Fagundes Telles. Autora que desde seu surgimento na literatura nacional, no final da década de 1930, estabelece um estilo voltado para as questões de gênero. Além dos dois romances que analisei nesta pesquisa, escreveu também: *Ciranda de pedra* (1954) e *As horas nuas* (1989). Sua produção principal, no entanto, se dá através de contos, reunidos em inúmeras antologias, inclusive premiadas, como *Estabe* (1958), *Antes do baile verde* (1970), *Seminário dos ratos* (1977) e *Invenção e memória* (2000).

A autora, ainda viva e atuante, escreve e publica periodicamente, tem se dedicado principalmente aos contos, e participa constantemente de eventos nacionais e internacionais relacionados não só ao fazer literário, mas às questões sociais do feminino, da educação, da cultura. Questões que estão presentes de forma contundente também em sua obra, como afirmam os críticos Antonio Candido (1987), Cristina Ferreira Pinto (1990) e Elza Carrozza (1992).

As categorias que surgiram neste trabalho, na medida do possível, originadas do encontro, do diálogo, da leitura não só das fontes pesquisadas, mas também de textos de outros historiadores sobre o período analisado.

Essa leitura cuidadosa objetivou delimitar temas recorrentes nas fontes, que se relacionassem às categorias gerais de classe social, gênero e raça. Ficou claro que os perfis femininos desenvolvidos nos romances analisados eram o de mulheres brancas, integrantes de uma classe cuja situação econômica é oscilante e que pode ser classificada como classe média.

Outros temas recorrentes nesses romances me guiaram na elaboração das categorias: estabelecimento das relações entre os membros da mesma família; o fato dessas famílias se estruturarem basicamente como núcleos cujos membros principais são mulheres; o fato de algumas delas trabalharem em prol de sua própria sobrevivência. Também chamou a minha atenção, a situação de algumas dessas mulheres como estudantes de nível superior e como leitoras, que constituem o seu discurso com base em referências constantes às suas leituras.

O primeiro passo na elaboração das categorias históricas aqui analisadas partiu da leitura dos romances. Mas busquei também nos periódicos, algumas vezes, a constatação desses temas, outras vezes, a sua ampliação, assim como também identifiquei nesses periódicos, outros temas que serviriam de base para a elaboração de categorias.

A categoria que discute o amor e a sexualidade ligados à condição feminina na época, por exemplo, foi delimitada após a escansão cuidadosa das revistas e dos romances pesquisados. A relevância desse tema pode ser percebida pelo número de vezes em que ele surge, por exemplo, como assunto de capa da revista *Realidade*.

Numa média de aproximadamente 120 edições da revista entre janeiro de 1966 e fevereiro de 1976 (última edição de *Realidade* de que tive conhecimento), surgem 19 chamadas de capa em que se registra diretamente a palavra sexo, ou uma palavra correlata, apontando questões ligadas à sexualidade, como a impotência ou o aborto. Além dessas, encontrei mais 11 chamadas de capa apontando reportagens e pesquisas sobre o casamento ou temas afins, como adultério e o divórcio. Outras cinco chamadas discutem o amor através de receitas, falando sobre seus mitos ou apenas discutindo-o em determinados grupos como as índias e os adolescentes. O tema também é extremamente relevante nos dois romances, visto que grande parte dos conflitos vivenciados pelas personagens principais dizem respeito a seus relacionamentos amorosos e à sua própria sexualidade.

Evidentemente, não há como mensurar estatisticamente todas as categorias históricas que desenvolvi aqui. E não é esta a minha intenção. Procuo apenas demonstrar que apesar de, inevitavelmente, haver algo de arbitrário na escolha dessas categorias, há, também, muito de imposto pelas fontes, pois elas não foram determinadas apenas por uma escolha subjetiva, mas pelo encontro entre a subjetividade e a recorrência ou relevância de determinados temas nas fontes analisadas.

A categoria que discute a crise de comportamento da juventude da época, teve origem a partir do diálogo entre meu olhar, as fontes pesquisadas e a análise de outros pesquisadores sobre o período. O fato dos romances de Lygia Fagundes Telles representarem personagens jovens chamou a minha atenção para livros como *Culturas da rebeldia*, de Carmo (2001), que analisa o posicionamento da juventude através de sua linguagem e dos produtos culturais consumidos, como roupas, música, literatura, cinema. Dessa forma, paralelamente, o meu olhar também foi guiado a perceber como a juventude era representada nos periódicos escolhidos como fontes, principalmente, as mulheres jovens. Surgiram dessa confluência de leituras outros temas como a importância da música, da televisão e do cinema na construção dessas representações femininas.

Percebi, por exemplo, a preocupação constante da sociedade da época com o modo de vestir feminino, expresso através de artigos na revista *Veja* que comentam a repercussão de novas peças do vestuário feminino, como os tamancos, que chegaram a ser considerados por um vendedor citado na revista, como produto de sucesso graças à estupidez das mulheres. Percebi, também, a mesma preocupação com a mudança de atitudes que o uso desse vestuário poderia causar nos jovens. A revista *Realidade* apresenta diversas pesquisas entre os anos de 1967 e 1971 acerca do comportamento da juventude brasileira. Numa delas, inclusive, apontando o fato de que, apesar da aparência rebelde, muitos dos jovens reproduziam, ainda, valores morais e sociais, como a manutenção da virgindade feminina até o casamento.

Por fim, procurei deixar claro, no desenvolvimento de todas as categorias que são identificadas neste trabalho, a tentativa de uma análise relacional. Ou seja, busquei um difícil equilíbrio nas formas heterogêneas com que as diversas fontes representam cada uma das categorias, um equilíbrio que, na medida do possível, procura não valorizar a configuração percebida através nem só dos romances, nem só das revistas, mas de todos os elementos que compõem os instrumentos de pesquisa do historiador, inclusive a sua própria subjetividade.

5. Estabelecendo relações: literatura, feminino e história

E eles têm alguma ligação entre si? - perguntou-me um leitor. Respondi-lhe que são fragmentos do real e do imaginário aparentemente independentes mas sei que há um sentimento comum costurando uns aos outros no tecido das raízes. Eu sou essa linba.

Lygia Fagundes Telles (1998c)

As relações entre literatura e história têm sofrido modificações ao longo do tempo. Na história de sua evolução, o termo literatura já serviu de denominação a qualquer tratado que versasse sobre qualquer tema, desde o estudo da biologia até a criação ficcional. O termo só adquiriu um caráter mais específico a partir do século XVIII, ganhando a alcunha de ficcional e sedimentando qualidades, como a originalidade e o caráter estético.

Nos séculos XVI e XVII, eram estreitos os laços entre literatura e história e os cronistas, muitas vezes, apresentavam estilo literário ao tratar de acontecimentos históricos, chegando mesmo a mesclar relatos fantasiosos a esses fatos. Exemplos bastante significativos dessa relação são as crônicas de viagem de portugueses, ingleses e espanhóis que, junto a datas de partida, relatos sobre motins e tempestades que descreviam ao longo das viagens, acrescentavam dados como a luta contra monstros gigantescos e seres de mares e terras distantes, povoando o imaginário do europeu da época. Até a primeira década do século XIX, ainda eram estreitos os laços que uniam literatura e história:

A emergência do romance histórico no período fez desaparecer a dicotomia clássica entre a 'res factae, como própria do domínio da poesia e a 'res fictae', objeto da história: a ficção poética tornou-se presente no horizonte da realidade e a realidade histórica no horizonte da poesia (Galvão, 1996, p 103).¹

¹ Sir Walter Scott é autor da literatura inglesa, de muito sucesso na sua época, autor de romances históricos como Rob Roy, Waverley, Quentin Durward

Essa junção entre literatura e história fica muito clara nos romances de Walter Scott, por exemplo. A partir da segunda metade do século XIX, no entanto, as duas áreas tendem a afastar-se. Enquanto a pesquisa histórica exigia rigor e objetividade, a criação literária exigia aspectos como originalidade, impulsividade e criatividade. Enquanto a literatura do período busca retratar as influências do meio e as relações entre os indivíduos na sociedade, a história se volta para os grandes personagens e os grandes acontecimentos. Com a valorização da história do cotidiano e das minorias, protagonizada pela história cultural, as duas áreas voltam a se encontrar.

No debate historiográfico contemporâneo, a distinção nítida entre arte e ciência não se coloca mais com tanta força. Com o crescente questionamento da superioridade tradicionalmente concedida à filosofia e à ciência, tende-se a considerar artificiais as fronteiras que separam o discurso da verdade e o discurso ficcional [...] (Galvão, 1996, p. 104).

O texto histórico surge, então, como o texto do historiador, que deve ser veraz, mas apresenta acontecimentos enredados em uma trama que não necessariamente segue uma lei de causa e efeito: são produtos da interpretação do pesquisador. O tecido da história é a trama; o objeto do historiador é tão humano como um drama ou um romance (Galvão, 1996).

Fazer história seria extrair do passado o que interessa para responder às questões do historiador. Tanto literatura quanto história se nos apresentam hoje, portanto, como narrativas construídas a partir da interpretação de um autor. Autor que permite nos dois campos a emergência de outras vozes, de outros discursos para que a sua produção, ou representação social, não incorra na supremacia de uma só interpretação, de uma só visão, de uma só voz.

O texto, qualquer que seja ele, histórico ou literário seria, na verdade, um espaço relacional em que se entrecruzam experiências históricas e sociais na forma dinâmica de produção de sentidos que só se concretizam através da prática da leitura. Assim, a leitura leva o leitor a tomar decisões em face de sua experiência histórica e social e em relação às experiências que o texto oferece, produzindo sentido.

Literatura e história, tidas como representações sociais, em que se diferenciariam? A história busca uma representação fiel da realidade, embora se dê sempre de um ponto de vista específico, o do historiador. A literatura tem como domínio próprio o fator estético. A história pode ter o fator estético como elemento estrutural de sua narrativa, mas ele não é imprescindível. Não existe uma relação direta entre o acontecimento

histórico e o texto literário, mas existe uma relação do literário com o histórico. De acordo com Sevcenko (1998, p. 21):

Ocupa-se portanto o historiador da realidade, enquanto que o escritor é atraído pela possibilidade. Eis aí, pois, uma diferença crucial, a ser devidamente considerada pelo historiador que se serve do material literário.

Na tentativa de compreender esses dois tipos de texto, no entanto, não basta analisar os fatores sociais em que eles se inserem. Outros fatores também são importantes: quem produziu, o gênero escolhido na produção literária e o lugar que esse autor ocupa na sociedade. Analisar um romance é também preocupar-se com o retrato social do escritor. Gênero típico da era moderna, o romance é a representação máxima, em termos literários, de uma sociedade, de uma época, e de seus tipos sociais.

O gênero romanesco tem como uma de suas principais características a temporalidade e o seu entrelaçamento com a realidade, com a vida e com a ideologia. Ao se preocupar com o presente, que é por si mesmo algo contínuo e inacabado, o romance desloca a noção de tempo e espaço que perdem o caráter de acabados.

A ossatura do romance enquanto gênero ainda está longe de ser consolidada, e não podemos ainda prever todas as suas possibilidades plásticas (Bakhtin, 1990, p. 397).

Qualquer que seja a distância entre o romance e o leitor no tempo, ele está ligado ao presente, entra em relação com a incompletude desse leitor. É isso que me fez não só perceber entre os romances de Lygia Fagundes Telles uma linha histórico evolutiva da situação da mulher na sociedade, mas analisar esse perfil feminino por ela representado em relação ao seu contexto histórico.

Ao elaborar seus romances, Lygia Fagundes Telles mergulha suas personagens na realidade do mundo e de si mesmas. Sua ficção não é apenas um jogo de linguagem, mas um exercício de sobrevivência, um deparar-se com o mundo, um aprender com o mundo. Certamente porque, como afirma o crítico Eduardo Portela, a autora sabe que a ficção é um modo de ser do real (Portella Apud Telles, 1997, p.8), e o mundo real transborda do texto e da linguagem da autora em toda a sua complexidade através de personagens que empreendem a experiência dos encontros e desencontros na busca por sua própria identidade.

Carroza (1992), fazendo um estudo comparativo entre a obra de Lygia Fagundes

Telles e a da escritora portuguesa Maria Judite de Carvalho, observa o apelo de ambas ao universo feminino, demonstrando, todavia, que não é essa uma visão estanque. Ambas as autoras se concentram na relação com o outro, seja este outro o mundo, a sociedade ou o masculino. É no diálogo com o outro que se constitui o feminino em suas obras.

O romance é o zôo das práticas cotidianas, e possui um enorme valor no campo do estudo das práticas sociais, revelando os meandros da vivência diária e das relações entre os indivíduos.

Ora, passado o tempo dos mitos, é nos textos literários que se constrói a personalidade. É neles que cada um aprende a simbolizar as suas vivências, as suas emoções e as suas paixões, os seus desejos. Neles descobrimos todo o desconhecido dos outros. A literatura é portanto o lugar privilegiado onde se operam, indissociavelmente, a subjetivização e a socialização. O jogo entre realidade, imaginário e linguagem permite desentranhar os modelos sócio-individuais de identidade e, em particular, os da identidade do sexo e da diferença sexual (Marini Apud Thébaud, 1991, p. 371).

Gênero nascido e alimentado na era moderna, o romance ainda se encontra em fase de constituição. O principal objeto romanesco, aquele que o caracteriza, que cria sua originalidade, é o sujeito que fala e a sua palavra. O discurso desse sujeito não é somente reproduzido ou transferido, mas representado artisticamente. O discurso é, portanto, objeto de representação e o sujeito que fala é sempre um ideólogo, pois representa sempre um ponto de vista particular sobre o mundo, aspirando a uma significação.

O romance é o único gênero em evolução, por isso ele reflete mais profundamente, mais substancialmente, mais sensivelmente e mais rapidamente a evolução da própria realidade. Somente o que evolui pode compreender a evolução. O romance tornou-se o principal personagem do drama da evolução literária na era moderna precisamente porque, melhor que todos, é ele que expressa as tendências evolutivas do novo mundo, ele é, por isso, o único gênero nascido naquele mundo e em tudo semelhante a ele (Bakhtin, 1990, p. 400).

O romance, como um tipo específico de discurso, é palco do indivíduo cuja identidade se elabora na oposição, na tensão com o meio em que ele se move. A experiência, o conhecimento e a prática (o futuro) definem o romance (Bakhtin, 1991, p. 407). O romance não pode existir senão dentro de um quadro social e, portanto, dentro de um processo ideológico mais amplo em que ele pode definir-se, nascer e desempenhar funções.

Estudei não somente o romance, mas romances de uma escritora: Lygia Fagundes Telles. Esse é mais um dado específico que influi decisivamente na visão que esses textos apresentam sobre a época e a sociedade, além de ser um dado fundamental na representação dos perfis dos indivíduos que surgem nessas obras: mulheres.

Todas as personagens principais dos romances dessa autora são mulheres, o que permite estabelecer uma estreita relação entre sua voz de autora e a de seus personagens. Não que surja uma imagem da autora no campo da representação, mas autora e personagens dialogam através das mesmas medidas axiológicas e temporais.

Embora o discurso da autora ressoe nos textos, ele não é o único. Ver somente esse discurso autoral resulta numa visão deturpada e corrompe a natureza mesma do gênero romanesco que é constituída da diversidade.

As linguagens do plurilinguismo como espelhos que apontam um para o outro, cada um dos quais refletindo a seu modo um pequeno pedaço, um cantinho do mundo, forcem a adivinhar e captar atrás dos seus aspectos mutuamente refletidos um mundo mais amplo, com muito mais planos e perspectivas do que seria possível a uma única linguagem, um único espelho (Bakhtin, 1990, p.204).

Essa diversidade constitutiva do gênero romanesco é um dado a que convém estar atento para reconhecer o romance como gênero que baseia suas representações no presente, um presente expandido, apontando para o além.

Estar no “além”, portanto, é habitar um espaço intermédio, como qualquer dicionário lhe dirá. Mas residir “no além” é ainda, como demonstrarei, ser parte de um tempo revisionário, um retorno ao presente para redescrever nossa contemporaneidade cultural, reinscrever nossa comunalidade humana, histórica; tocar o futuro do lado de cá (Bhabha, 1998, p.27).

Essa representação do real que constitui a prosa romanesca nos apresenta

um mundo de verdades relativas, de indivíduos inacabados e múltiplos e, portanto, em conflito. Autor e personagem colocam-se no mesmo plano, de forma que a voz do autor dialoga com a do personagem, e enriquece o texto literário com dados da realidade.

Um dos principais temas interiores do romance é justamente o tema da inadequação de um personagem ao seu destino e à sua situação (...) A mesma zona de contato com o presente inacabado e, por conseguinte, com o futuro, cria a necessidade de tal não coincidência do homem consigo mesmo. Nele sempre permanecem as virtualidades irrealizadas e as exigências não satisfeitas (Bakhtin, 1990, p. 425).

Esses romances de autoria feminina também apresentam uma visão de mundo particular, confirmando a relação entre literatura, contexto sócio, econômico e político. O romance *A casa dos espíritos*, de Isabel Allende², é, por exemplo, um diálogo extenso e bem construído com a sociedade onde ela se insere. Através da história das mulheres da família Trueba, Isabel Allende nos coloca em contato com a história do próprio Chile, as lutas, as revoltas sociais, as estruturas familiares, as reviravoltas políticas, a Ditadura. Tudo sempre exposto sob uma perspectiva, sob um olhar feminino.

[...] é que essa perspectiva, em lugar de enfraquecer as narrativas por causa do tom “feminino”, dá a elas uma força renovada e uma originalidade adicional enquanto, ao mesmo tempo, subverte o cânone literário (Paiva, 1993, p. 11).

O olhar feminino voltado para o social também se percebe em escritoras aparentemente afastadas dessa realidade histórico - social como Clarice Lispector³ e Lygia Fagundes Telles, cuja tônica é a busca dos aspectos psicológicos constitutivos das personalidades e herdados das relações entre as personagens.

A própria postura de Lygia Fagundes Telles como intelectual ativa a quem define como uma autora engajada. Não um engajamento restrito à esfera política,

2 Isabel Allende é chilena, autora, entre outros, do romance *A casa dos espíritos* que apresenta como contexto desde os conflitos que antecederam o governo de Salvador Allende, tio da autora, até o golpe e a Ditadura que o sucedeu

3 Clarice Lispector em contos e romances, como *Laços de família* e *A hora da estrela*, também apresenta aspectos do contexto sócio político e econômico, embora sua obra esteja muito mais envolta nos mistérios da linguagem e do universo feminino.

mas que alcança uma esfera mais ampla: a defesa da condição humana, a busca pela felicidade, que só se realiza através da educação, da saúde e da liberdade. Esses são os fatores que, de acordo com palavras da própria autora, em entrevista ao *Cadernos de Literatura Brasileira* (1998, p. 41), são fundamentais para a melhoria dos indivíduos e da sociedade em geral.

No Brasil, saúde e educação. Essas são as bandeiras escangalhadas desse país. Não se pode falar em cultura sem saúde e sem educação. Sem saúde, o que a gente tem é a podridão humana/ o analfabetismo, no Brasil, nós sabemos, é um absurdo. Perto desses problemas, a cultura - é triste dizer isso porque sou escritora - seria um luxo.

O que parece ser uma visão bastante pessimista da autora, na verdade é uma revolta que transparece na teia de seus textos não só na construção do tecido textual, mas na elaboração do perfil das próprias personagens, que também questionam esses fatores. Essa é a forma que a autora encontrou, provavelmente, de elaborar a sua intervenção na realidade e na sociedade. Sua posição, ao contrário do que parece, é de otimismo, até porque, diz ela na mesma entrevista, ser pessimista significaria sentar no último degrau da escada do Terceiro Mundo, cobrir a cabeça e esperar a morte.

Assim, utilizar a obra dessa autora como fonte, extraindo dela retratos representativos e uma configuração histórica é uma atitude coerente não só com as relações entre literatura e história, mas com a verdade mesma de sua obra. Ela se apresenta ligada tanto a uma tradição de literatura produzida por mulheres, quanto a uma tradição de literatura preocupada em traçar um retrato da sociedade a partir dos indivíduos que nela se inserem. Dessa forma, através de seus romances e das revistas que utilizo como fonte, extraio categorias de análise que me permitem observar a vida familiar e o envolvimento cultural, social e político de uma parcela das mulheres que viveram, fizeram e transformaram as décadas de 1960 e 1970.

Parte 2



Faces de mulher no Brasil décadas de 1960 e 1970

A minha gente hoje anda
Falando de lado
E olhando pro chão, viu?

Chico Buarque (1978)

1. Marcas da Ditadura

A década de 1960 no Brasil fica marcada pelo início da Ditadura Militar, que se estenderá por toda a década de 1970. A Ditadura só perderá a sua força no início dos anos 1980, com os primeiros passos rumo à abertura proposta pelo governo Geisel através da revogação do Ato Institucional nº 5, e pelo movimento em prol da anistia.

A classe média foi uma das mais participativas tanto na instauração do novo regime quanto no seu combate nos anos seguintes. A marcha da Família com Deus e pela Liberdade, que antecipou e depois saudou a Ditadura, reunindo mais de 500 mil pessoas no Rio de Janeiro, era um movimento que representava uma parcela da sociedade que acreditava na Ditadura como a salvação do Brasil diante das ameaças de subversão, corrupção e comunismo.

Historiadores, como Reis (2000), demonstram que a maior parte da sociedade tinha simpatia pela Ditadura. Em reportagem para a revista *Época*, ele afirma que as “marchas da Família com Deus e pela Liberdade reuniram mais gente que o comício do Jango na Central do Brasil (Época 28 de maio de 2001)”.

Grande parte da sociedade temia o que a imprensa nacional e estrangeira divulgava sobre a guerra fria, as imposições americanas a Cuba, a guerra do Vietnã. O medo do comunismo juntava-se aos graves problemas sociais enfrentados pelo Brasil na década de 1960. A classe trabalhadora se organizava em sindicatos ou em entidades antissindicaais, ou inseria-se em movimentos nacionalistas. A classe trabalhadora rural organizava-se em Ligas Camponesas liderando, no Nordeste, movimentos reivindicatórios com feições políticas. Grande parte da sociedade se mobilizava em prol de mudanças ou em prol da permanência dos valores e das estruturas já estabelecidas.

A Igreja também se dividia. Uma parte apoiava o regime, outra, mais liberal, se colocava contra as atitudes governistas apoiando as organizações estudantis. A Igreja passa, nessa década, por profundas reformas resultantes do Concílio Vaticano II (1962) e da Conferência de Medellín (1968). Em 1967, a CNBB (Confederação Nacional dos Bispos do Brasil) defende padres presos por subversão e se posiciona contra a Lei de Segurança Nacional.

O panorama social, elaborado por Lygia Fagundes Telles no romance *As meninas* (1998b), dá conta dessa participação ativa da Igreja na sociedade. O pensionato religioso onde as personagens residem não é apenas um refúgio, é também o lugar onde se sentem seguras das incertezas políticas e sociais. A madre superiora apresenta

um perfil bastante liberal e, mesmo ciente das atividades políticas de uma das meninas, não toma atitudes que possam prejudicá-la. Uma das freiras, Irmã Bula, no entanto, se insinua como uma espiã, ela espreeita o movimento das meninas e é suspeita de ser responsável por denúncias à madre. Lorena desconfia das atitudes da freira:

Acho que foi essa sonsinha que escreveu a tal carta anônima com milhares de delações: Lião, uma comunista fabricante de bombas. Ana Turva, uma viciada em rápido processo de prostituição. Eu, uma amoral, indolente parasita da mãe devassa, velha corruptora de jovens: “O que se pode esperar a uma menina com uma mãe semelhante?” [...] E aquela outra carta que denuncia Irmã Clotilde como namorada de Irmã Priscila, barra pesadíssima. Ana foi falar com Madre Alix e vi a carta em cima da mesa. Se é que não mentiu, a carta exigia medidas drásticas para se pôr um paradeiro em tamanha abominação. E madre Alix? Tranqüila. Imagine se vai entrar num moinho desses (Telles, 1998b, p. 108).

Os dois lados da Igreja parecem bem evidentes: a parte favorável ao regime e a parte favorável à condição humana, protegendo as jovens de uma repressão mais forte. Madre Alix é descrita, sempre, como uma mulher ponderada e bondosa, mais consciente dos problemas sociais do que as meninas querem acreditar. Tenta aconselhar Lia a ter mais cuidado com sua segurança na militância política. Lia não compreende os cuidados da Madre, acredita que ela lhe pede que recue e acusa a Madre de viver numa redoma, ignorando as questões da sociedade. Ela lê o relato de tortura da polícia sobre um esquerdista, espera chocar a freira com sua leitura.

Dobro a folha. Madre Alix me encara. Os olhos cinzentos tem uma expressão afável.

- Conbeço isso, filha. Esse moço chama-se Bernardo. Tenho estado muito com a mãe dele, fomos juntas falar com o Cardeal. (Telles, 1998b, p. 147).

Lia se espanta, ela não previra a ação de Madre Alix. Seu discurso não estava preparado para compreender que a ação também podia se dar de outra forma, sem o veio da guerrilha, sem a atuação direta, sem o partido. O apoio aos familiares e a intermediação na libertação de presos políticos foram formas de ação da Igreja durante a Ditadura Militar no Brasil.

Entre os setores que apoiaram o golpe também havia uma divisão. Na verdade,

três tendências lutavam pelo poder dentro das Forças Armadas. Em primeiro lugar, estavam os militares sob influência da Escola Superior de Guerra, articulados com IPES (Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais) e IBAD (Instituto Brasileiro de Ação Democrática). Em segundo lugar, vinha a “linha dura”, que congregava os escalões intermediários e tinha como porta-vozes alguns generais, como Costa e Silva. Eles propunham a permanência dos militares no poder e medidas cada vez mais autoritárias. E, em terceiro lugar, alguns generais, como Peri Bevilacqua e Mourão Filho, que denunciavam os aspectos antidemocráticos do golpe assim como queriam evitar a total militarização do regime.

A linha dura delineou sua vitória desde os primeiros momentos, o que culminou com a prorrogação do mandato de Castelo Branco, com o AI-2 e AI-3 e com a indicação de Costa e Silva para a presidência, posteriormente.

O regime centralizou todo o poder e todas as decisões no Executivo, governando na base de atos institucionais, decretos lei e constituição outorgada. Foram suspensas as eleições diretas para governadores e presidente da República. Foram fechados os partidos políticos existentes e criado, por decreto, o bipartidarismo - Arena (Aliança Nacional Renovadora) e MDB (Movimento Democrático Brasileiro) (Habert, 1996, p. 9).

A crescente insatisfação social faz aumentar gradualmente a truculência do poder instituído. Grande parte da sociedade brasileira via nos desígnios da Ditadura, a única forma de evitar o “perigo vermelho”. Mas a sociedade aceitava ou se opunha ao regime com uma certa fluidez, com a mesma instabilidade que cercou a própria Ditadura. Não foram maioria os grupos que optaram pela resistência integral.

Aos poucos, inicia-se um verdadeiro processo de caça às bruxas pelo país, com prisões, censura a publicações e intimidações de toda a ordem. Frustrada pela falta de ações decisivas do governo no combate à inflação e a outros problemas, a sociedade começa a se manifestar negativamente ao novo regime. Charges na imprensa exprimem o desagrado social, movimentos estudantis debatem as questões mais relevantes. “No teatro, na música de protesto, nas artes plásticas, ecoavam as perplexidades e as amarguras de amplos setores sociais” (Reis, 2000, p. 41).

Na área da economia, distante do terror dos bastidores, o país desenvolvia-se próspero e dinâmico. O Produto Interno Bruto (PIB) entra na década de 1970 em pleno crescimento. Liderava esse crescimento do PIB a produção industrial, principalmente, a

indústria automobilística e a de eletroeletrônicos. Grandes corporações multinacionais instalam-se no país incentivadas pela mão-de-obra barata, grandes mercados potenciais e garantias políticas. É a internacionalização da economia. O fenômeno da globalização começa a dar os seus primeiros passos no Brasil. Cresce, nesse processo, uma onda ufanista incentivada pelo Estado com *slogans* como: *Prá frente, Brasil!* ou *Brasil, ame-o ou deixe-o!* que culmina com a conquista da Copa de 1970 no México.

As mudanças econômicas pareciam levar a flores no futuro da nação. O Brasil era, então, o país do futuro. Entretanto, as desigualdades sociais só aumentavam. Os pacotes sociais, previstos pelo governo, não engrenavam. Com todas as dívidas e com os evidentes contrastes, o Brasil entra nos anos setenta como uma potência emergente no plano internacional e grande parte dos brasileiros canta, levados pela explosão ufanista, a música de Don e Ravel:

*Eu te amo meu Brasil, eu te amo,
Meu coração é verde, amarelo, branco, azul-anil
Eu te amo, meu Brasil, eu te amo,
vNinguém segura a juventude do Brasil.*

O “Milagre Econômico” multiplicou as oportunidades de trabalho e lançou as bases para uma diversificada e moderna sociedade de consumo; além de ter concentrado ainda mais a renda de tal forma que o Brasil urbanizado do topo da pirâmide social se estabelece a uma distância quase insuperável da base rural dessa pirâmide. Essa multiplicação das chances de trabalho mantém, entretanto, as normas da sociedade patriarcal. Poucas são as mulheres que ultrapassam as barreiras sociais impostas ao seu comportamento.

A revista *Realidade* (Fev./1971) oferece uma reportagem (Tenha a coragem de mudar) que clama a sociedade para uma mudança mostrando exemplos de pessoas que ousaram deixar um emprego estável em busca de um outro que lhes desse maior prazer. A reportagem é seguida por um quadro intitulado “Estas profissões dão dinheiro. Escolha uma”. O quadro oferece o perfil de dez profissões de sucesso. Cada uma com a foto de um profissional em ação. Entre as dez, só uma apresenta um perfil já cristalizado socialmente como delegado às mulheres, o de secretária bilíngüe.

A secretária bilíngüe é a pessoa mais importante do escritório depois do executivo - a quem assiste nos mínimos detalhes. Suas funções vão desde controlar a correspondência, cuidar do arquivo e recepcionar, até redigir

em português ou inglês ou servir como intérprete. É formada pelo curso de secretariado de nível médio. Mas, ao mesmo tempo, a aluna deve estudar algumas línguas, no mínimo inglês. [...] A secretária bilingüe deve ser também uma boa taquígrafa (Realidade, Fev./1971).

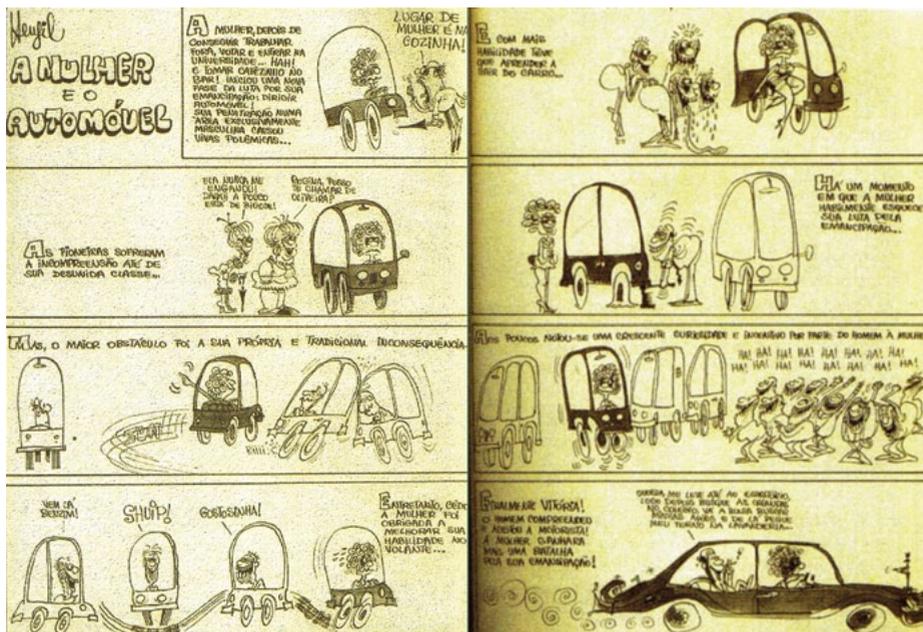
Todas as outras nove profissões são apresentadas não só com fotos de modelo masculinos, mas com todo o texto direcionado para esse gênero. Das nove profissões masculinas, apenas três exigem nível médio de formação educacional. As outras seis exigem curso de nível superior. A profissão feminina é uma profissão de nível médio. Além disso, exige apenas alguns cursos de língua estrangeira. Não há, realmente nenhuma alusão à possibilidade de que as profissões apresentadas para homens possam ser exercidas também por mulheres.

As oportunidades de trabalho para a classe média cresceram durante a Ditadura junto com as oportunidades de altos salários nas estatais ou nas grandes empresas privadas, o que aumentou o poder de compra de uma infinidade de produtos. Em 1969 os consórcios ofereciam o Opala e o Corcel, modelos recém-lançados e totalmente direcionados a esse público de classe média. São inúmeras as propagandas de carro veiculadas na revistas procurando atingir, em sua grande maioria, um público familiar. Ou seja, o carro para a mulher/mãe, útil para levar os filhos à escola. O carro para o casal que ainda está formando uma família (caso do Fusca), o carro amplo, para viagens, caso do Galaxie, ou carros para viagens com toda a família, incluindo os animais de estimação, caso da Kombi. Como afirma a propaganda:

Com uma Kombi Luxo Volkswagen v. pode levar todos aqueles “itens” que tornam um passeio mais agradável. [...] Além de levar toda a família e as coisas que v. mais gosta em sua casa, Kombi VW tem mais 15 vantagens extras [...] (Realidade Junho/1967).

No que tange à relação entre o automóvel e a mulher, esta era alvo de piadas constantes sobre a sua conduta como motorista. Piadas, alias, comuns até hoje.

Uma história em quadrinhos de autoria de Henfil, publicada na revista *Realidade* em 1970, ironiza as conquistas femininas deixando bem claro que não seria muito vantajoso para a mulher assumir mais essa tarefa até então ainda considerada mais apropriada ao masculino.



O fato evidente nas fontes é sempre a ampliação das possibilidades de consumo daquela emergente classe média. O acesso a novos bens de consumo, como o automóvel, é um exemplo. Raul Seixas expressa sua opinião sobre essa questão, com humor e ironia, através da música “Ouro de tolo”:

Eu devia estar contente, porque tenho um emprego. Sou dito cidadão respeitável

e ganho quatro mil cruzeiros por mês.

[...] Eu devia estar feliz porque consegui comprar um Corcel 73. [...] e agora eu pergunto: E daí?

Eu tenho uma porção de coisas grandes

pra conquistar, eu não posso ficar aí parado [...]

(Seixas Apud Carmo, 2001, p. 114).

Se, por um lado, a família “remediada” brasileira podia sair desfilar pelas ruas no seu Fusca zerinho, por outro, sofria pelos inúmeros perseguidos, exilados, desaparecidos e pelo medo e insegurança constantes. Medo do interlocutor, do vizinho da mesa ao lado, do desconhecido.

Ao se instalar no poder em 9 de abril, os militares obrigaram a dar uma reviravolta: com efeito, desmoronava a primeira experiência democrática que o país vinha construindo ao longo de dezoito anos (Almeida e Weiss Apud Schwarcz, 1998, p. 323).

Nesse ambiente instável, fazer oposição incluía uma infinidade de formas e ações: a resistência organizada em prol de uma revolta armada ou de uma redemocratização social; atitudes ocasionais de solidariedade a um perseguido; assinatura de manifestos; empréstimo de casa para reuniões políticas; participação em peças, filmes e manifestos públicos contra o regime. A sociedade participava dando sua opinião na imprensa, no teatro e, principalmente, na música. A ordem geral era testar os limites do que era permitido [...] “o que se pode escrever numa coluna de jornal, o que se pode compor e contar, o que se pode encenar ou ensinar sem atrair represálias pessoais (Almeida e Weiss Apud Schwarcz, 1998, p. 330)”.

Esses limites vão se estreitando cada vez mais até o implacável golpe contra a liberdade pública e individual que foi o Ato Institucional nº 5, em 1968. A existência deste ato afeta toda a configuração que eu possa construir sobre essas duas décadas, pois ele institui um importante fator político e social: a censura. Ela origina, em maior ou menor grau, os sentimentos que também atingiam os indivíduos durante esse período: a insegurança e o medo.

A censura marca as relações sociais, as pessoas passam a ter mais cuidado ao expressar suas opiniões em público e muitas vezes se calam ante o medo de ter um interlocutor que está a espera apenas de uma frase ou de um ato mais rebelde que sirva de pretexto para a denúncia. A imprensa nacional, ao mesmo tempo em que apresenta um grande crescimento originado pela crescente modernização da sociedade na década de 1970 e pelas novas tecnologias, por outro lado, enfrenta a presença constante e castradora da censura prévia.

Essas mudanças no “business” da comunicação - mudanças técnicas, tecnológicas, administrativas, de escala empresarial e de relacionamento do setor com o mercado e o Estado afetaram de modo substancial o exercício do jornalismo no país, o dia-a-dia dos jornalistas e suas escolhas políticas possíveis (Almeida e Weiss Apud Schwarcz, 1998, p. 350).

Até os jornais alternativos como *O pasquim*, *Opinião* e *Movimento* precisaram ficar atentos às novas conquistas técnicas. Essas tendências de industrialização da imprensa e suas novas regras de gerenciamento a ligaram muito intimamente ao poder oficial, o que tendia a desestimular o jornalismo de denúncia.

A mídia em peso havia apoiado com entusiasmo a derrubada de Goulart, pela qual havia clamado e para a qual havia conspirado, assim como exultara com o fim das “reformas de base”, da influência dos sindicatos no governo, da ação das Ligas Camponesas e das restrições aos capitais estrangeiro. Os “excessos” do Primeiro de Abril eram questões de sobrenos; logo passariam [...] (Almeida e Weiss Apud Schwarcz, 1998, p. 351).



Figura 2 – Revista Realidade, Junho/1967

Foram poucos os meios de comunicação que assumiram uma atitude de oposição declarada ao regime. Entre os maiores jornais brasileiros o *Correio da Manhã*,

do Rio de Janeiro, foi um dos primeiros a voltar-se contra o novo regime. Já em 3 de abril de 1964 estampou o editorial “Terrorismo não”, responsabilizando o governador Carlos Lacerda pela truculência da polícia carioca. Seus jornalistas - Antonio Callado, Carlos Heitor Cony, Hermano Alves, Márcio Moreira Alves, Otto Maria Carpeaux e Paulo Francis - se tornaram porta-vozes da elite oposicionista. O jornal, no entanto, passou por uma longa agonia financeira, estimulada pelo regime e deixou de circular em junho de 1974.

Outros jornais que pouco tempo depois romperam com a Ditadura foram o *Estado de São Paulo* e o *Jornal da Tarde*, da família Mesquita, que também sofreram censura prévia de agosto de 1972 a janeiro de 1975, véspera do centenário do jornal. Sua forma de protesto mais evidente foi a opção de preencher os espaços censurados com versos de *Os Lusíadas* ou receitas de culinárias, às vezes sem pé nem cabeça, para desespero dos leitores de mente literal, desapegados das questões políticas.

A revista *Veja* muitas vezes preencheu seus espaços censurados com o logotipo da editora Abril, talvez também como forma de protesto. A revista *Realidade*, que elaborava reportagens de gosto indigesto ao regime, sobre comportamento sexual, fidelidade conjugal, divórcio, aborto, chegou a ter uma edição especial sobre a mulher, em 1967, totalmente apreendida. Os censores brasileiros, que se tornaram famosos por sua total ausência de critérios objetivos, podiam pecar por excesso, jamais pela falta. Dessa forma, eles censuravam desde textos, programas, peças que fossem uma explícita crítica ao regime até palavras e expressões que afetassem o que se estabelecia como “moral e bons costumes”.

O general Juvêncio Façanha, chefe da Polícia de Segurança Federal, que dava a palavra final na liberação de filmes e peças teatrais, afirmava que não deixava passar palavrões na boca das personagens femininas. Mulher não diz palavrão, diz ele em entrevista à revista *Realidade* (Abril1968). Acho que dizer palavrão fere a dignidade de uma mulher.

Afinal, dizia um investigador do DOPS paulista nos anos 1970, o perigo era “sexo, marxismo e ideias exóticas” - que ele pronunciava “secho, marchismo e ideias ejóticas” (Almeida & Weiss Apud Schwarcz, 1998, p. 343).

Os censores estavam presentes nas redações dos jornais e revistas, nas emissoras de rádio e TV, em todos os meios de comunicação e só deixavam sair notícias filtradas e maquiadas que passassem uma imagem de paz, prosperidade e tranquilidade no país.

O auge da popularização da TV ocorre, portanto, durante a Ditadura, reinado, principalmente, da TV Globo e de suas novelas. A TV Globo começou a operar em

1965, mas antes dela já haviam a TV Record, a TV Exelcior e a TV Tupi. Embora o número de aparelhos ainda fosse reduzido na década de 1960, ele apresentou um crescimento considerável durante toda a década de 1970 impulsionado pelo “milagre econômico”. O lazer fundamental da população repousava cada vez mais na televisão. Ela começava a gerar comportamentos, ditar modismos e mostrar um retrato da sociedade através da novela. Um retrato censurado e intermediado pelos desejos da ordem pública, mantendo os indivíduos ao largo das grandes decisões.

Durante o governo do general Emílio Garrastazu Médici (1969-1974) a censura alcançou o auge de sua atuação. O general tentava, a todo custo, manter a imagem de um país próspero e tranquilo, com um grande futuro. A censura tinha, nesse projeto, um papel de destaque e a televisão era o principal veículo de difusão dessa imagem. Tanto que, em mensagens do presidente à nação o tema girava em torno dessa imagem de tranquilidade que o país apresentava:

Sinto-me feliz todas as noites, quando ligo a televisão para assistir ao jornal. Enquanto as notícias dão conta das greves, agitações, atentados e conflitos em várias partes do mundo, o Brasil marcha em paz, rumo ao desenvolvimento. É como se eu tomasse um tranqüilizante, após um dia de trabalho (Médici Apud Habert, 1996, p. 27).

A *Veja* apresenta versão menos tranquila dessa visão do presidente Médici na reportagem “Quatro anos de governo sem uma crise”, em que comenta um pronunciamento feito pelo presidente à televisão. A tônica do discurso de Médici é a ideia de que, apesar de indicado indiretamente ao cargo, sua presença na presidência teria sido legitimada pela população através das eleições em Municípios e Estados. A *Veja* dá voz, porém, ao protesto de políticos do MDB, que culpam os votos brancos e nulos pela sua derrota. Os brancos e nulos somavam 1,2 milhões de votos. O parlamentar paulista Pacheco Chaves afirma na matéria:

Acho que o presidente Médici tirou conclusões não acertadas sobre a Arena. Ele exaltou os resultados esquecendo o meio pelo qual a Arena chegou a eles. Os governadores foram nomeados e, em São Paulo, poucos dias antes da eleição, foram presas cerca de 10000 pessoas (Veja, 9 de Jan. 1974)

Se a censura era ostensiva com a grande imprensa, que bem ou mal se curvava ao regime para sobreviver, ela era implacável com a imprensa alternativa cujos líderes

eram constantemente ameaçados, presos, interrogados .

[...] os “nanicos” - como eram chamados - eram jornais de pequeno porte, tanto nos recursos econômicos de que dispunham quanto no formato tablóide (publicados semanal, quinzenal ou mensalmente, quando conseguiam sair), que mantiveram posição de forte e corajosa contestação à Ditadura e tiveram papel importante na veiculação das informações que o regime procurava esconder a todo custo, e no debate de ampla gama de assuntos políticos, econômicos e culturais (Habert, 1996, p. 39).

A maior arma dos alternativos era o bom humor, ferino e afiado instrumento de crítica utilizado, constantemente, por nomes como Millôr Fernandes, Henfil, Jaguar, entre outros. Inovadores na forma e no conteúdo, os periódicos alternativos fundaram um novo estilo jornalístico e trouxeram à tona as discussões mais variadas como os descabros do regime, as análises críticas da cultura, da arte e da literatura. Os alternativos eram também um espaço aberto para as questões das minorias - mulheres (*Brasil Mulher, Nós Mulheres*), negra (*Tiçã*) e homossexuais (*Lampião*). Porta-vozes das minorias que começaram a se organizar, unindo suas reivindicações específicas à questão da política nacional, a resistência era a sua tônica. Através da busca por novas linguagens e novas formas de criação, esses alternativos fizeram parte da leitura dos jovens e da formação de boa parte dos estudantes brasileiros, que procuravam participar ativamente das transformações políticas e educacionais promovidas no período. Ler os alternativos era uma forma de ter acesso a textos com um perfil não só inovador, mas crítico, permeados, muitas vezes, por valores que contrariavam, diretamente, a ideologia dominante.

2. Leitura e Educação

*Este é tempo de partido,
Tempo de homens partidos
[...]
Calo-me, espero, decifro.
As coisas talvez melhorem.
São tão fortes as coisas!*

Carlos Drummond de Andrade (1945)

Pensar os valores que geraram a configuração social das décadas de 1960 e 1970 no Brasil inclui pensar o tipo de leitura que circulava na sociedade. Uma das fontes, para uma análise rápida desse fator, podem ser as listas de vendagem publicadas nos periódicos. Figuravam nas listas de mais vendidos os livros de filósofos como Sartre e Marcuse ou de escritores como James Joyce, Baudelaire e Henry Miller. Em 1968, a revista *Veja* apontava entre os mais vendidos, os seguintes livros: *Projeto para o Brasil* de Celso Furtado; *Eros e Civilização*, *Ideologia da Sociedade Industrial* e *Materialismo histórico e existência*, de Herbert Marcuse e *O poder jovem*, de Arthur José Poerner.

Um livro comprado não é sempre um livro lido, mas podemos perceber, a partir dessa lista, pelo menos os temas de maior interesse social. A listagem demonstra que, aparentemente, grande parte da sociedade brasileira procurava temas filosóficos, existenciais. Demonstra, também, a preocupação dos leitores com as questões político-sociais, causada, provavelmente, pelo quadro de repressão que dominava o cenário nacional. Assim como deixa evidente a identificação dos leitores com dois temas predominantes: a sexualidade e a juventude. Interligados ou não.

Um passeio pelas livrarias do país, tal como fizera Caetano pelas bancas de revistas em “Alegria Alegria”, reforça essa impressão de que a nossa revolução sexual não começou na cama, mas nas prateleiras; pela teoria, antes da prática. Em cada três livros, garantia uma pesquisa, pelo menos um tratava de questões sexuais (Ventura, 1988, p. 32/33).

Marcuse era o guru dessa geração. Dois de seus lançamentos no Brasil, *Eros e civilização* e *Ideologia da sociedade industrial*, ficaram na lista dos mais vendidos durante meses. A sua leitura traz os temas que marcaram profundamente essa geração. A negação da sociedade capitalista e a discussão em torno do socialismo e de uma sociedade diferente que os jovens buscavam construir.

A geração de 68 talvez tenha sido a última geração literária do Brasil - pelo menos no sentido em que seu aprendizado intelectual e sua percepção estética foram forjados pela leitura. Foi criada lendo, pode-se dizer, mais do que vendo (Ventura, 1988, p. 51).

Grande parte dos periódicos trazia uma seção dedicada à literatura. Assim é que em *Cláudia* e *Realidade*, por exemplo, havia sempre a publicação de um conto ou resumo de romance de autor nacional ou internacional. Em seu número de abril de 1970, *Realidade* traz a reprodução de um capítulo do livro *Papillon* de Henri Charrière, de grande sucesso na França, que estava para ser lançado no Brasil. Na década de 1970, a revista dá destaque aos textos literários utilizando papel de uma cor diferente e, no caso de *Papillon*, introduzindo o texto com uma reportagem sobre o autor.

O número de dezembro de 1968, no entanto, apresenta uma conjuntura mais singular. A revista publica uma tradução de *A revolução dos bichos*, de George Orwell. Uma breve apresentação do autor, descreve-o como escritor de esquerda. A apresentação do romance, no sumário, revela-o como “uma sátira a todos os tipos de autoritarismo”. Esse número, que sai no mesmo mês em que é promulgado o AI-5, dezembro de 1968, apresenta uma evidente tendência antiditatorial. A capa mostra um retrato de Luiz Carlos Prestes e a chamada afirma: “Este rosto não existe mais”, introduzindo a principal reportagem da revista: uma entrevista com o líder de esquerda. Entre as outras manchetes da capa, destaque: *Copa 70: vamos pela esquerda*. A reportagem apresenta três canhotos que compõem a seleção que disputaria a Copa do Mundo de futebol: Gérson, Rivelino e Tostão. Dentro da revista a afirmação: “Nestas esquerdas o Brasil confia”. A ênfase na esquerda em várias manchetes, certamente, não é um ato gratuito em um país que vive o recrudescimento de um regime autoritário.

Muitas vezes, a revista *Realidade* traz, também, o resumo de estudos históricos ou filosóficos. A presença da literatura nessas revistas pode ser percebida durante toda a década de 1960 e tende a desaparecer ao longo da década de 1970, acompanhando o processo de modernização por que passou a imprensa brasileira. Numa sociedade em que a televisão dá os seus primeiros passos, o livro ainda é o melhor meio de reflexão sobre o mundo.

O boom editorial do ano indica um tipo de demanda que passava por algumas inevitáveis futilidades, mas se detinha de maneira especial em livros de densas ideias e em refinadas obras de ficção. Nas listas de best sellers, convivem nomes como Marx, Mao, Guevara, Débray, Luckács, Gramsci, James Joyce, Herman Hesse, Norman Mailer e, claro, Marcuse (Ventura, 1988, p. 54).

Desde as vanguardas herdadas da década de 1950, como o movimento de poesia concreta, até os mais tardios, como o movimento de poesia marginal, os principais movimentos culturais desse período tinham como meta a conscientização política. *Desse ponto de vista, os intelectuais atribuíam a si mesmos a missão de levar às massas uma cultura nacional autêntica que denunciasse os aspectos políticos da vida social brasileira (Carmo, 2001, p.64).*

A *intelligentsia* reformista queria uma revolução que libertasse o povo. O artista procurava se identificar com o povo operário, expressão mais moderna das sociedades industriais. A vanguarda dizia que o operário precisava de um texto racional, que o ensinasse a pensar como a máquina ensinava. Essa visão da literatura como um instrumento de conscientização política permeia a opinião de Lia, personagem de *As meninas* (1998b), e ela o usa como conselho ao jovem militante a quem dá cobertura num esconderijo:

- Não se preocupe em publicar, vai escrevendo. Você não quer ser jornalista? Então é praticar, depois a gente vê. Presta atenção, falar em subdesenvolvimento não é só falar nas crianças, depois dou o número exato das que morrem por dia. Tem o analfabetismo. A multiplicação das favelas. Os retirantes, dê um passeio pelas rodoviárias, escute o que essa gente fala. Vendedores ambulantes com pentes, lápis, giletes. O lixo estourando nas ruas, como se chamam essas bocas que se abrem entupidas nas calçadas? A sujeira dos cafés, restaurantes, privadas, a sujeira apoteótica dessas privadas, a começar pelas da Faculdade, Ó, Pedro! Dê uma ligeira volta por aí e o artigo se faz sozinho no acessório e no principal (Telles, 1998b, p. 134/135).

O ideal literário de Lia reside na exposição da realidade, na denúncia. Ela pede ao amigo que leia a realidade. E fora do esquema das grandes editoras, grupos de jovens poetas, em geral universitários, instituíram o que hoje se conhece como “poesia marginal”. Eles imprimiam seus textos em mimeógrafos e os vendiam nas praças,

nas portas dos cinemas, dos teatros ou os pichavam pelos muros da cidade. A poesia marginal:

Desenvolvida sob a mira da polícia e da política dos anos 70, foi uma manifestação de denúncia e de protesto, uma explosão de literatura geradora de poemas espontâneos, mal-acabados, irônicos, coloquiais, que falam do mundo imediato do próprio poeta, zombam da cultura, escarnecem a própria literatura (Campedelli, 1995, p. 10).

Muitos dos poetas dessa geração marginal tinham na vida o mesmo comportamento que expressavam através de sua poesia, desviante, arrebatador, revolucionário. Amavam livremente da mesma forma com que tratavam a matéria poética, muitos deles sujeitos a mortes súbitas por overdose ou crises de depressão, como Torquato Neto e Ana Cristina César.

Onipotente, generosa, megalômana, a cultura pré-64 alimentou a ilusão de que tudo dependia mais ou menos de sua ação. Ela não só conscientizaria o povo como transformaria a sociedade, ajudando a acabar com as injustiças sociais. Essa ilusão terminou em 64; a inocência em 68 (Ventura, 1988, p. 44).

Essa ilusão de mudança e essa inocência foram as principais responsáveis pela capacidade de imaginação da juventude, que acreditava na possibilidade do Brasil ser uma nova Cuba. Ilusão que alimentou os jovens militantes de esquerda, os guerrilheiros e parte da literatura de sucesso na época. Para essa geração, anterior à Ditadura, todos os caminhos estavam abertos e eles queriam experimentar de tudo. Assim, a leitura expressa ou representada em periódicos e romances do período serve como instrumento de configuração histórica.

O indivíduo deixa entrever através do que lê e do que cita, a sua postura diante da vida, seus valores, suas ilusões, seus desejos. Ao produzir seu próprio texto, o leitor seleciona, se apropria do texto do outro, combina e inventa. “A fina película do escrito se torna um remover de camadas, um jogo de espaços. Um mundo diferente (o do leitor), e o introduz no lugar do autor” (Darnton Apud Burke, 2000, p. 49).

Lygia Fagundes Telles percebe o texto como essa tessitura que mistura experiência vivida, ou seja, memória da experiência, influências de autores lidos, ou memória da leitura, e invenção, criação do próprio autor. Suas personagens revelam-se também leitoras.

Torna-se, assim, a tematização da leitura lugar privilegiado para o tecimento desta história não só por representá-la ou questioná-la, mas, principalmente, por tecê-la a partir da linguagem em que se criam tais leitores de papel e tinta (Lajolo e Zilberman, 1999, p. 17).

A todo momento é possível deparar-se com referências de leituras que guiam os leitores nas possibilidades de interpretação do texto. Essas referências fazem parte da configuração histórica em que as personagens estão inseridas, como as constantes alusões d'As Meninas à Che Guevara, símbolo do movimento revolucionário que caracteriza as décadas de 1960 e 1970, sendo elevado à condição de mito e ídolo da juventude depois de sua morte e até hoje. Elas chegam a imaginar um diálogo com ele, sobre o livro que Lia começara a escrever.

“Que ciudad é esa?” ele perguntaria na maior perplexidade. “Tercer mundo?” “Terceiro Mundo. ‘Y huele a duazno?’ Na opinião de Lia de de Melo Shultz, cheira. Ele então fecharia os olhos e sorriria um sorriso onde era a boca. ‘Estoy bien lista com esas mis discípulas!’ (Telles, 1998b, p.9).

Lia, a personagem comunista e militante do romance, escolhe suas leituras pelo viés da ideologia. Ao revelar os hábitos de leitura da amiga, Lorena revela também como essa visão extremamente ideológica pode, às vezes, adotar uma postura tão tradicionalista quanto a ideologia que pretende derrotar:

Examinou meio distraidamente o livro que Lia devolvera com várias páginas marcadas de vermelho, tinha o hábito (péssimo) de assinalar o que a interessava não só nos próprios livros mas também nos albeios. Deteve-se no trecho indicado por uma cruz mais veemente: “A Pátria prende o homem com um vínculo sagrado. É preciso amá-la como se ama a religião, obedecer-lhe como se obedece a Deus. É preciso dar-mo-nos inteiramente a ela, tudo lhe entregar, votar-lhe tudo. É preciso amá-la gloriosa ou obscura, próspera e desgraçada (Telles, 1998b, p. 58).

A citação deixa entrever a postura apaixonada de Lia diante de um ideal de pátria que tanto serve a ela, militante de esquerda, quanto a um outro qualquer, militante de um grupo de extrema direita. Quaisquer dos grupos estariam dispostos a entregar a própria vida em nome de um ideal. Lorena questiona o trecho destacado por Lia no livro.

Obedecer a Pátria como se obedece a Deus? Estranhou Lorena. Por que Lia gritaria isso? Não acreditava em Deus, acreditava? E a Pátria para ela não era o povo? Abriu as torneiras da banheira e sentou-se na borda, a mão brincando com a água. Riu baixinho. Lembrava-se de Lia chegando com as duas malonas estourando de coisas. E 'O Capital' debaixo do braço, metido num papel de pão que mais mostrava do que escondia (Telles, 1998b, p. 58).

Karl Marx é descrito como a bíblia de Lia. Ela o carrega para todos os lugares. Segue suas palavras e não questiona suas propostas. É sua leitura principal. As críticas de Lia a Proust, que considera um autor de grã-finos, denotam o seu apego às concepções marxistas, valorizando, principalmente, aquelas obras que tivessem os valores ideológicos mais fortes e explícitos. Ela, no entanto, não se privara de ler o autor francês

Lorena prefere poesia. “Leio bem poesia”, diz. Poesia e música, televisão não, “porque acho aquilo o fim”. Toda a sua postura revela um *status* social mais elevado. Ela compreende a postura ativa e militante de Lia, mas não se imagina tomando o mesmo rumo:

Também amo esse povo, Lião, não precisa me olhar assim. Amor cerebral, reconheço, que outro gênero de amor pode ser? Se não me misturo na tal massa (morro de medo dela) pelo menos não fico esnobando como faz Aninha (Telles, 1998b, p. 60).

Ana Clara, por outro lado, esnoba, pois essa é sua forma de fingir um status que não tem, que nunca teve. Suas leituras também aparentam algo que não corresponde à verdade, diz Lorena:

Ela abre meus armários, empresta minhas coisas, usa minha esponja de zona norte na zona sul e só não leva meus livros porque na realidade gosta mesmo de romances supersonho. E das histórias de Luluzinha. Nega. Imagine, sempre que pode passeia com um Hermann Hesse ou um Kafka debaixo do braço, ambos da minha estante, diga-se de passagem. Mas só para constar (Telles, 1998b, p. 61).

Para Ana Clara, a escolha das leituras obedece a dois movimentos: as leituras para mostrar e as leituras para ter prazer. Sua postura social declina de um posicionamento

crítico, como Lorena. Ela deseja, apenas, a aparência de pertencer a um estrato social que almeja. Torna-se um arremedo, uma cópia daquilo que deseja ser.

As personagens de Lygia Fagundes Telles têm sempre uma citação a fazer, ou uma opinião a emitir sobre um determinado livro, estilo literário ou autor, não importa a sua condição social. Ana Clara, por exemplo, que pela própria condição de vida deveria ser a menos culta das três meninas, sabe distinguir Chopin e Mozart; Van Gogh e Hieronimus Bosch. Evidentemente seu conhecimento artístico é inferior ao de Lorena, e menos profundo, mas se percebe que ela leu e conhece alguns dos autores que cita.

Além disso, as meninas do romance fazem citações em Latim e em francês, criticam a visão dos intelectuais, aludem à educação, ouvem de Jimi Hendrix a Bach e são capazes de críticas concernentes às artes em geral como o comentário de Lia sobre a produção literária das minorias, especificamente, a mulher e os homossexuais: *Literatura, bab! As mulheres já estão encontrando sua medida. Eles virão em seguida acho que no futuro só vai haver andróginos - digo e fico rindo* (Telles, 1998b, p.133).

Os monólogos e diálogos de Lorena, em geral, também estão recheados de referências explícitas ou não, a autores e obras, vozes que se misturam. A própria voz da autora, por vezes, perpassa a das personagens:

Deu a corda na caixinha de música e ficou olhando a gravura da tampa: Beatriz e Dante na ponte. Ele se afastou um pouco para deixá-la passar, o olhar incendiado, a mão direita apertando o coração. “Sou Beatriz beata e bella, arrastando a cauda do meu vestido de púrpura” (Telles, 1998b, p. 101).

As citações ou referências vão de autores clássicos a modernos, passando pelos românticos brasileiros, como Gonçalves Dias, e indo até Hilda Hilst, autora da mesma geração de Lygia Fagundes Telles. Presumo ser Hilda Hilst a surgir através das iniciais citadas na fala de Lorena: “a poeta H. H. descreveu-a.” De Carlos Drummond de Andrade, grande amigo da autora, ocorre a apropriação de versos como “Trouxeste a chave?” (Telles, 1998b, p. 106), introduzidos em diálogos das personagens.

As referências de leitura revelam o modo de ser das personagens, suas opções ideológicas, sua postura diante de Deus e da vida. A própria Lorena exemplifica isso ao definir seu relacionamento com a poesia: “consulto poesia como o paizinho consultava

o Velho Testamento (Telles, 1998b, p. 106).

Nos diálogos entre Lorena e Lia, a disputa ideológica que se traduz através de suas leituras, resvala das preferências políticas para as suas próprias experiências com o amor, com a sexualidade, com drogas.

Até as unhas dos pés cheguei a fazer outra noite enquanto Lião curtia Simone de Beauvoir. De Simone de Beauvoir para o sexo, foi um passo, porque o primeiro sexo, porque o terceiro sexo, porque o segundo. Como fatalmente acontece, partimos para o próprio. Então o sangue de Herr Karl Marx pairou sobre todas as coisas. Apertou meu braço com tanta força que até gemi:

“Não vai me dizer que continua virgem, putz.” Suspirei. Vou, querida, vou (Telles, 1998b, p. 114).

A virgindade de Lorena incomoda a politizada Lia, que não podia admitir uma atitude tão passiva de alguém em tempo de revolução. Ela culpa o homem que a amiga ama, M.N., intitulado-o o “burguês incompetente”. As atitudes e as esperanças de Lia residem na sua postura revolucionária. Valores com os quais Lorena não só não se identifica, mas critica e questiona:

Quando tudo me parece perdido, quando nem Miguel consegue me levantar, penso em Che e me vem a certeza de que vou resistir. Penso às vezes, Lena, penso que ele tinha que morrer para que eu nascesse de novo. Concordei. Mas ficaria uma vara se lhe desse a fonte do renascimento, Evangelho de São Marcos? “Não vos maravilheis se vos disser: é-vos necessário nascer de novo.” Calei o bico e fui depressa buscar uísque para as saudações revolucionárias (Telles, 1998b, p.114).

Em *Verão no Aquário* (1998a), (1998a), além de Patrícia, a mãe de Raíza, que é escritora, a própria Raíza e Marfa também trabalham com a palavra. Marfa é tradutora e Raíza faz a revisão de seus textos.

Debrucei-me na mesa onde estavam os dois livros que Marfa traduzira e que eu precisava rever. Era inacreditável, mas ela produzia muito mais

que eu. Saía de uma bebedeira e entrava logo noutra mas nos intervalos, tinha verdadeiros acessos de energia, trabalhando com uma eficiência que se assemelhava a um processo de autoflagelação (Telles, 1998b, p. 60).

A leitura está, evidentemente, ligada à questão educacional. A formação de Raíza e Marfa não está clara no texto. Mas, pelo seu trabalho como tradutora e revisora de textos, respectivamente, infere-se uma formação de nível superior ou, no mínimo, uma formação de nível médio que inclui o conhecimento de outras línguas.

As jovens do romance *As meninas* (1998b) são estudantes universitárias. Estão, no momento em que o livro as apresenta, vivendo um período de greve na universidade onde estudam. Uma delas milita num movimento de esquerda. Esses fatores denotam a importância de uma investigação sobre o espaço educacional do país nesse período em que, como em tantos outros, a educação foi muito utilizada como mercadoria e instrumento de controle.

Em relação à mulher, é possível observar uma mudança em curso. As fontes ainda apresentam a formação feminina desenvolvida em escolas religiosas. Mas algumas reportagens demonstram jovens que se integram em classes mistas a partir dos primeiros anos escolares até a universidade. A universidade que, só então, se abre definitivamente para as mulheres. Embora esse ainda fosse um nível de ensino restrito a uma pequena elite de jovens, aqueles que, ao atravessar os obstáculos da evasão escolar e terminar o ensino médio, conseguiam passar pelo funil do vestibular.

Onde há dragão, São Jorge não tarda. O vestibular no Brasil ainda é um dragão enigmático. E guarda a porta de uma Universidade cujas vagas diminuem a cada ano em relação à procura. Um funil impiedoso (Realidade, Fev. /1976).

O vestibular é um fator que leva ao crescimento do número de cursinhos preparatórios, assunto da revista *Realidade* na matéria O cursinho reprovado. A ênfase da reportagem recai sobre o fato de que o cursinho, muitas vezes pago com dificuldade pelo candidato, não influi decisivamente em sua aprovação no vestibular. Na verdade, o perfil do estudante que normalmente passava no vestibular nesse período, correspondia ao de jovens de famílias abastadas e de bom nível cultural, de acordo com pesquisa feita pela Cesgranrio, entidade encarregada pelos vestibulares no Rio de Janeiro.

Ele vem sempre de famílias com boas condições socioeconômicas. Bem alimentado, com bom nível cultural em casa, sem precisar trabalhar, frequentou colégios diurnos, que são os melhores da Guanabara. Não interrompeu seu ciclo educacional e, aos 17 ou 18 anos, chega às portas da Universidade como minoria numérica (cerca de 8 a 10 por cento dos candidatos), mas ali obtém as primeiras vagas, qualquer que seja o número de candidatos. Como fator isolado, o cursinho, quando não atrapalha, ajuda muito pouco (Realidade, Fev. / 1976).

Embora as pesquisas anunciem que o que realmente pesa na hora do vestibular seja um bom ensino médio, os cursinhos não param de crescer, alguns deles se transformam em verdadeiros conglomerados educacionais, com um patrimônio, muitas vezes, milionário. A estratégia principal dos cursinhos é a propaganda, afirma a reportagem. Eles chegam a procurar os melhores alunos do ensino médio, oferecer-lhes bolsa de estudo para que façam os vestibulares das mais renomadas universidades do país e, ao passar, sirvam de garotos-propaganda do cursinho que os financiou:

A tática é velha. Já em 1970, o Curso Universitário especializado em candidatos à engenharia - anunciou a glória de ter tido 18 alunos seus entre os 21 primeiros colocados no vestibular para a Faculdade de Arquitetura do Mackenzie. Aconteceu que nenhum fez o Mackenzie, nem mesmo estava interessado em Arquitetura. Apenas, como gênios de estimação, se mostravam agradecidos aos donos dos cursinhos e viram nessa demonstração uma forma de pagá-las (Realidade, Fev./ 1976).

Os cursinhos já representavam, na década de 1970, as dificuldades por que o ensino médio atravessava e a conseqüente dificuldade dos jovens em alcançar o nível superior de ensino. A busca de solução para esse e para outros problemas resultou em uma série de reformas educacionais.

O Brasil atravessou várias leis de reforma educacional no período de 1960 a 1979. Todas com profunda influência dos Estados Unidos, sob o rótulo de “cooperação técnica”. Entre 1964 e 1968 essa cooperação se deu em caráter sigiloso. Depois, através dos contatos entre MEC (Ministério de Educação e Cultura) e USAID (United States Agency for International Development) estabelecidos como urna aliança para o progresso, as influências foram explícitas e até alardeadas. Resultaram daí doze acordos envolvendo os ensinos primário, médio, superior, o treinamento rural

e a área de produção de livros didáticos. É fácil identificar esses acordos nas entrelinhas das constantes propagandas dos novos livros didáticos distribuídos pelo governo militar. Eles alardeiam uma nova forma de ensino, uma nova tecnologia educacional, principalmente para crianças, sugerindo urna modernização do processo educacional. É fruto também desses acordos, a criação, em 1969, da disciplina Educação Moral e Cívica, versão adaptada da Doutrina de Segurança Nacional, espécie de estatuto que ditava as orientações ideológicas dos diversos governos militares durante esse período.

A revisão dos rumos que a educação tornou, através dos acordos, decretos, das decisões oficiais, oferece a possibilidade de estabelecer algumas das causas que levaram o Brasil a tantos movimentos estudantis, a tantos protestos, a tantas tentativas de reforma.

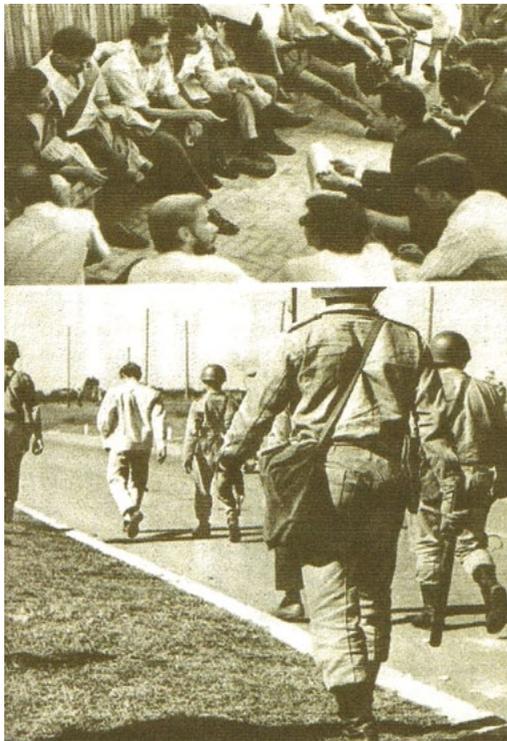


Figura 3: Entrevista de estudantes com a imprensa no Rio de Janeiro. Eles protestam contra a prisão de colegas e a morte do estudante Edson Luis. Fonte: Reallidade, Julho/1968.

Como o que surge das fontes é a imagem de um país que se firma sobre a noção de um país jovem, tento entender como esse país que se proclama jovem, ao mesmo

tempo, reprime a atitude jovem de mudança que se espraiava pelos centros de ensino secundário e universitário.

Em 1968, ano símbolo da crise juvenil em todo o mundo, os estudantes brasileiros realizavam passeatas, ocupações de prédios e manifestações nas ruas. Principalmente, os estudantes universitários. Anísio Teixeira (1999) comentava, então, em artigo publicado no jornal *Folha de São Paulo*, que a crise universitária se dava por vários fatores que haviam levado a universidade a se afastar de seu alvo maior - o estudante.

Os modelos universitários em que o Brasil baseou a formação de sua universidade moderna sempre privilegiaram a participação direta e ativa do estudante no processo de ensino-aprendizagem. No entanto, é exatamente essa participação que então se criticava por parecer uma revolução.

Os fatos novos foram o gigantismo das universidades, o inesperado aumento da matrícula, a extrema complexidade dos estudos e, sobretudo, a distribuição do ensino superior por três níveis distintos, o do preparo propedêutico, o do preparo de formação (profissional e especializado) e o da pesquisa e estudos avançados. Esses fatos aumentaram a distância entre o professor e o estudante, não só em cada nível, mas entre os níveis entre si (Teixeira, 1999, p. 285).

Em 7 de dezembro de 1969, o então Ministro da Educação Jarbas Passarinho, em artigo na revista *Veja*, intitulado “O a b c do ministro” discute problemas e possíveis soluções para a crise educacional brasileira. No ano seguinte, a revista *Realidade* apresenta uma extensa entrevista com o ministro cuja chamada de capa promete: Vou balançar o país. O que o governo pretende é iniciar uma campanha de educação para atingir sete milhões de crianças nas faixas de a 14 anos na primeira etapa e 20 milhões de adultos entre 15 e 35 anos na segunda etapa. O que o ministro nega, claramente, é o método Paulo Freire e a conscientização política da população, como ele mesmo afirma no seguinte trecho da entrevista:

REALIDADE - Isto se aplica ao chamado “método Paulo Freire”?

PASSARINHO - A esse e a outros, como um que eu vi, preparado por determinados padres. O esquema da cartilha era assim: na letra C, entra camponês. Mostra-se o que é um camponês, a vida que o camponês tem no Brasil, etc. Na letra J, é João, o camponês, o avô de João era camponês, o

pai de João era camponês, seus filhos serão camponeses. Numa palavra: a imagem de um país de estratificação social rígida, sem nenhuma mobilidade vertical. Ao falar do camponês, a cartilha define: "O camponês é aquele que trabalha a terra estranha e ele tem de pagar pela terra que usa". Até aqui, estou de acordo. Vamos botar na consciência desse homem que é preciso ele valer mais. Só que não adianta produzir homens revoltados sem dar uma saída para seu impasse, a não ser o arrombamento da porta. Mas, se nós dissermos que o latifúndio improdutivo não deve existir, e que é possível acabar com ele sem portas arrombadas é outra coisa (Realidade, Mar./1970).

A intenção do ministro é diminuir radicalmente o analfabetismo no país usando métodos neutros, ou seja, que não carreguem nenhuma conotação política. Questionado se dispõe de métodos neutros para tanto, ele responde que colocou um anúncio no jornal pedindo colaboração para alfabetizar o Brasil e recebeu mais de seiscentas cartas com sugestões.

Estou jogando ideias, discutindo e ouvindo opiniões. Pretendo, entre outras coisas, incluir a empresa privada nesse esquema. [...] Meus senhores, eu monto meu programa. E, no regime democrático, no regime de liberdade individual, acabo em quatro anos com essa taxa de analfabetismo (Realidade, Mar./1970).

O ministro discute mudanças também no ensino médio e superior. Sempre com o mesmo empenho verbal, mas enfatizando que não dispõe de verbas suficientes, ou de planos articulados. Afirma que está construindo suas ideias e pretende colocá-las em prática através da mobilização social. Acredita que só com a participação voluntária dos cidadãos é possível mudar a educação. Essa participação, no entanto, precisa ser articulada pelo governo pois, questionado sobre o que entende sobre liberdade de cátedra, ele afirma:

Eu não quero voltar ao século XIX, portanto sou a favor. Mas não admito que a cátedra permita que um professor se utilize despudoradamente de um auditório cativo para vender suas ideias políticas. Nem as da Revolução, nem quaisquer outras (Realidade, Mar. 1970).

Sua opinião não varia muito quanto aos estudantes. Ele defende a participação

estudantil na gestão universitária, contanto que isso não signifique a defesa de ideias políticas. O ministro Jarbas Passarinho se coloca contra o Decreto-Lei 477, de 26 de fevereiro de 1969, que:

[...] atribuía às autoridades universitárias e às autoridades educacionais (o MEC) o poder de desligar e suspender estudantes envolvidos em atividades que fossem consideradas subversivas, isto é, perigosas para a segurança nacional. Durante o tempo de suspensão (três anos) os estudantes atingidos ficariam impedidos de se matricular em qualquer outra escola de nível superior do país. Previa, também, a demissão de funcionários e professores surpreendidos nas mesmas atividades, impedindo-os de trabalhar no ensino superior brasileiro durante cinco anos (Cunha, 1988, p. 241).

Na opinião do ministro, essa é uma lei draconiana. Ele reconhece que certas disciplinas exigem o trabalho com aspectos ideológicos, mas critica duramente os professores que inserem um pensamento crítico à situação do país em suas disciplinas e não apresenta nenhuma esperança para os professores aposentados pelo AI-5. Ou seja, o discurso do ministro é pura superfície, cheio de boas intenções, aparentemente moderno e inovador, mas totalmente envolvido com os valores do sistema de governo que representa: a Ditadura.

O pensamento da Ditadura quanto às universidades e aos movimentos estudantis se resumia numa solução: o tratamento de choque. Tratava-se, como num ritual de inquisição, de expulsar o demônio da rebelião daqueles corpos jovens, substituindo-o pelo anjo da subordinação. Para que esse objetivo do mundo ocidental cristão fosse alcançado, valia tudo: suspender, prender e torturar estudantes; demitir professores, invadir faculdades, assembleia estudantil, intervir policialmente nas entidades estudantis, proibir qualquer tipo de reunião ou assembleia estudantil; acabar com a participação discente nos órgãos colegiados da administração universitária; decretar ilegalidade da UNE (União Nacional dos Estudantes); das Nações Estudantis nos Estados e dos Diretórios Acadêmicos; deter, enfim, todo o movimento estudantil no país. Toda essa repressão era favorecida pela indulgência geral com que era visto qualquer plano disposto a erradicar o fantasma do comunismo no país.

A primeira entidade a sofrer repressão do governo militar foi a UNE. Invadida, saqueada e queimada pela polícia militar nas primeiras horas do golpe, por determinação do Marechal Castelo Branco. Logo depois, a destruição toma o espaço da Universidade de Brasília, o mais moderno centro universitário do país. Foram vasculhadas todas as suas dependências, destituídos seus professores, queimados os

seus livros, desmantelada a sua biblioteca, postos em pânico seus alunos. O reitor dessa universidade, o educador Anísio Teixeira, parte para o exílio, trabalhando como professor nas Universidades de Colúmbia e da Califórnia, “[...] a convite das mesmas, que se manifestaram contra a atitude do Governo Castelo Branco que incluiu Anísio Teixeira no inquérito administrativo da Universidade de Brasília” (Mendonça Apud Teixeira, 1999, p. 17).

O governo do Marechal Castelo Branco institucionaliza a repressão contra os estudantes através da Lei nº 4.464 de 9 de novembro de 1964, conhecida como a Lei Suplicy de Lacerda que visou, especialmente, a extinção do movimento estudantil brasileiro, destruindo a autonomia e a representatividade desses movimentos ao transformar as entidades estudantis, em todos os escalões, em apêndices do Ministério da Educação. Pelo documento, a UNE é substituída pelo Diretório Nacional dos Estudantes e as Uniões Estaduais, pelos Diretórios Estaduais. Impedia-se, através de restrições variadas, o livre curso do diálogo entre o diretório acadêmico e os alunos. A Lei Suplicy foi amplamente repudiada pelos estudantes, mas se manteve de forma a limpar a área onde se planejava implantar os acordos MEC/USAID.

A USAID foi o principal instrumento da atuação norte-americana no Brasil, mas não foi o único, atuaram a seu lado a Organização de Alimentos para a Paz, o Banco Interamericano de Desenvolvimento e o Exibank.

Os acordos MEC/USAID cobriram todo o espectro da educação nacional, isto é, o ensino primário, o médio e o superior; a articulação entre os diversos níveis; o treinamento de professores; assim como a produção e veiculação de livros didáticos. Os objetivos práticos da USAID no Brasil eram, em síntese:

- 1) *Estabelecer uma relação de eficácia entre os recursos aplicados e produtividade do sistema escolar;*
 - 2) *Atuar sobre o processo escolar em nível do microsistema, no sentido de se “melhorarem” conteúdos, métodos e técnicas de ensino;*
 - 3) *Atuar diretamente sobre as instituições escolares, no sentido de conseguir delas uma “função mais eficaz” para o desenvolvimento;*
 - 4) *Modernizar os meios de comunicação de massas, com vistas à melhoria da “informação nos domínios da educação extra-escolar”;*
 - 5) *Reforçar o ensino superior, com vistas ao desenvolvimento nacional.*
- (Romanelli, 2001, p. 210).

De todos os objetivos, no entanto, os predominantes nos programas da USAID, eram os relativos ao ensino superior. A esse respeito, o esquema de “reformulação estrutural” das universidades visava a uma dependência direta das instituições de países subdesenvolvidos às instituições americanas de ensino superior.

Ao todo foram assinados 12 acordos entre o MEC e a USAID, sem se considerar os assinados com os Estados. Ao longo dos anos de 1965 a 1970, os resultados desses acordos vão se fazendo sentir em território brasileiro e se concretizam, definitivamente, através da lei 5.692 de 11 de agosto de 1971.

Em 1969, a *Veja* traz o artigo “Livros de aprender brincando” que enfatiza a mudança na qualidade dos livros didáticos brasileiros. O artigo não menciona a USAID, elogia os novos livros que estimulam a criatividade infantil e apelam para o aprendizado via experiência. Esclarece que o Governo Federal pretende substituir todos os livros utilizados na rede pública. O acordo que prevê a cooperação para publicações técnicas científicas e educacionais, firmado em 6 de janeiro de 1967, é o acordo MEC-SNEL-USAID. Por esse acordo, seriam colocados, no prazo de três anos, a contar de 1967, 51 milhões de livros nas escolas. O MEC e o SNEL deveriam executar o acordo. Os técnicos da USAID teriam todo o controle sobre a fabricação do livro, incluindo detalhes como elaboração, ilustração, editoração e distribuição, além de orientação às editoras brasileiras no processo de compra de direitos autorais de autores não-brasileiros.

O governo, entretanto, não atinge nem a metade da população infantil com os livros didáticos, como afirma a própria reportagem de *Veja* citada anteriormente:

Mas, mesmo com todos esses primeiros sinais positivos de mudança, a situação dos livros didáticos está longe do ideal. Em 1969, 13,5 milhões de crianças se matricularam nas escolas brasileiras. Segundo estudos da Unesco, cada uma dessas crianças deve possuir pelo menos quatro livros. No entanto, a produção brasileira de livros didáticos no ano passado foi de apenas 30 milhões de exemplares, o que significa a média de 2,3 exemplares para cada criança (Veja, 26 de Fev.1969).

O que transparece de todos esses acordos é a abrangência da atuação da USAID, que atingiu todos os níveis do sistema de ensino, todos os seus ramos, seu funcionamento, seus instrumentos e sua disseminação. Por outro lado, ao provocarem protestos, os acordos tiveram também o efeito de agravar a crise educacional. A

comissão Meira Matos, instituída pelo governo em 1968 para estudar e propor soluções para a crise educacional, teve uma outra função: a de atuar como interventora nos focos de agitação.

A universidade se transforma, estruturalmente, numa verdadeira empresa administrada por um reitor seguido de um órgão de ensino e pesquisa, um conselho de curadores composto por membros da universidade, representantes do MEC e membros da comunidade a quem competia fiscalizar a parte econômico-financeira. Logo abaixo, em cada unidade, um conselho departamental e um Colegiado de Coordenação Didática.

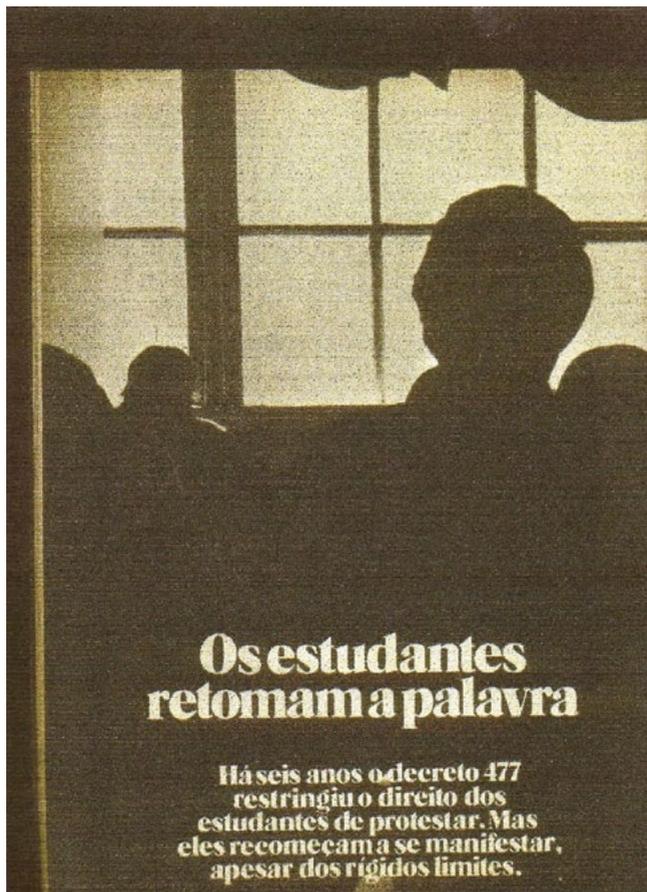


Figura 4: Foto da página inicial da reportagem “Os estudantes retomam a palavra”.

Fonte: Realidade, Junho/1970.

O AI - 5 criou as condições ideais para a implantação do novo regime educacional, visto que eliminou toda e qualquer possibilidade de movimentação que contrariasse as normas estabelecidas. Dos estudantes, ele tirou o direito ao protesto, do indivíduo, ele tirou as garantias individuais públicas e privadas e conferiu ao Presidente da República plenos poderes de atuação tanto no executivo quanto no legislativo.

A revista *Realidade* apresenta, em 1975, uma reportagem intitulada “Os estudantes retomam a palavra” em que apresenta as formas pelas quais os estudantes reiniciam um processo de organização.

Até pouco tempo, os estudantes estavam recolhidos ao silêncio. Esmagadas nas engrenagens da crise que se abateu sobre as escolas nos últimos anos, as forças estudantis mostravam-se singularmente anêmicas e albeias aos problemas de suas Universidades e do país, em geral (Realidade, Jun./1975).

A reportagem alude à Ditadura, mas estabelece como causa do desbaratamento dos movimentos estudantis, o Decreto-Lei 477 que restringiu o direito dos estudantes de protestar. O medo, no entanto, marca a foto de abertura da reportagem, que apresenta um grupo de silhuetas de jovens. Fotografados sem rosto, eles evitam o poder repressivo. Um jovem perguntara ao fotógrafo: “- Você quer fotografia só de frente, ou também de perfil?” Alusão às fotos tiradas nas delegacias de polícia para identificar a ficha criminal. Outras duas fotos mostram os estudantes reunidos. Numa delas, eles estão em uma sala do Diretório Acadêmico do Curso de Psicologia da UFMG (Universidade Federal de Minas Gerais), que estampa pelas paredes dizeres como: “pela efetividade das organizações estudantis”, ou “pela prática da liberdade”.

Os estudantes se movimentam no sentido de derrubar o referido Decreto Lei 477 e já conseguem cerca de dez mil assinaturas de apoio ao seu projeto. O MEC afirma que a preocupação dos estudantes é infundada pois, de acordo com os seus funcionários, o decreto nunca teve poder repressivo.

Por incrível que pareça, o único processo pelo 477 que chegou ao Ministério nos últimos dois anos, partiu dos estudantes da Faculdade de Filosofia Ciências e Letras de Paranavaí, no Paraná. Eles queriam a punição de um professor ao qual acusavam de haver ofendido o decoro dos alunos (Realidade, Jun./1975)

Não é, no entanto, esse o panorama que parece emergir das fontes. O desejo

de participar de alguma forma dos acontecimentos políticos do país, o desejo de lutar por mudança, ocasionara o envolvimento de diversos jovens com Grêmios Estudantis e Centros Acadêmicos. Os estudantes foram os responsáveis pelas principais manifestações políticas ocorridas contra o regime militar e foram, também, os mais expostos à repressão

Entre 1966 e 1967 as principais reivindicações dos estudantes eram a liberdade democrática e a mudança nos rumos da política educacional do governo Castelo Branco. A princípio restritas aos campi universitários, as manifestações foram ganhando as ruas e ampliando suas reivindicações.

Em 1968, o Brasil tinha pouco mais de 270 mil universitários, correspondente a apenas 0,3% da população. O papel que exerceram, porém, foi significativo: tornaram-se porta-vozes do descontentamento contra a Ditadura Militar e, mais tarde, serviram de quadros para a esquerda clandestina (Carmo, 2001, p.85).

O ano de 1968 marca o período de ebulição e inquietação social, com passeatas, contestações, agitações em vários países, tendo à frente, principalmente, os jovens:

Ocorreu verdadeira revolução nos costumes. Havia necessidade de quebrar velhos tabus e destruir valores estabelecidos. Paz e amor; desbunde, aqui e agora; contra o poder das armas, o poder da flor (flower power), o poder gay (gay power), a liberação feminina (women 's lib) e o poder negro (black power) (Carmo, 2001, p. 50).

Underground, à margem, contestando e criticando, reinventando valores e práticas, a juventude assume seu poder. No Brasil toda essa rebelião se somava ao sonho de construir uma sociedade nova através da revolução. As imagens de Che Guevara, Fidel Castro e Mao Tsé Tung embalavam corações e mentes, principalmente de estudantes universitários. Ana Cristina César, então jovem poetisa e expressiva crítica literária, analisa o comportamento dos jovens na época e o conceitua como “desviante”:

A marginalidade é tomada não como saída alternativa mas sim como ameaça ao sistema, como possibilidade de agressão e transgressão. A contestação é assumida conscientemente. O uso de tóxicos, a bissexualidade, o comportamento exótico são vividos e sentidos como gestos perigosos, ilegais

e portanto, assumidos como contestação de caráter político (Cesar Apud Campedelli, 1995, p.11).

A onda da contracultura assume sua maior altitude entre 1967 e 1968. Os jovens que protagonizavam o movimento eram justamente aqueles que tinham acesso aos privilégios da cultura capitalista, que lhes havia propiciado acesso ao ensino superior e ao mercado de trabalho.

Em Paris 1968: As barricadas do desejo ‘; a filósofa Olgária de Matos aponta que o ‘desejo’ revolucionário estava muito mais presente do que a ‘situação’ revolucionária. “O movimento foi mais capaz de contestar do que de vencer, mais de imaginar do que de transformar, de se exprimir do que de se organizar” (Carmo, 2001,p.79)

A luta armada através da militância em grupos clandestinos foi uma das vias de ação da juventude. Em 1968, a revista Realidade traz uma reportagem de capa com Luiz Travassos, então presidente da UNE. A manchete afirma “Eles querem derrubar o governo” e Luis Raul Machado (vice-presidente da UNE) complementa: “Nossos generais podem ficar tranquilos. O que aconteceu na França não vai repetir-se no Brasil. Vai ser muito pior” (Realidade, Jul.1968).

A reportagem com Luis Travassos, na verdade, observa a vida dos jovens inseridos nos movimentos estudantis brasileiros, a forma como eles realizam suas reuniões, a escolha de suas lideranças e as divisões internas.

É possível perceber, também, como se dá a presença feminina. O repórter inicia o texto descrevendo o interior de um Volkswagen onde se reúnem alguns jovens da UNE. O carro passeia pelas ruas de Salvador fazendo o reconhecimento de alguns “pontos”, ou seja, lugares de encontro previamente marcados, em que os jovens têm de seguir uma série de subterfúgios para evitar a desconfiança da polícia. Dentro do carro estão uma moça e três rapazes, delegados estaduais que participariam de uma reunião do Conselho Nacional dos Estudantes em Salvador visando a preparação do 30º Congresso da UNE. Os estudantes discutem, ainda no carro, como devem se comportar no abrigo religioso, para não chamar atenção da polícia e conseguir realizar o encontro:

- Mulher que chega num põe mais nem a cara na janela.

- Que é isso? Por quê?

- Ordem da Comissão de Segurança. Você já viu retiro de padres que tem mulher no meio?

A ordem tinha sentido. A comissão de Segurança do Conselho preparou, com base e coerência, uma história de retiro espiritual, para o caso de alguém mais curioso procurar saber o que fazia tanta gente junta (Realidade, Jul./1968).

Entre os elementos causadores de divisão interna no grupos estudantis ali representados, encontra-se a figura da líder estudantil Catarina Meloni, de 24 anos. Ela “[...] era a primeira moça a chegar e a primeira a entrar no esquema”, como afirma a reportagem.

Ela assumira o cargo de presidente da UEE -SP substituindo Luiz Travassos, que havia assumido a presidência da UNE e convoca eleições que ocorrem em clima de muita confusão. Fraudes evidentes fizeram-na se recusar a passar o cargo para o eleito José Dirceu. Os partidários de Dirceu, no entanto, resolveram reconhecê-lo. Surgiu uma nova ala na entidade estudantil. Catarina, no centro do debate, participaria de uma reunião que tentaria resolver também esse problema.

A participação feminina era difícil, como se percebe. Num jogo estabelecido e dirigido por homens, as mulheres que surgiam precisavam se adaptar. Mas a sua própria adaptação se complicava por ter de conviver com outros jovens em situações que poderiam chamar a atenção socialmente, ou seja, morando no mesmo lugar com rapazes, não tendo como elaborar um figurino adequado. Ou mesmo, internamente, tendo dificuldade em ter suas decisões aceitas pela maioria masculina.

A vida sentimental dessas mulheres também era complexa. O envolvimento com a política estudantil tomava as suas vidas completamente. Assumir um namoro nessas condições, necessariamente, significava optar por um relacionamento íntimo eventual com colegas do movimento. O risco com a polícia aumentava, assim como teria de haver o cuidado constante com uma gravidez indesejada. O repórter questiona Catarina acerca de um discurso vitorioso em passeata:

- Ficou contente com a vitória, Catarina?

- Claro. Você viu? A massa está com a gente.

- Catarina, você só faz política estudantil, mais nada?

-Mais nada.

- É disso que você gosta?
- É.
- Não sobra tempo nem pra namorar?
- Sobra, claro, esse trabalho não é tão árduo assim.
- E você tem namorado?
- Não, num dá tempo (Realidade, Jul./ 1968)

A moça se contradiz talvez porque ela própria não tivesse consciência dessa dificuldade em manter uma vida particular, talvez porque isso não fosse importante diante do ideal maior de libertação e de revolução que o movimento propunha. Talvez, simplesmente, porque a sua própria existência dentro daquele movimento fosse contraditória.

A própria inserção das mulheres no sistema de ensino superior era ainda uma novidade. Em 1969 a revista *Veja* publica o artigo “Agora as meninas já entram no clube dos rapazes” comentando o início da maior utilização de classes mistas nos estabelecimentos de ensino superior. O artigo se refere a faculdades segregacionistas e afirma que a mudança só se estabelece porque o número de matrículas nesses estabelecimentos estava diminuindo muito. No mesmo ano, a revista *Realidade* publica o resultado de uma pesquisa realizada pelo IBOPE e pelo ITAPE entre 2000 jovens universitários brasileiros, de Estados não especificados. A referida pesquisa assim descreve o perfil do universitário típico:

Brasileiro de pai e mãe, com 20 a 23 anos, aluno de uma das três primeiras séries da faculdade, a cujas aulas assiste no período diurno [...] É solteiro, católico de religião, mora com os pais e trabalha para pagar os estudos e, eventualmente, contribuir com o orçamento familiar. Antes de chegar a Universidade, passou por ginásio e colégio públicos e particulares. Decidiu sozinho qual a faculdade a cursar e os pais aprovaram a escolha. Para fazer o vestibular, não escapou ao “cursinho” (Realidade, Nov./1970).

O texto demonstra, entre outras coisas, que a Universidade não estava aberta apenas para os jovens de classe mais alta. Visto que o estudante típico precisava, muitas vezes, trabalhar para sustentar o seu curso. Mas o perfil é masculino, como o

afirma o próprio texto: “Ele, que buscou na Universidade uma formação profissional especializada”. O pronome “ele” do texto não é genérico, é realmente masculino, pois a pesquisa aponta uma grande diferença na presença de homens e mulheres na universidade: 66% dos estudantes universitários entrevistados são homens e apenas 33% são mulheres. A proporção é de dois homens para cada mulher e o Ministério da Educação reafirma essa versão ao expor que no ano de 1968 dos 278 mil estudantes de nível superior a ampla maioria, 183 mil, era homens. Mesmo assim, as mulheres ganhavam espaço e, cada vez mais, assumiam profissões de nível superior.

Assim como na universidade, a participação de mulheres nos movimentos de esquerda mais radicais, como a guerrilha, era pequena, mas marcante. O fato é que a sua participação já representava um índice das mudanças dos papéis sociais da mulher.

Em 1970, uma pesquisa feita pelo Exército com quinhentos presos políticos revelou que 56% dos militantes eram estudantes ou haviam sido até pouco tempo. A idade média era 23 anos, embora muitos pudessem ter entrado nas organizações bem antes. A maioria, 80% eram homens (Carmo, 2001, p. 101 a 103).

Em entrevista concedida para a revista *Realidade*, o delegado Sérgio Paranhos Fleury, identificado como um dos maiores torturadores do período, comenta a participação feminina na militância de esquerda através da prisão da militante Maria de Lourdes do Rêgo Mello, codinome “Baixinha”:

- Está aí uma das moças mais corajosas que vi na minha vida. De uma lealdade e segurança impressionantes. Nunca se deixou trair nos interrogatórios, nunca arrancamos dela uma palavra que levasse ao “Velho” (Joaquim Câmara Ferreira, o “Toledo”). Foi seguida durante sessenta dias, filmada, fotografada até que foi presa. Essa moça recusou ir para o Chile, na troca com um embaixador.

Quando soube isso, eu chamei ela na minha sala. Disse: Olha aqui, Baixinha. Você mentiu para mim o tempo todo. De tudo quanto disse, 99 por cento era mentira. Mas gostei da sua atitude. Aceito suas mentiras. Agora deixo você em paz (Realidade, Abr./1971).

A participação feminina em ações tanto da esquerda quanto da direita era comum. Mas as mulheres funcionavam muito mais como disfarce, ocupando uma posição secundária. Não ocupavam cargos de comando nem em organizações de esquerda, nem de direita. O delegado Fleury comenta essa participação ao relatar a emboscada que culminou com o assassinato de Marighella. Como um casal de namorados, Fleury e a agente policial preparam a cena da emboscada.



Figura 5: Capa da Reportagem Fleury, o matador. Fonte: Realidade, Abril/1971.

O Ato Institucional n. o 5 viria a desbaratar definitivamente a movimentação estudantil. A partir de 1969 as cadeias se enchem de presos políticos. A luta entre torturador e torturado estava travada. O primeiro usando do poder e de requintes de crueldade para extrair informações importantes. O segundo, tentando resistir, muitas

vezes até a morte, para manter o sigilo do que sabia.

A derrocada do AI-5 só viria a se concretizar no último dia do ano de 1978. Antes disso, foram os movimentos sociais alimentados por uma profunda insatisfação com os índices econômicos e sociais do país, que levaram adiante o processo de abertura.

O período final da Ditadura, entre 1975 e 1984, guarda grandes semelhanças com seu período inicial, pois há novamente um certo espaço aberto às oposições e os limites entre o que é tolerado e o que é interdito tomam-se imprecisos.

A democracia passa, então, a ser valorizada como um objetivo em si e, por ela, a sociedade procura se organizar visando a sua participação no jogo eleitoral, mesmo com limitações. A realidade educacional, no entanto, profundamente afetada pelos anos da Ditadura, só muito lentamente voltaria a se recuperar. Os movimentos estudantis vão adquirir consistência e a presença dos jovens na sociedade voltaria a se fazer sentir de forma bastante enfática durante a campanha para eleições presidenciais de 1984. É, no entanto, uma outra forma de reivindicação, no sentido de que não há uma preocupação com direita, ou com esquerda, mas representa a sociedade lutando pela sua democratização através da eleição de um presidente da República. Os jovens dessa geração passam à história não como guerrilheiros ou como esquerdistas, mas como os “cara pintadas”.

3. Imprensa e assuntos de mulher

*Vou encugando a alma
na palma que segura
a espada
Vou pedindo calma [...]
Isabel Câmara (1995)*

A imprensa voltada para o público feminino se desenvolve bastante durante as décadas de 1960 e 1970. Embora não tenha concentrado a minha pesquisa somente em revistas femininas, sua leitura me levou a algumas pistas úteis para a pesquisa. A revista feminina é uma das formas que a mulher encontrou para projetar a sua presença no espaço público. Esse tipo de periódico, fundamentalmente voltado para o que se considerava serem “assuntos de mulher”, continha dicas de etiqueta, economia doméstica, prendas, higiene e beleza, além de um pouco de cultura, para que a mulher pudesse brilhar nas ocasiões sociais, com o famoso “verniz literário”.

As revistas femininas sempre se caracterizaram por uma linha diversional, um jornalismo de serviço, muito mais voltado para os temas tradicionais, ligados ao “eterno feminino”. Grande parte de suas matérias são chamadas, no jargão jornalístico, de “frias”: matérias que não têm uma data exata para a sua publicação, que tanto podem aparecer hoje como daqui a duas semanas, ou serem retomadas, com leves alterações, na estação seguinte. Essa opção enfatiza o caráter ideológico das publicações, no sentido de que mantêm as estruturas que tradicionalmente condicionam os papéis femininos na sociedade.

A imprensa feminina é duplamente mítica. Primeiro, porque apresenta diversos conteúdos, senão todos, de forma mítica. Segundo, porque o conteúdo que a identifica mais de perto com seu público - isto é, a representação subjacente do feminino aparece sempre como mito (Buitoni, 1981, p. 6).

Nas primeiras décadas do século XX essas revistas são palco, também, das reivindicações femininas por maior espaço e por maior diversificação de papéis na

sociedade. Surgem as revistas “feministas” em que a mulher tenta impor uma persona pública até então considerada inaceitável pela sociedade. Mulheres publicam seus contos e romances e essa literatura começa a ser descrita como menor e doméstica pela crítica predominantemente masculina. Nesse período, muitas vezes “escrever, para a mulher, constitui um ato de rebeldia, uma transgressão à ordem pré-estabelecida” (Paixão, 1991, p. 23).

Podem ser encontradas duas representações da mulher nas revistas analisadas: a tradicional - que circunscreve a ação feminina ao lar e engrandece as virtudes domésticas - e a progressista, que defende os direitos das mulheres dando ênfase à educação e à cultura.

De qualquer modo, entre a literatura e as chamadas artes domésticas, o jornalismo feminino já nasceu complementar, revestido de um caráter secundário, tendo como função o entretenimento e, no máximo, um utilitarismo prático ou didático (Buitoni, 1981, p. 9).

O desenvolvimento e a modernização da sociedade sedimentaram o público feminino e as revistas femininas passaram a fazer parte das grandes editoras. Surgem *Querida, Amiga, Cláudia* e *Nova*. Revistas diversas voltadas para públicos diversos. Fundadas entre o desejo de traçar um perfil da mulher moderna e a necessidade de se ater às regras do mercado editorial, essas revistas acabam inovando na forma e mantendo o padrão tradicional, com seções voltadas para economia e prendas domésticas, cuidado com os filhos, beleza e etiqueta.

Cláudia, a revista feminina que mais utilizei aqui, nasce no Brasil em 1963, tendo como modelo a revista homônima argentina. Ela quer representar o espírito da mulher moderna. Mantém as seções tradicionais das revistas femininas com algumas alterações modernizadoras, uma seção de consultas jurídicas, cuidados com plantas e animais domésticos e contos.

A *Cláudia* nº 22 (Julh./1963), por exemplo, traz uma seção que ensina a cuidar dos animais domésticos; a seção “Ser mulher... e ser feliz”, assinada pela personagem Anita Galvão, consultora feminina da Johnson & Johnson, que discute elegância; uma seção literária trazendo o conto *O regresso de Somerset Maugham*; um artigo sobre “O problema dos casamentos estéreis - o homem também é responsável” esclarecendo

os problemas de esterilidade masculina e uma seção de estética: Mostre um rosto sem preocupações.

Entre as reportagens, chama atenção a que trata dos direitos da mulher casada, de autoria de Lena Maria, a abertura mostra uma mão feminina rompendo grilhões e a repórter retoma, rapidamente, a posição feminina na legislação romana, portuguesa e americana citando, por exemplo, uma frase de Aristóteles que afirmava: “Quando a natureza erra na fabricação de um homem, sai uma mulher” (Cláudia, Jul./1963). E colocando os Estados Unidos numa posição de avanço em relação aos outros países, inclusive o Brasil: “Os EUA outorgam à mulher todos os direitos civis de que gozam os homens desde a Convenção Interamericana, assinada em Bogotá a 2/05/1948” (Cláudia, Jul./1963).

A tônica da reportagem parece ser informar não só sobre as mudanças do Código Civil Brasileiro em relação aos direitos e deveres da mulher casada, mas apresentar esse código em relação ao de outros países, dando ênfase aos avanços e às conquistas.

As reportagens também denotam que o público preferencial da revista *Cláudia* é a mulher casada. A maioria das propagandas demonstram esse fato, desde a do chá Tender Leaf, que apresenta as Socialites Cecília Matarazzo, Sandra Massena e Gina Furlan, até a de móveis para a cozinha, cuja foto representa o sonho de uma adolescente com seu casamento. Prevalece, nessa e em outras revistas, a representação da mulher como um ser cujo maior desejo é formar uma família e cuidar do lar. Da realização desse seu desejo dependem a confirmação de sua feminilidade e o seu *status* dentro da sociedade.

A década de 1970 vai determinar o auge da comercialização da imprensa. As revistas logo se transformam em verdadeiros catálogos de mercadorias, entremeados por uma ou outra matéria jornalística. Trazem mais páginas coloridas, papel de melhor qualidade e, muitas vezes, matérias mais curtas e menos profundas.

Dessa forma, a revista apresenta um caráter de modernização muito mais voltado para o mercado que para a modernização da mulher em si. A revista se volta para a mulher que está apta a consumir os mais novos produtos oferecidos pela indústria. Aquela que está atenta às cores da moda, à roupa da moda, ao sapato da moda. A mulher que dirige na propaganda do Fusca, por exemplo, disputa o carro

com o marido, simplesmente porque esse carro é “fácil de dirigir. Fácil de estacionar. Obediente. Não dá problemas” (Claudia, Out./1963). No entanto, essa mesma mulher casada, que disputa o espaço público da rua atrás da direção de um carro, precisa aprender, na seção “A melhor maneira de ...” a passar e dobrar a camisa masculina com perfeição. Para tanto, a seção traz fotos do passo a passo.

A mulher precisa ter uma aparência moderna, mas precisa manter as mesmas funções, os mesmos papéis que vinha exercendo ao longo da história. Essa é uma das constatações possíveis diante da leitura dessas revistas femininas, salvo exceções, como as crônicas de Carmem da Silva que abordavam questões, como o aborto, a fidelidade e o divórcio. Sua perspectiva, moldada em bases psicológicas, tentava causar uma reflexão na leitora, em prol de uma mudança de sua visão de mundo, não só nas formas de ação. A crônica “Pura magia, quase milagre”, por exemplo, aborda as idealizações que a própria mulher constrói acerca de seus parceiros:

Todas as mulheres forjam um ideal de homem que corresponde às suas aspirações e necessidades: umas o querem forte, outras o desejam inteligente, algumas o sonham meigo, audaz, empreendedor, meditativo, sentimental, prático, dominante [...] (Cláudia, Fev./1963).

Essa idealização, diz ela, pode arruinar o relacionamento, principalmente quando a mulher quer operar uma mudança no companheiro, tentando ajustá-lo a seus padrões ideais. A cronista propõe, então, que a leitora reflita sobre suas atitudes diante dos homens:

A leitora que, em maior ou menor grau, encontra semelhanças entre sua forma de amar e as aqui descritas, faria bem em proceder a um consciencioso auto-exame: que quero de meu companheiro? Em que medida lbe reconheço uma identidade própria, em que medida pretendo que seja reflexo de mim ou de minhas fantasias? (Cláudia, Fev./1963)

Seja tocando em assuntos polêmicos, seja aconselhando uma revisão de valores, Carmem da Silva propõe, sempre, uma reflexão da mulher sobre si mesma em relação ao mundo, à sociedade, à vida e aos homens. Inseridas numa revista cujo público alvo

é a mulher casada, as crônicas da autora deixam entrever, também, algumas mudanças em curso na sociedade brasileira, introduzidas, em parte, pelo movimento feminista.

O feminismo no Brasil da época é experimental e tateante, diz Ventura (1988). As mulheres sabiam mais o que não queriam, o que já constituía um avanço. Não queriam repetir o que consideravam a infelicidade das gerações anteriores e experimentavam liberando o vocabulário e o sexo. Muitos dos rebeldes da época tinham, como fato comum, a revolta contra os pais e a rejeição da família.

De tal maneira que muitos, como Calmon, reduzem os questionamentos da época a um “problema familiar freudiano”. Essa ocorrência aliás, não parece ter sido um fato isolado, como constata Vladimir: “Aquele rapazziada de 64/68 rompeu com a estrutura repressiva do pai, da mãe, da família, que tradicionalmente absorvia a rebeldia do filho e o colocava no bom caminho (Ventura, 1988, p. 45/46).

A revista *Realidade* traz uma reportagem que discute o feminismo como uma briga justa, que pode ser perigosa. A reportagem comenta os mandamentos da Organização Nacional de Mulheres (NOW), dos Estados Unidos, e as manifestações que ela promovia entre as mulheres americanas desde 1966. Principalmente a marcha de setembro de 1970 em que cerca de 50 mil mulheres marcharam pelas ruas de Nova York empunhando cartazes e faixas e gritando frases agressivas contra os homens. Uma das consequências dessa marcha fora a greve protagonizada por donas de casa em todo o país. A palavra de ordem era: -Neguem tudo aos seus homens!.

O feminismo é muitas vezes alertado, muitas vezes ridicularizado em jornais e revistas do país que, para tanto, fixam-se na estereotipização das feministas, como “feias” e “machonas”. Rose Marie Muraro é apresentada ao leitor como “mãe de cinco filhos, escritora e diretora do departamento de edições da Editora Vozes”; ou seja, em primeiro lugar pela função regular de mãe que ela exerce na sociedade, em segundo lugar pela profissão estável que tem, em terceiro lugar, é apresentada sua visão feminista através do livro recém publicado *Libertação sexual da mulher* (1971).

Betty Friedan, autora do livro que serve de verdadeiro manifesto contra a condição da mulher na sociedade, *Mística feminina* (1967), é descrita, na revista *Realidade*, como “uma senhora feia de 46 anos”. Essa revista expõe na reportagem “Mulheres do Brasil, uni-vos”, a visão de Rose Marie Muraro, com quem a revista manifesta um alinhamento muito maior. Baseada nas palavras da feminista brasileira, o texto afirma:

A mulher é fundamentalmente igual ao homem (funções digestivas, respiratórias, intelectuais, etc.) e secundariamente diferente (funções sexuais e de reprodução). O que acontece é que, no mundo tradicional, essas diferenças foram extremamente valorizadas.

A mulher ficou reduzida à sua função sexual e reprodutora e o homem desenvolveu sua capacidade intelectual na construção da sociedade e no domínio da natureza (Realidade, Maio./1971).



Figura 6 – Duas das mais importantes feministas americanas: Kate Millet e Betty Friedan em fotos da reportagem de Oriana Falacci. Fonte: Revista Realidade, Maio/1971.

O que a reportagem aponta é que o feminismo brasileiro difere do americano no sentido de ser muito mais conciliador. Rose Marie Muraro propõe o diálogo, a

compreensão mútua entre homens e mulheres, percebendo a ambos como elementos fundamentais na construção da sociedade e alertando para a necessidade de um não ser oprimido pelo outro. O mesmo discurso conciliador que Carmem da Silva apresenta em seus artigos na revista *Cláudia*.

O feminismo no Brasil, nesse período, revestiu-se de um caráter específico, evitando o radicalismo e as confrontações explícitas. As mulheres evitavam o termo “feminista”, para não associar-se totalmente aos ideais norte-americanos, mas propõem, também, uma revolução, no sentido de uma maior participação da mulher na sociedade, sem que isso significasse a perda de suas características específicas. Nesse caminho, as mulheres repensaram uma série de modelos pré-estabelecidos propostos pela sociedade. Recusar os limites desses modelos significou lançar-se a uma aventura cujos principais obstáculos seriam estabelecer para si uma identidade social diversa da proposta pela sociedade e construir-se enquanto sujeito social ativo. Muitas mulheres conseguiram superar esses obstáculos, outras sucumbiram a eles. *Desquitada, com 38 anos, tuberculosa, há três anos sem ver o casal de filhos cuja guarda perdera no processo de desquite, ela tinha razões suficientes para querer abandonar a vida (Veja 5 Jan./1972).*

O comentário acima resume as razões do suicídio de Amélia Lúcia Medeiros Pizzuti. Citada por *Veja* como mais um exemplo do aumento da incidência de suicídios no período natalino, a história de Amélia também pode nos dar um bom exemplo dos limites impostos à mulher na década de 1970. Amélia já tivera conforto, um bom marido que lhe havia dado um apartamento “que era um brinco”, como comentam os vizinhos no artigo, e até carro próprio mas perdera tudo com o desquite, inclusive os filhos. Ganhava, no momento do suicídio, a noite de 26 de dezembro de 1971, apenas Cr\$ 150,00 (cento e cinquenta cruzeiros) mensais, provavelmente uma pensão do ex-marido e não tinha mais nada além do apartamento. Vivía só, entregue ao álcool e aos cigarros. Pulou do seu apartamento do 6º andar fraturando as duas pernas, ainda consciente pediu um cigarro aos transeuntes e morreu, já no hospital, sem receber nenhuma visita.

Observada dentro de um contexto, a história de Amélia é contundente. Amélia fora casada, um belo casamento que lhe havia cercado de luxos, mas era, provavelmente, infeliz e a insatisfação a fez cometer um erro fatal na época: a separação. Não se sabe as circunstâncias da separação, mas é possível deduzir que Amélia provavelmente cometera o que era considerado pela sociedade como um erro moral, pois perdera a guarda dos filhos. O fato é que ela se desquitou e, provavelmente como uma moça comum na época, Amélia era do lar, não tinha formação. Além disso, já passara dos 30 anos, seria impossível investir numa carreira, assim como seria muito difícil arranjar um outro homem para sustentá-la. Abandonada pela família em função de seu erro, Amélia

provavelmente entrou em depressão, que a levou ao álcool e ao suicídio, solução final. A história de Amélia é representativa do desvio ao modelo feminino que a sociedade procurava manter a todo custo: a mulher educada para o lar, para servir ao marido e aos filhos. Qualquer desvio gerava a punição e Amélia é um exemplo.

Em meados da década de 1960 é que se começa a desenhar, na maior parte dos países ocidentais, uma nova participação da mulher na sociedade. A pílula anticoncepcional teve aí um importante papel, além dos acontecimentos de maio de 1968 e dos movimentos feministas. A liberalização da contracepção permite à mulher um maior domínio sobre sua principal função social, a procriação. É justamente nessa década que a pílula se populariza no Brasil. A presença da mulher no mercado de trabalho começa a se estabelecer e gera a modificação do direito privado e das atividades domésticas:

Em todos estes processos, e particularmente na conquista de autonomia política e simbólica - o afirmar “nós, as mulheres” o feminismo, ou antes, os feminismos dos anos sessenta e setenta desempenharam um papel essencial, impondo a feminilidade como categoria fundamental da identificação política e organizando-se como espaço autônomo, onde podiam operar-se a sua desconstrução e a sua reconstrução (Thébaud, 1991, p. 19/20).

No Brasil não se percebe claramente, ainda, na década de 1960, os reflexos do movimento feminista no tratamento dado à mulher pela grande imprensa. Geralmente, cabe à mulher apenas a recreação, nunca a seriedade das notícias. A presença feminina nas propagandas é bem significativa. Quando a mulher aparece, está, na maioria das vezes, em posição de submissão em relação ao homem, seja a poder do charme masculino, do posto de trabalho ou da família. Extraí alguns exemplos bastante recorrentes da revista *Veja*.

A firma “Consultoria de Direção e Organização de Empresas”, por exemplo, esclarece em sua propaganda a missão da empresa: organizar a empresa dos outros. É direcionada, portanto, ao empresariado e conta com um quadro de consultores assim definido: “Tudo feito por homens maduros e raros, escolhidos com o necessário rigor, porque somos uma clínica de empresas” (*Veja*, 12 de Nov./1969).

A possibilidade de uma participação feminina efetiva no corpo de consultores está afastada pelo próprio texto da propaganda. A foto que ilustra a propaganda recai, precisamente, sobre a calvície masculina, ícone de sua maturidade.

Outro exemplo, a propaganda do fumo “Bulldog” para cachimbos, traz Bruna

Lombardi a olhar languidamente para uma mão masculina que segura um cachimbo. A chamada aponta claramente para tal público: “Criamos o aroma de Bulldog sabendo que as mulheres não fumam cachimbo. Mas ficam por perto” (Veja, 12 de Nov./1969).

O texto novamente exclui totalmente a possibilidade da mulher fumante, o modelo social não permitiria isso, é terreno do masculino. A elas cabe a admiração pela virilidade do ato. O cachimbo surge na propaganda como um símbolo de masculinidade, gerando sedução e apelo sexual: “Ah, elas adoram sentir em você esse perfume de homem. Ficam loucas” (Veja, 12 de Nov./1969).

A propaganda das copiadoras Xerox também é um primor no uso de um discurso cristalizado pelo senso comum. Uma mulher sorri e mostra as mãos. Aparentemente direcionada ao público feminino, a propaganda, na verdade, se dirige ao empresário masculino utilizando o discurso carregado de clichês de uma suposta secretária ao seu chefe:

As mãos que o meu namorado acha lindas são as únicas que eu tenho.

São conservadas a poder de creme, chefe. São tratadas, polidas e esmaltadas, todas as semanas. Eu compro anéis para elas, chefe.

Estas mãozinhas macias têm uma reclamação séria contra o nosso ambiente de trabalho. Elas não suportam mais os maus tratos diários recebidos da nossa copiadora.

Não é justo que a sua secretariazinha continue se sacrificando quando é tão fácil e barato instalar uma copiadora Xerox (Veja, 27 Set./1972).

O uso dos diminutivos mãozinhas e secretariazinha sugere não só um discurso “típico” feminino, mas um certo apelo sexual, deixando reverberar, no texto, o senso comum de que as secretárias são sempre possíveis amantes de seus patrões.

A propaganda do jornal *Correio da Manhã* seleciona bem os dois públicos a que deseja atender. O masculino, em primeiro plano, lê o primeiro caderno, com as principais notícias nacionais e internacionais. O feminino, em plano mais afastado, lê o anexo, com temas como moda, música e teatro. O anexo é o *Jornal Recreação*.

Ler as reportagens, entretanto, dá uma vaga ideia de que, pouco a pouco, a sociedade vem mudando e novas representações femininas vão surgindo. Fora dos holofotes da mídia, nos bastidores, as mulheres ousam atitudes e comportamentos desafiantes e desviantes.

Em 1969, a reportagem “A hora e a vez do beijo” apresenta os resultados de

uma pesquisa que interrogou 400 moças e rapazes no Rio de Janeiro para descobrir se a moral dos jovens estava ou não mudando. Chegou à conclusão de que o que estava mudando eram as suas atitudes diante da relação entre os sexos. Diz o texto:

No Brasil, aos dez anos as crianças já estão pensando em beijar. 5,5% já deram o primeiro beijo (quase todas elas cariocas). Cinco anos mais tarde, 52% das crianças beijaram e foram correspondidas. Aos dezessete anos só algumas meninas ainda não foram beijadas: 22% (Veja, 22 Nov. 1969).

As mudanças de comportamento tem geralmente origem entre as mulheres mais jovens, que começam a namorar mais cedo e permitem “certas intimidades” aos namorados. As cartas dos leitores à *Veja* expressam a preocupação da sociedade com essas mudanças e apresentam, às vezes, propostas de cerceamento da liberdade até no uso das roupas femininas. Os artigos também demonstram essa preocupação, como “Chegou mais um carnaval”, artigo que comenta a atitude de um juiz que, preocupado com a moralidade na cidade mineira de Juiz de Fora, proíbe o uso simultâneo de minissaia e miniblusa: “as moças têm que escolher: ou mini-blusa com saia comprida ou minissaia com blusa inteira” (Veja 12 Fev. 1969). O desejo geral da sociedade parece ser o de imprimir, à revelia dos movimentos de mudança, os papéis femininos que ela considera fundamentais: o de esposa e mãe.

A propaganda do Banco do Nordeste direcionada ao público feminino corrobora essa visão. O texto aponta as dez coisas que fazem uma mulher feliz e que são, além de abrir uma conta no banco: casar com um rapaz bonito e inteligente; ter filhos lindos e bem educados; estar sempre na moda; ter uma casa e um carro só para si; ser admirada.

Outra propaganda, da União de Bancos Brasileiros, exorta o chefe de família a confiar em sua esposa abrindo com ela uma conta conjunta. O texto afirma:

Não fique só falando que você confia no senso de economia de sua mulher. Prove-lhe isso. Reparta com ela a administração do dinheiro da família - abra uma conta conjunta na União de Bancos. Com uma conta conjunta, tanto você como sua mulher podem movimentar o dinheiro depositado no banco (Realidade, Mar./1969).

O texto deixa bem claro quem ainda é o chefe da família, aquele que sustenta a casa. A novidade é deixar que a mulher também tenha acesso ao dinheiro até para facilitar a vida do homem, visto que, assim, ela também poderá pagar as contas domésticas.

A década de 1970 vai trazer uma mudança gradual na participação feminina nas propagandas. As mulheres começam a aparecer em algumas posições mais destacadas. A propaganda da Ford Rural mostra uma mulher ao volante, o que já sugere uma inovação, pelo fato de a mulher estar numa situação de atividade. O texto enfatiza o seu papel de mãe: “Neste mundo tão inseguro a sua família precisa de uma Ford Rural” (Veja, 2 Dez. 1970).

Fica evidenciada a função que a sociedade espera da mulher e a fotografia a sedimenta mostrando uma mulher e sua família. Enquanto isso, uma reportagem demonstra o domínio feminino sobre o programa televisivo de maior audiência da televisão brasileira: a telenovela. Três mulheres são as principais responsáveis pelo sucesso das telenovelas no Brasil: Ivany Ribeiro, Glória Magadan e Janete Clair, escritoras.

Os modelos que a sociedade determinou como caracterizadores do feminino ainda são a forma predominante de representação das mulheres na mídia: a mãe, a dona de casa, a boa filha. Mas é possível perceber uma mudança sutil na representação dessas mulheres que, vez por outra, surgem em atitudes ousadas, rebeldes, ou em posição mais ativa na publicidade. As pesquisas denotam uma mudança de comportamento principalmente entre as mulheres mais jovens. A indústria cultural é um dos fatores que servem de estímulo e de veículo para essas mudanças. Mas são as mulheres que buscam mudar, que conquistam novos espaços e geram novas representações.

4. A mulher entre o público e o privado

*Quando nasci um anjo esbelto,
desses que tocam trombeta, anunciou: vai carregar bandeira.
Cargo muito pesado pra mulber,
esta espécie ainda envergonhada. [...]
Vai ser coxo na vida é maldição pra homem.
Mulber é desdobrável. Eu sou.
Adélia Prado (1991)*

As mudanças na ordem pública geram mudanças na vida privada assim como as mudanças nos padrões de comportamento dos indivíduos também influem na ordem pública. É justamente essa rede de interdependências entre os indivíduos que compõem uma sociedade, que constrói uma configuração social (Elias, 1970). Analisando a família como elementos inseridos dentro de uma configuração, é possível perceber que há um jogo de relações entre as mudanças ocorridas no interior do espaço privado da família e as mudanças que ocorrem no espaço público da sociedade.

De acordo com o *Novo dicionário da língua portuguesa* de Aurélio Buarque de Holanda (1975, p. 1139 e1156), privado é aquilo que não é público e público, por sua vez, é tudo o que é relativo, pertencente ou destinado ao povo, à coletividade. O privado pode ser descrito como o lugar onde relaxamos, onde nos colocamos à vontade, livres da carapaça de ostentação que assegura proteção externa. Esse lugar é de familiaridade. Doméstico. Íntimo (Duby, 1995, p. 10).

Os limites entre público e privado muitas vezes se dissipam, se mesclam. Em um regime autoritário como o que viveu o Brasil durante as décadas de 1960 e 1970, os limites tornam-se ainda mais imprecisos. O medo do vizinho, as suspeitas do Estado, a censura, são campos que muitas vezes se encontram entre essas duas áreas.

Além do regime, invasivo e opressor, a modernização da sociedade também causou uma série de mudanças nos padrões de comportamento privado - a liberação

sexual, as experiências com as drogas - principalmente a maconha e o LSD⁴, - se davam em parte pelo desejo, privado, de experimentar o novo, parte como forma de protesto, por rejeição ao status quo, público:

As escaramuças com a censura, o clima de opressão, o exílio voluntário, enfim, se intrometiam no trabalho e tornavam os destinos pessoais indissociáveis das atitudes públicas de cada qual e das contingências da política (Maluf e Mott, Apud Servenko, 1998, p.348).

A família, núcleo privado que elabora as bases da vida pública, é uma importante categoria de análise na constituição de uma configuração histórica. No caso do Brasil nos anos de 1960 e 1970, ela tem uma participação de relevo no embate histórico. Lygia Fagundes Telles representa, nos romances desse período, a crise e a dissolução dos velhos padrões familiares, burgueses e patriarcais.

Em seus romances, o ambiente descrito é sempre privado: o aquário de Raíza, o sótão, seu quarto, os quartos onde faz amor, o quarto de André, o quarto de tia Graciana, o quarto de Lorena, o quarto de Ana Clara, principalmente a cama. Sempre um quarto, local de maior intimidade da casa, local onde se escondem os segredos, local que fornece uma melhor compreensão do íntimo das personagens. Além do quarto, poucas cenas de salas e cozinhas. O mundo exterior é visto, na maioria das vezes, através de uma janela, elemento de ligação com a realidade, mas também de proteção. Poucas são as cenas de exterior, como a chuva em que se banha Raíza na morte de André, chuva que lhe lava as dores, a alma, os medos e a prepara para a vida. Ou as saídas de Lia, que surge no jardim do pensionato ou na rua, para logo entrar em um quarto. Fugindo do sol de verão, do calor, do real.

O fato de Lia, Lorena e Ana Clara morarem em um pensionato é revelador, se se pensar o pensionato enquanto um espaço limítrofe entre o público e o privado. Ou seja, ele é um ambiente público porque é aberto à comunidade e convergem para ele indivíduos de todas as classes sociais e de situação pessoal diversa, freiras, jovens liberadas e militantes de esquerda. É um espaço de convivência entre as diferenças. Mas é também um espaço privado, no sentido de que esses indivíduos diferentes ocupam um espaço privado dentro do pensionato. Cada um elabora o seu espaço individual dentro desse todo. O pensionato poderia figurar como uma metáfora da transição do feminino de uma vida restrita ao espaço privado, para uma vida em que se mesclam momentos de privado e de público.

4 Lysergic Acid Diethylamid ou Ácido Lisérgico

O espaço privado demonstra a preocupação da autora em esclarecer que aquele momento da vida de seus personagens é de revolução íntima, e que é preciso primeiro a tomada de consciência pessoal para que, a partir daí, se lute para modificar o outro, o mundo. Por isso, sair do espaço da casa materna, ou da casa da família, é fragmentar-se, desestruturar-se. Assim encontra-se Raíza, de *Verão no aquário* (1998a), a sonhar repetitivamente com suas raízes, ou com seu chão, a antiga casa familiar, onde podia agarrar-se e manter-se firme, dona de seu passado, presente e futuro. Quando não está sonhando, percorrendo o sótão da antiga casa, está em seu quarto, ou no apartamento do amante, ou no quarto da tia Graciana. Sempre num espaço interior, doméstico, de intimidade.

Para Lorena, Lia e Ana Clara, personagens de *As meninas* (1998b), o pensionato serve, também, de ligação e proximidade, se não com a família, mas entre si. Cada quarto é próprio e representativo da personalidade que nele habita. Por exemplo, o quarto de Lorena, em tons pastéis, lembra sua virgindade além de sua condição social. É Mieux, o amante de sua mãe, quem o decora e é justamente por causa dele que Lorena decide se afastar da casa materna.

Quero este banheiro todo cor-de-rosa, é importante que ela se sinta num ninho quando se despír para o banho - disse ele atirando a ponta do cigarro no vaso rachado. Bateu a porta atrás de si e cheirou o lenço: - Este quarto imagino amarelo bem claro, tenho o papel de parede, a cama dourada ali naquele canto (p.22).

Ana Clara é uma mulher do espaço público, no sentido de que sobrevive de uma profissão que requer exposição pública constante. A elaboração de seu perfil demonstra não só os preconceitos sociais que cercam uma mulher que sobrevive de uma profissão pública, como expõe, do íntimo da personagem, os conflitos que ela vive diante desses preconceitos. Deseja casar-se com um homem mais rico para poder ascender na esfera social; para isso, precisa de uma operação que refaça a sua virgindade perdida, pois só uma cirurgia provaria que, apesar de pertencer ao espaço público, as marcas de uma feminilidade “sadia”, ainda estão presentes em seu corpo.

As reportagens que tratam da entrada de moças no espaço público da mídia, da televisão, das passarelas, apontam para o caminho da prostituição, corroborando a visão de que ser uma figura pública feminina implicava, necessariamente, na prostituição. Na reportagem “As Cinderelas”, a revista *Veja* traça o perfil de algumas jovens que, influenciadas pela recente repercussão da televisão, são capazes de qualquer coisa para fazer sucesso. Uma das entrevistadas, que largara o curso de Medicina para tentar a

carreira de atriz, afirma: *Quero saber até que ponto é preciso a gente se prostituir para alcançar o sucesso, ou até que ponto é o talento que realmente interessa* (Veja, 21 de Out./1970).

A jovem apresenta um discurso contestatório e quer experimentar ir além do preconceito social e testar, de fato, a possibilidade de vencer pelo talento. No entanto, seu discurso também demonstra que o mais provavelmente aceito pela sociedade é que ao assumir uma carreira pública ela estará também assumindo a pecha de prostituta.

A passagem da mulher para o espaço público passa, então, pela visão de si como libertina. Ana Clara assume essa visão e se enquadra no perfil apresentado pela ex-estudante de Medicina da citação acima, ela quer tentar qualquer coisa para alcançar o objetivo de elevar seu *status* social.

Lia, apesar de também almejar assumir papéis importantes no espaço público, está em pleno movimento, de partida sempre. Não tem os cuidados de Lorena com a casa, não combina com os móveis da amiga, com seu requinte nem com seu excesso de limpeza.

A entrada da mulher no espaço público da política é um outro fator que começa a se insinuar na década de 1970, em parte através da militância em grupos de esquerda. Em determinadas regiões do país, a mulher pública, mesmo quando assumindo um cargo político de destaque, continua a ser oprimida e submetida ao homem. A deputada estadual da Arena no Estado de Pernambuco, Aracy de Souza, em 1972, tenta arregimentar a participação feminina na política, mas encontra resistência não só nos homens como nas próprias mulheres.

'Mulher gosta de política, mas não quer deixar o fogão'; foi a manchete de um jornal, enquanto Laís Cabral da Costa, dama da sociedade, adverte: 'As mulheres estão se masculinizando com esse movimento. Se continuar assim, quando chegar a guerra, elas serão as primeiras convocadas' (Veja, 9 de Ago./1972).

A própria deputada é um exemplo de que a luta pela participação política seria conflituosa e significaria sempre uma conquista. Líder do movimento de emancipação feminina na Arena, ela esteve, no ano de 1971, sequestrada durante 16 dias, apanhando regularmente do ex-marido, numa viagem que começou em Recife e terminou com a intervenção da polícia em Minas Gerais.

Em pesquisa realizada para investigar o perfil da mulher brasileira, publicada em janeiro de 1967, *Realidade* abre espaço para questionamentos acerca da sua participação

política. A maioria das questões retrata as mulheres apenas como eleitoras. São elas:

A senhora vota?

A aparência dos candidatos influencia o seu voto?

A senhora gostaria que seu marido fosse político?

A senhora confia nos homens que dirigem a nação?

A senhora acha que a inflação está diminuindo?

A senhora tem medo do comunismo?

Somente uma das questões insinua uma possível participação ativa das mulheres na política brasileira:

Se o Brasil fosse governado por mulheres, seria melhor?

A essa questão, 77% das entrevistadas respondeu que, apesar dos pesares, tudo estava bem com os homens no poder. A diferença de opinião se dá apenas entre as mais jovens, e ainda assim, apenas 19% delas achariam um governo feminino melhor. Diante dessa configuração seria difícil, a curto prazo, uma participação mais efetiva da mulher na política pública brasileira.

Em fevereiro de 1975, a revista *Realidade* publica uma matéria intitulada “As mulheres na abertura política”, em que arrola os principais nomes femininos na política brasileira. A matéria discute as dificuldades que as mulheres enfrentam para alcançar cargos eletivos e apresenta deputadas eleitas por vários estados brasileiros como Dulce Salles Cunha Braga, deputada pela Arena, em São Paulo; Júnia Marise, deputada pelo MDB, em Minas Gerais; Maria das Neves Lucena, suplente de senador pelo MDB, no Rio Grande do Norte; Lygia Lessa Bastos, única mulher na Câmara Federal, eleita pelo Rio de Janeiro; Sandra Cavalcanti, da Arena, deputada estadual no Rio de Janeiro; Derci Furtado, eleita pela Arena no Rio Grande do Sul, que chegou a ser apedrejada durante a campanha eleitoral por ousar enfrentar políticos mais tradicionais; Jusara Gauto Guariglia, também do Rio Grande do Sul, terceira suplente a deputado federal.

As mulheres na abertura política

Brigando muito elas alcançaram as Assembléias e o Congresso. E não pretendem influir apenas na decoração: vão continuar brigando.



Dulce Salles Cunha Braga

mulher na política. Já há, pela primeira vez na história da República, uma sapente de senador.

E, como Dulce, todas enfrentam uma barreira comum: ao ingressar em um campo tradicionalmente reservado aos homens, são levadas a uma preconceituosa obrigação de mostrar valor pessoal. Ou logo sua vitória é creditada a atributos meramente circunstanciais.

Quando Dulce foi eleita vereadora, em 1966, com a maior votação do pleito, 24 000 votos, (o 2.º colocado obteve só 9 000), a oposição interpretou categoricamente: "Venceu por causa do jipe roubado". É que, no auge da campanha, a professora e advogada Dulce apareceu na televisão muito nervosa, quase chorando: "Roubaram o meu jipe azul durante um comício". O fato comoveu muitos eleitores. O jipe nunca mais apareceu, mas Dulce iniciava sua carreira política de forma cintilante.

Hoje, numa Belina também azul, com motorista particular, lamenta os preconceitos cada vez mais sutis contra a presença da mulher na vida pública: "Somos vigiadas, visadas. Ainda é preciso ser muito mulher para fazer algo no campo dos homens. Por que lembrar a circunstância do jipe depois de tudo o que eu fiz de sério contra o analfabetismo em São Paulo? O atual Projeto Minerva foi realização moderna de uma velha ideia minha".



Júnia Marise

Júnia Marise, a deputada estadual de Minas mais votada em 74, começou aceitando um convite, em 1966, para se candidatar vereadora pelo MDB.

Na época não contou com apoio da mãe: "Política não é para mocinhas de 19 anos". Os colegas da Faculdade de Direito deram-lhe um apoio vago: "Legal, legal". Mas seus amigos do *Diário de Minas*, onde assinava uma coluna universitária, anunciaram espontaneamente a candidatura. E seus

"Lugar de mulher é na cozinha!", gritou alguém num comício da deputada Dulce Salles Cunha (Arena-SP). "Também na cozinha, meu amigo, também na cozinha", respondeu ela, serena. E não era demagogia. Dulce inventou uma moranga com camarão, capaz de brilhar até em jantar do MDB. A par de suas qualidades culinárias, ela é também uma das pioneiras dentro do fenômeno que atingiu o seu grande momento nas últimas eleições: a participação da

Figura 7 – Página de início da reportagem "As mulheres na abertura política". Fonte: Revista Realidade, Fevereiro/1975.

Cada uma dessas mulheres teve de enfrentar inúmeros obstáculos durante a sua vida pública. Manifestações como: Lugar de mulher é na cozinha!, ou questionamentos do tipo: Mulher desmaia quando vê um rato? Situações de humilhação e de violência. Mas todas elas são unânimes em afirmar a importância da participação feminina na vida pública. Todas elas representam uma mudança que se realiza no panorama político do país.

Em 1985, o governo Franco Montoro, de São Paulo, constatando a inexistência de documentos governamentais que apresentassem os resultados das políticas aplicadas em relação à mulher durante a década anterior no Brasil, realiza um diagnóstico sobre essa situação, através do Conselho Estadual da Condição Feminina presidido por Albertina Oliveira Costa. O relatório informa:

Resumida grosseiramente a posição brasileira é a seguinte. Condena a discriminação baseada no sexo. Reconhece que a mulher ocupa uma posição subalterna na sociedade. Essa posição subalterna é associada a um estágio do processo de desenvolvimento. Não necessita da interferência governamental: assegurado o desenvolvimento, naturalmente a distorção desaparece ou desaparecerá gradativamente (Costa, 1985, p. 3).

Pelo menos no campo da política, não havia nenhum impedimento legal para a maior participação feminina. Um dispositivo constitucional (art. 165, item 3) impedia a discriminação com base no sexo para acesso a cargos. Esse dispositivo, no entanto, foi constantemente violado no Brasil, tanto que uma Comissão Parlamentar de Inquérito, criada após o ano Internacional da Mulher, em 1975, já recomendava a adoção de medidas de urgência no sentido de que todos os órgãos do governo, ou a ele vinculados, cumprissem a disposição constitucional e as leis proibindo a discriminação nos salários e no acesso a cargos por motivo de sexo ou estado civil.

A Lei 5.473 de 1978 veio reforçar essa determinação proibindo discriminações entre os sexos e prevendo sanções penais de prisão e multa. No entanto, não existiam dispositivos de controle e fiscalização que a efetuassem.

Se não se pode negar que tenha havido algum empenho governamental no que tange a supressão dos obstáculos legais à participação igualitária da mulher, é penoso constatar que não houve qualquer compromisso com a promoção de medidas que incentivassem o acesso de mulheres às esferas de decisão (Costa, 1985, p. 9).

O relatório elaborado pelo governo Montoro apresenta como foi difícil a ascensão da mulher a cargos públicos. No poder judiciário, por exemplo, está registrada a presença de mulheres entre os juizes federais a partir de 1977 e entre os juizes auditores em tribunais militares somente a partir de 1982. O relatório afirma: *Embora não exista qualquer impedimento que vede às mulheres o cargo de juiz, até bem recentemente as mulheres eram sistematicamente reprovadas no processo de seleção (Costa, 1985, p. 12).*

Na educação superior, por exemplo, em 1977 não havia nenhuma mulher

ocupando reitoria de universidades. Somente em 1980, de 33 reitorias, uma era ocupada por mulher, na Universidade Federal de Goiás.

No Itamaraty a situação não era diferente. Em depoimento feito à CPI de 1977, a Dra. Maria Rita Soares Andrade fez um breve histórico sobre a participação das mulheres no Itamaraty e denunciou que no Ministério das Relações Exteriores as mulheres só atingiam o posto máximo da carreira mediante a aposentadoria. Elas vão até conselheiro e saem porque não se admite mulher em Embaixada (Costa, 1985, p. 18).

O poder legislativo apresenta o mesmo padrão. Nossa primeira Senadora, Eunice Michiles, era suplente de um parlamentar que teve morte súbita em 1979. Outras mulheres suplentes chegaram a exercer temporariamente esse cargo. Somente em 1984 é que se registra a eleição de uma senadora, entre os três representantes do Amazonas no Senado Federal. Na Câmara Federal não havia nenhuma mulher compondo a mesa.

O assunto era encarado da mesma forma pela direita e pela esquerda. Ser companheira de partido, ser militante, revolucionária, sim. Mulher pública, jamais. A militância na esquerda se dava nos bastidores, apoiando as figuras públicas principais, masculinas. Embora a participação feminina nos movimentos de esquerda tenha sido intensa, não foram muitas as mulheres que conseguiram cargos de destaque nas organizações de esquerda.

Aos poucos, porém, abrem-se novas oportunidades para a mulher que, no entanto, enfrenta desconfiças e preconceitos enraizados na sociedade e dentro de si mesma. Esse, como todos os períodos de transformações sociais, gera uma crise de valores e produz indivíduos também em crise - mulheres e homens - perplexos, buscando as melhores formas de compreender e conviver naquela nova realidade.

Uma visão comum da sociedade nesse período, é perceber na mudança dos papéis sociais desempenhados pela mulher as razões principais das crises comportamentais dos jovens. O psicanalista René Diakine afirma, então, que o futuro da estrutura familiar depende, entre outros fatores, da evolução feminina.

Atualmente, nas cidades, a mulher trabalha sempre mais fora de casa, seja por necessidade, seja porque gosta. A mulher dona de casa vive numa solidão mal tolerada, ela inveja a mulher ativa que mantém contatos, que vê gente, mesmo quando a mulher ativa é uma operária em condições penosas de trabalho. Resta saber como a sociedade poderá permitir que ambos os pais tenham uma função igual, sem que esta evolução traga danos aos filhos (Veja, 9 de Jan./1974).

Lygia Fagundes Telles desmistifica a sociedade partindo de sua célula básica, a família, através da desestruturação das funções sociais de seus componentes principais: o pai, a mãe e os filhos. Ela, então, apresenta, em sua obra, pequenas comunidades femininas em substituição à família patriarcal. Suas personagens vivem em pequenos ambientes familiares, identificados como “comunidades femininas”, visto serem núcleos fundamentalmente compostos de mulheres. Em *Verão no aquário* (1998a), o núcleo principal se dá na convivência entre Patrícia (a mãe), Raíza (a filha), Graciana (irmã de Patrícia, tia de Raíza), Dionísia (a empregada negra) e Marfa (a prima de Raíza). Eventualmente, a presença de homens perturba o ambiente doméstico, como André (suposto amante de Patrícia, desejado por Raíza), os fantasmas do pai de Raíza e do pai de Marfa.

Ao analisar parte da obra de Lygia Fagundes Telles, especificamente contos, Carozza (1992) observa que ela os estabelece dentro de um campo temático que privilegia as relações inter-humanas, predominando a confrontação com o outro através do diálogo. Assim sendo, os laços afetivos, em que se incluem as relações familiares e de amizade, se constituem como importantes formas de representação do contexto em que se inserem suas obras. Através dessas relações podemos visualizar em grande parte os porquês dos comportamentos femininos.

O conflito estabelecido entre mãe e filha, por exemplo, é levado às últimas consequências em *Verão no aquário* (1998a). A filha, Raíza, aponta a mãe como a grande causadora de seus conflitos pessoais. Muitas vezes os diálogos de Raíza com sua mãe denunciam que seus excessos, suas experiências mais radicais têm por objetivo final atingir sua mãe.

- Há retratos no quarto de André?

- Ainda não estive lá, Raíza, não posso saber.

- Não, não tem nenhum retrato. Um quarto despojado como

devem ser os quartos dos que têm mundo interior. Já reparou, mamãe? Quem tem vida interior não precisa de cercar-se de bibelôs e badulaques como tia Graciana.

- Mas o André é pobre por dentro, Raíza. Você se engana nesse ponto, ele também não tem quase nada para enfeitar suas paredes. Mal se lembra dos pais, não teve namorados, nem amigos, nada (Telles, 1998a, p. 157).

O diálogo acima é tenso e Raíza procura instigar a mãe a admitir um caso

amoroso com André, fazendo-a descrever o quarto do rapaz. Por outro lado, ela procura mostrar à mãe que pode ser melhor do que ela, visto que já foi ao quarto do rapaz e o conhece melhor. A mãe de Raíza é seu principal obstáculo e vencê-la significa encontrar a própria identidade. A experiência amorosa de Raíza com André só a leva a atingir a si mesma. Pois deixa nela a mesma sensação de vazio e incompletude dos outros homens.

Abracei o travesseiro. O querido André [...] Eu devia saber que seria assim, não, não fora meu amante, fora meu inimigo. E aquele beijo seco, arenoso. E aquelas mãos ossudas, contundentes, tantos ossos, tantos. Ele tinha ossos demais. O que é que eu fora buscar, afinal? O amor? Mas que amor? Uma lembrança tão sem beleza a daquela posse transformada na mais áspera das polêmicas, nem prazer tivera, nem sequer a certeza de que minha mãe e ele eram amantes, continuava a dúvida pois o fato de ter-me aceito não significava resposta, não significava coisa alguma. E então? [...] (Telles, 1998a, p. 183).

Raíza deseja André porque sente que ele está intimamente ligado à sua mãe, mais do que ela mesma. Esse fato a incomoda. Conquistar André seria conquistar indiretamente a intimidade de sua mãe e, ao mesmo tempo, superá-la. A morte do rapaz consegue, enfim, reconciliá-la com a mãe através da culpa.

Os romances também deixam entrever as questões familiares que envolvem cada uma das meninas. Lia entra em choque com o futuro que os pais planejaram para e por ela: marido e filhos, muitos filhos. Esse é o principal fator que a faz sair de Salvador, onde nascera, para ir morar longe dos pais, num pensionato. Distante, ela pode levar a vida como acredita e enfeitá-la em fotos para os pais:

Depois de três dias de choro minha mãe vai ficar ocupada demais em arrumar dinheiro, vai querer me forrar, o pavor que eu passe fome no estrangeiro. Meu pai é um alemão sentimental mas contido, ele entende. Sou capaz de mandar de lá uma foto com vestido de noiva pra efeito familiar, obrigo Miguel a posar de noivo, ô! O sucesso da foto no porta-retrato de prata da sala de visitas (Telles, 1998b, p.139).

Lorena tem uma relação difícil com sua mãe, com quem é aparentemente condescendente, mas a quem evita constantemente. A mãe de Lorena, extremamente rica, se vê às voltas com amantes mais novos a quem sustenta com carros e dinheiro, pretende com eles preencher suas carências afetivas, mas se sente cada vez mais

solitária, afastada, inclusive, da própria filha.

Minha filhinha querida. Tão pura, tão honesta e sensível. Tão fina. Não é por ser minha filha, mas sei que é difícil encontrar uma menina assim. Quando fiz essa loucura de me casar outra vez, quando me apaixonei por esse homem que me tem jeito chorar lágrimas de sangue, perguntei a ela, qual é a sua opinião, filhinha. Então ela tomou minhas mãos entre as suas e com aquela doçura que você conhece respondeu, o que mãezinha fizer está bem feito. Não sabe nem a metade do que tem me acontecido, não quero que se machuque, que sofra (Telles, 1998b, p.231).

A mais difícil relação, no entanto, se dá entre Ana Clara e a sua mãe, ou melhor, a memória de sua mãe, a quem não perdoa por não ter se valorizado ou lucrado com os amantes que tivera, deixando-se destruir por eles.

A carinha tão sem dinheiro contando o dinheiro que nunca dava pra nada. “Não dá” - ela dizia. Nunca dava porque era uma tonta que não cobrava de ninguém. Não dá ela repetia mostrando o dinheirinho que não dava embolado na mão. Mas dar mesmo até que ela deu bastante. Pra meu gosto até que ela deu demais. Uma corja de piolhentos pedindo e ela dando (Telles, 1998b, p.34).

Ana Clara não quer perceber que está seguindo o mesmo caminho. Ela se deixa usar desde sua infância, tanto que não consegue sentir desejo ou prazer com o sexo, mesmo com o homem que ama e de quem espera um filho.

A revista *Realidade* demonstra a atualidade do tema “conflito de gerações” elaborando uma reportagem sobre uma pequena família, como as representadas por Lygia Fagundes Telles. Mãe e filha que vivem juntas em um confortável apartamento de frente para as praias do Leblon e de Copacabana, no Rio de Janeiro. A mãe é Danusa Leão, ex-modelo e ex-mulher de Samuel Weiner, jornalista e antigo dono do jornal *Última Hora* e a filha se chama Débora, ou Pinky, como é conhecida, então com dezesseis anos. A revista resolve abordar o modo como essas duas mulheres veem a vida. O que elas têm de igual e de diferente. Como elas administram os conflitos que surgem de sua convivência. Pinky afirma: - Não somos mais mãe e filha. Somos duas mulheres. Procuro trabalhar para viver e levar a vida que eu acho que devo levar (*Realidade*, Set./1971).

Embora tentem evitá-lo, o conflito de gerações logo se apresenta nas opiniões,

nos gestos, nas atitudes de mãe e filha. A jovem provoca. A mãe pondera. Deixo o repórter falar:

Danuza reaparece. Sorrindo, senta-se ao meu lado, cruzando as pernas numa atitude de iogue. Ouve um final da nossa conversa e entra no assunto;

- Eu me sinto muito bem quando estou com pessoas mais jovens que eu. É porque segui o tempo, me agarrei a ele e vou com ele. Pinky vira-se para mim, quase com uma desaprovação:

- Pois eu prefiro me situar numa faixa que vai dos vinte aos 45 anos - de andar com pessoas mais velhas do que eu. Sinto-me bem no meio dessas pessoas (Realidade, Set./1971).

O repórter percebe uma zona de silêncio que cruza o olhar de mãe e filha. A filha critica e desafia a mãe, mas Danuza evita o desafio. A filha não admite o senso de juventude da mãe, quer vê-la admitir a maturidade, quer que fique presa ao passado.

A tensão entre as duas cresce à medida em que elas dialogam. Danuza fala de maus momentos, Pinky atribui a Danuza o pior momento de sua vida: quando viu a mãe chorar ao romper o relacionamento com o segundo marido, o jornalista e compositor Antonio Maria. Acha que começou a perder a infância nesse momento. Ela atribui a essa experiência a decisão de não querer assumir nenhum relacionamento mais sério. Danuza muda de assunto e se afasta. Pinky conclui, olhando a mãe com carinho: - A verdade é que a nossa família é como todas: os mesmos sofrimentos, as mesmas tristezas, as mesmas alegrias (Realidade, Set./1971).

Uma dessas mulheres ainda procura o seu caminho, a sua forma de perceber e entender o mundo, é uma adolescente cheia de conflitos que ora expressa, ora deseja esconder. Ora apresenta atitudes de mulher, ora de criança. Sua forma de perceber o mundo se faz através do desafio e, evidentemente, a primeira a ser desafiada é a mais próxima, a mãe. Pinky desfaz dos valores maternos mas, no fundo, tem consciência de que necessita deles e de que é através deles que seus olhos filtram o mundo, elaborando a sua visão individual. A outra, mãe, compreende o conflito da filha e sua postura é de tolerância, mas deixa claro que não pode abrir mão de sua individualidade, a filha precisa aceitar seus acertos e erros. Danusa recusa o papel de mãe modelo, é uma mulher que, tanto quanto a filha, está aprendendo com suas próprias experiências.

O conflito estabelecido entre mãe e filha na entrevista citada é levado às últimas consequências nos romances analisados. A presença forte da mãe, então, aponta não só o choque de gerações, mas a ausência do pai que é, na verdade, uma ausência

presente, pois embora as protagonistas não convivam com seus pais, eles marcam a sua existência.

Nos romances o pai é geralmente descrito como uma figura leve e sonhadora, desapegada da realidade, presa a ideais em contraponto a uma mãe firme e realista ou mesmo, materialista. As personagens se prendem, então, a uma visão nostálgica de seus pais, que surgem, constantemente, em flashes de memória e em sonhos, sempre a querer anunciar-lhes algo que elas estão prestes a descobrir.

O início de *Verão no aquário* (1998a) é a descrição de um sonho de Raíza com o pai. Sonho que já prepara o leitor para descobrir as chaves da personalidade conturbada da jovem personagem:

Ele veio vindo silenciosamente. Inclinou-se sobre a minha cama. Seus dedos transparentes quase tocaram no meu ombro: 'Raíza, Raíza!' Tinha uma rosa em lugar do rosto, mas o hálito adocicado era de hortelã. Papai, você bebeu outra vez! Tive vontade de dizer-lhe. Foi quando senti um perfume moribundo de rosas e lembrei-me então de que ele tinha morrido. Quis abraçá-lo, paizinho, que saudade, que saudade! ... (p.7).

O pai de Raíza é uma lembrança, constante mas vaga e indefinida, surge-lhe sempre em sonhos com um indefectível cheiro de hortelã e o rosto transfigurado em rosa. O personagem que ela supõe amar, André, também é fluido - não tem uma participação direta em sua vida, não sabe o que quer ser e depende de Patrícia para sobreviver. Ao achar que traiu sua confiança, se suicida.

Em *As meninas* (1998b), os homens surgem em raros momentos - memórias da infância, delírios amorosos, relações sexuais. Os homens que fizeram parte da vida de Ana Clara eram ou exploradores sexuais - dela e de sua mãe - como o Dr. Algodãozinho, ou amores regados a drogas e mergulhos no inconsciente.

Lia remete sempre à figura paterna, mas novamente o pai está ausente, é impreciso. Seu amante está na cadeia e ela age na clandestinidade para libertá-lo. Lorena também apresenta o mesmo tipo de figuras masculinas ao seu redor - o irmão morto, seu gêmeo distante; o amante da mãe, a quem despreza; o amado que não aparece.

A ausência do pai gera o conflito com a mãe e é mecanismo de propulsão dos principais desequilíbrios emocionais das personagens. Todas elas, no entanto, com exceção de Ana Clara, procuram equilíbrio na relação com a mãe no final do romance. Ana Clara tinha perdido a mãe e seu fim é idêntico, ela também morre envenenada,

não por um fornicida, mas por drogas. Ela também não havia encontrado a saída do labirinto de frustrações, medos e repressões que a cercavam.

O conflito de Lia se instaura na ruptura dos paradigmas que são estabelecidos pelo modelo ideal da mãe: a moça que se prepara para o lar, para o marido e para os filhos. Ela compreende o desejo dos pais, mas não pretende realizá-lo. Analisa o modelo à distância, como um sonho que não cabe na realidade em que ela se insere:

Preciso escrever comprido pra mãe. Outra carta pro pai, eles são opostos. Ao mesmo tempo, iguais. Quando não mando notícia, cada qual vai chorar no seu canto, um escondido do outro. Queria tanto ver a filha recebendo o diploma. Noivando. Noivado na sala e casamento na igreja, com vestido de abajur. Arroz na despedida. Os netos se multiplicando, embotados na mesma casa, casa enorme, tinha tanto quarto, não tinha? (Telles, 1998b, p. 29).

Presas inconscientes da figura paterna - que muitas vezes já não existe mais fisicamente, mas que insiste em se fazer presentes em cada sonho, pensamento, lembrança - as personagens parecem precisar de uma libertação para que possam agir por si mesmas, adquirindo ou assumindo uma identidade própria. Seu percurso, não seria exagerado afirmar, parece o percurso da própria mulher na sociedade, que presas aos valores de um sistema patriarcal, precisaram de uma crise para poder construir-se como identidades individuais.

Isso implica abrir espaço para entrar em crise pessoal e tempo para o encontro com sua própria sombra, que confronta ao mesmo tempo a sombra da cultura, tendo muitas vezes de resgatar do inferno a dignidade perdida [...] (Maluf e Mott, *Apud Shwarcz*, 1998, p. 370/371).

Observada, geralmente, como uma escritora que retrata a decadência da família burguesa, o que Lygia Fagundes Telles realmente parece retratar é a fragmentação dessa família frente ao avanço de novos valores que regem uma sociedade em transformação. Uma sociedade nova que vai surgindo após a Segunda Guerra Mundial, com o desenvolvimento da indústria, com novas formas de consumo e diferentes hábitos e necessidades. Nessa nova família, o pai já não pode representar o papel de chefe todopoderoso, como deseja o leitor de *Realidade*, Augusto César H. Barroso, de Brasília que, comentando uma reportagem de novembro de 1975, intitulada “Argumento final: o

homem nem dá à luz”, afirma:

O homem, ainda segundo a Bíblia, foi feito para chefiar, liderar e construir e a mulher feita para gerar filhos, amamentá-los, dedicar amor e carinho, cuidar do lar. Quanto à superioridade biológica, não existe diferença se colocados os dois nas mesmas condições experimentais. Convém salientar que o homem tem o cérebro maior do que o da mulher em cerca de 10 por cento (Realidade, Fev./1976).

O leitor se ampara em visões pseudo científicas, para reforçar que a superioridade masculina é, antes de tudo, biológica e, portanto, uma diferença estabelecida por Deus e não pelo homem. No entanto, em *Verão no aquário* temos uma outra configuração. Patrícia, a mãe de Raíza, é escritora e sustenta a família. É uma vida economicamente difícil mas, desde cedo, Patrícia parecia destoar do todo familiar. É o que se observa através do comentário de sua irmã, Graciana:

Patrícia é uma flor [...] Não se pode negar que teve certas ocasiões um comportamento meio esquisito. Quando se casou, por exemplo, já falei nisso, não? Nem sabíamos de nada quando veio anunciar que marcara o casamento para o próximo mês. Casamento com quem? Perguntou minha mãe no maior susto, sabíamos que ela se encontrava com Giancarlo mas como podíamos adivinhar que as coisas estavam nesse ponto? Papai quase teve um ataque. E mamãe começou a chorar, imagine, tudo assim tão inesperado, não usava uma filha anunciar o noivado desse jeito. Bem que papai quis consertar a situação pedindo a ela que esperasse um pouco até nos acostumarmos com a ideia, o moço é simpático, sem dúvida, Pat, mas é um estrangeiro. Você sabe perfeitamente que na nossa família as coisas são feitas num outro sistema, disse meu pai. Patrícia então examinou-o como examinou essa cortina e responderam que já era hora de mudar esse sistema (Telles, 1998a, p.33).

Os casamentos, no início do século vinte, apesar de não mais arranjados pelos pais, dependiam, muitas vezes, de sua aprovação, e era senso comum acreditar-se que, casamento que os pais não aprovavam estava fadado ao fracasso. Geralmente a aprovação dependia de critérios que envolviam dificuldades financeiras, diferenças de classe, problemas familiares, preconceitos sociais. O casamento de Patrícia foi feito à revelia da aprovação de seus pais, e resultou numa relação frustrada, num eterno remoer de culpas, de acusações e de repreensões. O marido de Patrícia não possuía

os critérios fundamentais para caracterizar o partido ideal. Era um estrangeiro, uma personalidade aparentemente frágil, sonhadora, vaga.

O estrangeiro. E ele não fora outra coisa em toda sua vida: um estrangeiro amedrontado, sem bagagem e sem ambição. Teria sido um bom farmacêutico? Provavelmente nem isso, era tão vago, tão sonhador, impossível imaginá-lo eficiente em meio dos boões e pozinbos brancos (Telles, 1998a, p. 33).

O romance retrata uma crise não só no casamento, mas na própria constituição dos papéis masculinos e femininos na vida familiar. Essa crise se verifica também na representação observada nos periódicos analisados. O que me leva a afirmar que, entre as reformas sociais das décadas de 1960 e 1970, algumas das mais importantes se dão no ambiente privado, mais especificamente, nas relações familiares. O casamento passa a ser intensamente discutido junto a questões, como fidelidade, aborto e divórcio.

O amor era considerado importante para a união conjugal, mas não o suficiente para garanti-la. Dificuldades financeiras, preconceitos sociais, eram algumas das barreiras reconhecidas e reforçadas contra as uniões fora dos padrões. (Bassanezi Apud Priore, p. 1997, p. 618).

A revista *Realidade* traz uma matéria de capa com a atriz Dina Sfat cuja chamada resume a personagem: “mãe, rebelde, mulher”. A reportagem, no entanto, não é apenas um perfil da atriz, mas um questionamento conjunto entre ela e seu marido, das razões que os levaram ao casamento. Ela casou com o ator Paulo José após seis anos de convivência, apenas para dar uma satisfação aos pais, diz o texto. Dina Sfat afirma, no entanto, que o casamento, que ela via como desnecessário antes, do ponto de vista ideológico, porque queria romper com o modelo familiar paterno, se mostrou importante após a convivência com o marido, tanto por razões sociais, quanto por motivos pessoais. Paulo José confirma essa ideia:

Eu tenho a impressão de que quando a gente se casa, uma porção de sentimentos, inclusive patriarcais se reaviva. O simples fato da gente assinar um papel e os pais de Dina me chamarem de genro, e os meus pais chamarem a Dina de nora, isso nos leva para um outro tipo de estrutura que, aliás, não é de todo mau. É um bastão passando, dentro de determinadas regras impostas por determinada cultura, à qual você se reintegra, aceitando valores que você havia rejeitado, negado, ignorado e que passam a lhe interessar (Realidade, Jun.11972).

Apesar de registrar a opinião de dois personagens públicos, de situação financeira aparentemente estável, o que a reportagem deixa entrever é que a visão sobre o casamento está passando por modificações. O período é de questionamentos. Não é apenas uma questão de se romper totalmente com os valores estabelecidos, mas de questioná-los para perceber até que ponto esses valores são importantes, até que ponto eles estão ultrapassados e precisam ser revistos.

A posição da mulher dentro do casamento continua, nesse período, sendo uma posição de submissão apesar de uma série de reformas no Código Civil. A revista *Cláudia* apresenta a reportagem “Os novos direitos da mulher casada” em que a repórter Lana Maria, após um histórico da situação da mulher casada em diversos momentos da história da humanidade, comenta a Lei 4.121 de agosto de 1962, que estabelece os novos direitos da mulher casada. Para esse comentário, a jornalista traz a opinião de juizes e juristas como o Prof. Washington de Barros Monteiro, que afirma:

É certo que ao marido deve caber a chefia da sociedade conjugal, a qual lhe é atribuída para que haja unidade na direção da família. Mas essa unidade não ficará comprometida com o nivelamento jurídico da mulher no mesmo plano da capacidade civil do homem, pois a autoridade judiciária está presente para dirimir os conflitos que acaso se manifestem na solução dos problemas domésticos (Cláudia, Jul./1963).

O juiz Ricardo León, também consultado pela revista, complementa: Só é dono o marido pelo amor, pela dignidade; só é escrava a mulher pela ternura. A nova lei melhora a condição da mulher casada juridicamente. Um de seus avanços é eliminar o Artigo 6º que equiparava as mulheres casadas aos menores de 21 anos e aos índios, pessoas consideradas incapazes de administrar seus bens:

Art.6º

São incapazes, relativamente a certos atos (art. 147 n. o 1), ou a certas maneiras de os exercer:

I - os maiores de dezesseis e menores de vinte e um anos (art. 154 e 156);

II - As mulheres casadas enquanto subsistir a sociedade conjugal;

III - Os pródigos;

IV - Os silvícolas. (Bevilacqua, 1956, p. 150).

O Artigo 233, que, até 1962, via o marido como o chefe da família, passa a perceber a mulher como uma colaboradora do marido, no interesse comum do casal e dos filhos, nunca como um indivíduo também capaz de chefiar a família, ou de dividir a chefia. Essa função continua sendo do marido. O Artigo 380, da lei, reproduzido integralmente pela revista, é bem explícito no que se refere ao poder do pai:

Art. 380 - Durante o casamento, compete o pátrio poder aos pais, exercendo-o o marido com a colaboração da mulher. Na falta ou impedimento de um dos genitores, passará o outro a exercê-lo com exclusividade.

§ Único - Divergindo os genitores quanto ao exercício do pátrio poder, prevalecerá a decisão do pai, ressalvado à mãe o direito de recorrer ao juiz, para solução da divergência (Cláudia Jul./1963).

A função de “colaboradora” da mulher é enfatizada e funciona como uma forma de mantê-la num estatuto secundário em relação ao marido. Inclusive porque o peso das decisões, em qualquer divergência quanto ao pátrio poder, permanece sendo do marido. A mulher só terá direito à discordância se assim for autorizada por um juiz.

Na verdade, a lei é um reflexo da visão dos indivíduos que compõem a sociedade. Algumas esferas da sociedade, principalmente as mais jovens, repensavam os seus valores, como o casal Paulo José e Dina Sfat. Outras esferas sociais, ao contrário, procuravam manter os valores mais tradicionais. Nesse sentido as cartas dos leitores e suas devidas respostas servem de documentação. Na mesma *Cláudia* citada, a leitora cujo pseudônimo é “Amarga cruz” desabafa:

[...] uma palavra que me oriente nesta situação tão velha quanto o mundo, mas dolorosa para mim: meu marido me engana e não tem a menor delicadeza em disfarçar. A outra, como ele mesmo diz, “é um bijuzinho, pena que fale errado, mas o acha bacanudo [...]” Tem ainda este fator negativo: é um gabola, presa fácil de qualquer inescrupulosa. De algum tempo para cá, ele vem me humilhando - mesmo na presença de nossos filhos - e, na intimidade, evita-me, dizendo-me que sou velha, feia, que está enjoado da minha cara etc. Sua educação e instrução são inferiores à minha, mas mesmo assim eu o quero. Depois das minhas zanga, encerro o assunto, e só Deus sabe como sofro, faço por viver como se nada houvesse acontecido. Meu diagnóstico é que ele não se conforma de termos entrado em idade madura. Que atitude devo tomar? (Cláudia, Jul./1963).

O problema da leitora é a infidelidade do marido, que ela custa a aceitar mas prefere isso a perdê-lo, apesar de ser mais instruída e educada que ele. Aceita suas humilhações e, na verdade, deseja da revista não só um apoio como uma receita para trazer de volta o marido. A revista, pronta a dizer exatamente o que a leitora quer receber, apoia integralmente sua atitude submissa, sugerindo-lhe paciência e constância. A ideia que o texto deixa transparecer é que o marido está sendo usado por uma mulher inescrupulosa dada a sua imaturidade e a sua faixa etária. Ele estaria passando, então, por uma crise. Cabe à boa esposa saber aceitar a fase e esperar que a sua constância e o tempo tragam o marido de volta. Apesar de extensa, ler a resposta é imprescindível:

A atitude elevada de sua própria educação. A atitude lúcida que no momento ele não pode ter - de quem se sabe em idade madura. Portanto, uma atitude de maturidade mental. Não procurá-lo com subserviência, nem evitá-lo como uma adolescente arrufada: manter as relações com naturalidade. E, principalmente, não dar muita atenção às suas gabolices. Você já deverá ter percebido que nessa idade, para ele conta mais o que ele conta, do que propriamente o que ele vive. Suporte-o pelos seus filhos. Procure apenas controlá-lo, exercendo uma discreta mas firme defesa de seus direitos, enquanto dura essa fase lamentável na vida de todos os homens e que um dia- da noite para o dia, - assim como a noite, de repente passará (Cláudia Jul./ 1963).

Saber aceitar as fases e as grosserias do marido, aceitá-lo e suportar a situação por conta dos filhos são os grandes lemas da boa esposa e boa mãe que, incapaz de viver sem o marido tem, no entanto, poder suficiente para controlá-lo. Esse falso poder feminino também é questionado nesse período em que a mulher deseja, acima de tudo, ser diferente, ousar, mudar seu comportamento, ter mais liberdade. Essa tentativa de mudança é vista pela sociedade como uma guerra. A guerra dos sexos se desenvolve através de uma série de estratégias e táticas que constituem a configuração do período em questão. Nessa guerra pesam, de forma preponderante, o desejo de liberdade da mulher e a sua rebeldia.

5. Liberdade e rebeldia

*Aviso que vou virando um avião. Cigana do horário nobre do adultério.
Separatista protestante. Melindrosa basca com fissura da
verdade. [...] Não olho pra trás e
sai da frente que essa é uma rasante: garras
afiadas, e pernalta.*

Ana Cristina César (1993)

A guerra entre os sexos é um fato constante na imprensa durante a década de 1970, comentada em reportagens, crônicas, artigos e caricaturas. Na seção “Supermercado: pão de humor”, da revista *Veja*, Millôr Fernandes afirma: *Todo homem precisa muito de uma mulher porque tem sempre uma coisa ou outra da qual realmente não se pode culpar o Governo (Veja, 22 Nov./1969).*

A revista *Realidade*, de maio de 1971, traz na capa uma mulher de arma em punho pronta para a guerra. A chamada de capa apresenta “Oriana Fallaci prevê a guerra das mulheres. O inimigo é o homem”. O título da reportagem interna, “A guerra do sexo: diretamente do front”, chama atenção para o grande causador da guerra: o movimento feminista. A reportagem de Oriana Fallaci apresenta um histórico do movimento feminista, com ênfase nos Estados Unidos, uma entrevista com Kate Millet e o ponto de vista da repórter, que reconhece a importância do movimento mas se coloca contra o seu radicalismo: *E, se bem que seja odioso externar sua opinião, tenho que me permitir não estar de acordo com a ideia de fazer essa guerra. Isso porque com os homens me sinto muitíssimo bem, sempre (Realidade, Mai./1971).*

De qualquer forma, acrescenta a repórter, não há como negar essa guerra, nem os mecanismos sociais que levaram a ela.



Figura 1 – Capa da revista Realidade (Maio, 1971)

De um lado, o homem com poder; do outro, a mulher sem poder - um sistema que oprime e limita a ambos. Portanto o conflito já existe, há milênios, e o risco de estourar uma guerra não deve fazer ninguém se espantar demais (Realidade, Mai./1971).

O que Oriana Fallaci demonstra, no entanto, é que na guerra os excessos acontecem. É sobre esses excessos que ela vai se debruçar e contra os quais vai argumentar. Excessos como os partidos feministas *WITCH*, palavra que significa “feiticeira” em inglês, mas que, então, era usada como uma sigla de *Women Intemational Terrorist Conspiracy from Hell*⁵ e pregava o extermínio dos homens, ou o *Radical Women*

5 Uma tradução livre sugere: Conspiração Internacional de Mulheres Terroristas Infernais.

(Mulheres Radicais) que enfatizava os problemas sexuais, baseado na ideia de que nenhuma mulher é frígida, os homens é que não sabem fazer amor.

A repórter coloca Kate Millet e seu livro *Sexual Politics*, recém lançado nos Estados Unidos, como uma das grandes responsáveis por esse posicionamento radical. Ela busca as razões da teoria da feminista americana na sua biografia, descrevendo-a como uma mulher que sorri com a indulgência e ironia de quem está plenamente convencida de ter descoberto a verdade num mundo de cegos, surdos e idiotas (Realidade, Maio/1971). A entrevista de Oriana Fallaci a Kate Millet se estabelece em termos de debate: a feminista radical versus a repórter equilibrada.

A repórter busca argumentos que contestem a visão da feminista, embora nem sempre consiga encontrá-los. Ao fim da entrevista, no entanto, encerra o posicionamento de ambas. Kate Millet defende a ideia da liberação da sexualidade, através do respeito e do reconhecimento, inclusive, da homossexualidade, visto que já não há mais necessidade de procriar, já há um excesso de gente no planeta. A essa altura, a repórter, literalmente, toma a sua palavra: *E é aqui que a casa cai, miss Millet. Daqui para a frente não a acompanho mais, porque você está pregando uma coisa mais catastrófica do que a bomba atômica (Realidade, Maio/1971)*

Em 1964, na revista *Cláudia*, Carmem da Silva, que passara a integrar a revista nesse ano, já abordava esse conflito. O artigo intitulado *A favor ... e não contra os homens* faz uma evidente alusão ao movimento feminista, até por trazer como foto de abertura, uma mulher empunhando uma bandeira. A autora inicia seu texto insinuando o burburinho causado por seus artigos de conteúdo polêmico. Cita a enorme quantidade de cartas recebidas, contra ou a favor de suas ideias reformistas e conclui:

Tirando a média das cartas recebidas, chegamos à conclusão de que, para a maioria, o problema fundamental consiste em encontrar o ponto justo em que a mulher se insere na sociedade como pessoa, como ente social, como ser independente. O modo de se realizar como criatura humana. O caminho para a afirmação individual. Tudo isso sem provocar conflitos no lar, sem sacrificar a felicidade doméstica, sem prejudicar a condição de esposa, mãe, companheira do homem, educadora dos filhos (Cláudia, Mar./1964).

No mesmo artigo, Carmem da Silva afirma que não há mais como voltar atrás nas conquistas femininas, é preciso continuar lutando para modificar as posições que a

mulher ocupa na sociedade. Ela afirma que o homem da época já reconhece a mulher como cidadã, até por conta da lei, e se posiciona contra a guerra dos sexos: *Quando exorto as mulheres a ocuparem na sociedade um papel ativo, realizador, tenho plena consciência de que no mundo há lugar para que os dois sexos atuem lado a lado sem se estorvarem mutuamente* (Cláudia, Mar./1964).

Para que as mudanças sociais se concretizem, a autora afirma que antes seria necessário que a própria mulher rompesse com os velhos tabus e preconceitos que carregava dentro de si mesma. Só dessa forma seria possível ocupar seus novos papéis sociais sem culpa, sem medos, com independência, mas sem prescindir da colaboração masculina.

Assim, o que temos de mais imaturo - o que persiste em nós de “filhinhas da mamãe”, através da idade adulta - repete as antigas fórmulas: “moça que lê muito não casa; moça que vive na rua não arranja marido. A mulher foi feita para o lar”. É a presença inconsciente dos velhos tabus, do velho esquema de castigos e recompensas, que leva as mulheres de hoje à crença de que “moça que vive na rua” (simbolicamente: mulher que tem participação ativa no mundo) não pode ser feliz (Cláudia, Mar./1964).

A cronista aponta uma contradição que está no cerne da questão do conflito entre os sexos. A própria mulher reproduz os preconceitos que restringem a sua participação mais ativa no mundo e é contra esses preconceitos que ela tem de lutar, primeiro expurgando-os de si mesma, depois da sociedade. Carmen da Silva se coloca contra a atitude da maioria das revistas direcionadas ao público feminino, que vê a mulher como um ser cuja inferioridade social esconde uma superioridade capaz de se manifestar de forma tão sub-reptícia que os homens são incapazes de perceber.

No artigo *Você vive no tempo presente* Carmem da Silva combate essa visão e afirma que os conselhos de mães, amigas, homens, consultores de revistas, ostentam, muitas vezes, valores antiquados:

Se é solteira, ensinam-lhe a maneira de “arranjar” marido: “Os homens não resistem à lisonja sutil; mostre-se deslumbrada pela inteligência dele, pela sua força e virilidade (nem sequer acrescenta: “quando tais qualidades

existirem “ [...] ; estimule-o a falar de si mesmo; escute com atenção e não perca uma oportunidade de fazê-lo brilhar”. Se é casada, os conselhos se destinam a preservar o bem-estar do marido, seu amor e seu interesse ou, eventualmente, garantir a continuidade de sua presença física no lar mesmo sem amor e sem interesse. “Seu marido” chega em casa de mau humor? Não o incomode, forme em redor dele um clima sedante, agradável, e deixe-o em paz; Seu marido quer sair, divertir-se? Não lhe diga que está cansada ou que lhe dói a cabeça; ponha o seu vestido mais lindo, maquile-se, perfume-se e saia com ele. Seu marido se opõe a algum desejo seu? Não discuta abertamente; trate de convencê-lo com sutileza, fazendo-lhe crer que a ideia partiu dele. Seu marido anda enfarruscado, silencioso, esquisito? Não lhe faça perguntas, trate de embelezar-se, recorra a todos os elementos de sedução feminina e espere os resultados. Há outra? Não diga nada: o remédio é doçura, paciência, lindas roupas; e, principalmente, nada de cenas... (Cláudia, Fev./1964).

Para a autora, todas essas demonstrações da docilidade e da submissão femininas, levam as mulheres a uma posição de bonecas destituídas de reações e sentimentos próprios (Cláudia, Fev./1964), um tratamento comum nas revistas. Os homens, em última instância, afirma ela, surgem aí como bobos passíveis de manipulação através de rodeios e sinuosidades destinados a convencê-los de que ele não pensa o que pensa e não quer o que quer, mas sim o que nós pensamos e queremos (Cláudia, Fev./1964). O discurso da cronista é inflamado. Ela pretende denunciar a contradição do discurso moderno que encobre uma atitude antiquada, discurso que ela acredita estar presente na maioria das revistas dedicadas à mulher.

A revista *Nova*, por exemplo, que surge na década de 1970 visando a uma mulher liberada, casada ou não, mas com uma grande preocupação quanto a sexo, apresenta um perfil moderno e inovador.

A reportagem “O que fazer num dia de chuva” apresenta a foto de uma bela mulher, bem vestida, ao lado de um homem. Ambos se encontram num momento de descontração. Ele, sentado na poltrona, lê o jornal. Ela, a seus pés, também segura um jornal, mas não o lê. O jornal pende de sua mão e sua atitude é muito mais contemplativa. Ao longo da reportagem, várias fotos trazem o casal dividindo atividades

de entretenimento num dia de chuva: dormir, pintar, cozinhar, fazer compras.

O novo é, justamente, a participação masculina nessas atividades mais domésticas; isso pode sugerir que os trabalhos domésticos podem ser partilhados mas, apesar do texto ser dirigido às mulheres, todas as ações estão em função do homem, o que mantém a visão da mulher como um objeto de prazer masculino. Para concluir: Eis a nova mulher, antiga por dentro, nova por fora, e com mais algumas algemas douradas: o sexo e o consumo (Buitoni, 1981, p.115). Mas é inegável que, devagar, as mudanças começam a se dar.

A questão do divórcio é outro tema constante nas revistas analisadas e se relacionava à liberação feminina. No Brasil, a separação sem dissolução de vínculo, ou desquite, já existia desde 1942, previsto no artigo 315 do Código Civil. E, no mesmo ano de 1942, a Lei nº 4.529, de 30 de julho, regulamentara a anulação do casamento. Somente em 23 de junho de 1977, no entanto, o divórcio viria a ser instituído no Brasil, em um parlamento agitado, na presença de 329 deputados e 56 senadores. Foi uma decisão polêmica. Uma das histórias citadas na imprensa diz respeito a um deputado que de tão nervoso com a votação teve de acompanhar os trabalhos da plenária de dentro do banheiro. A aprovação seria regulamentada pela lei nº 6.515, de dezembro do mesmo ano, que permitia aos divorciados a contrair um novo matrimônio. O debate em tomo do assunto, noticiado pela revista *Manchete* de 9 de julho de 1977, durara 26 anos.

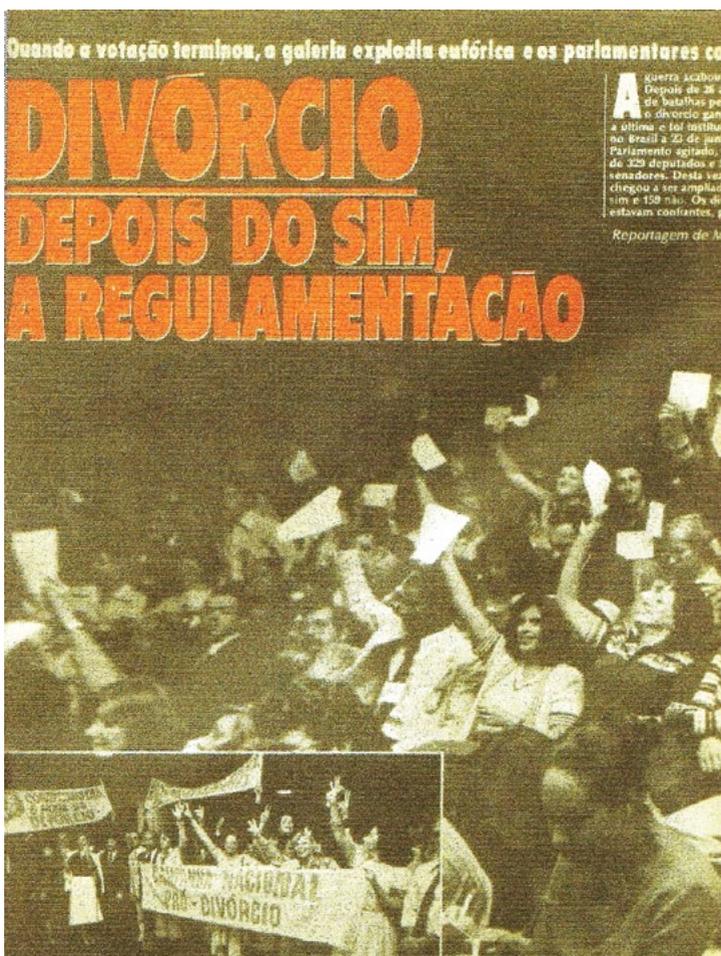


Figura 9 – Folha inicial da reportagem “Divórcio – depois do sim, a regulamentação”.
Fonte: Manchete, Jul./1977.

A Cláudia traz um artigo intitulado “Divórcio” de Carmen da Silva, em que ela afirma retomar o assunto, já diversas vezes comentado, para:

[...] examinar as objeções levantadas contra ele, aplacar as vacilações dos timoratos e proceder a um balanço das vantagens e desvantagens desse suposto bicho-de-sete-cabeças, que praticamente campeia em todo o mundo civilizado, sem que se possa, em estrita justiça, atribuir-lhe a

responsabilidade de qualquer das inúmeras desgraças que afetam a nossa civilização (Cláudia Jun./1975).

O divórcio só veio a ser legalizado no Brasil depois de já existir de fato na sociedade. Ou seja, ilegalmente, as pessoas se descasavam e recasavam. As dificuldades legais para a concretização das novas uniões puniam, no entanto, principalmente a mulher, geralmente as responsáveis pelos filhos dos primeiros casamentos. Elas precisavam contar com a boa vontade dos ex-maridos para o pagamento das pensões. Eles nem sempre estavam dispostos a realizar esse pagamento, principalmente quando outro homem ocupava o lugar de marido que antes lhes pertencia.

A revista *Realidade* demonstra essa situação com a reportagem “Três histórias de desquite”. Mostra o drama de três mulheres que representam a grande parcela de mulheres que se separavam de seus maridos no Brasil. Elisa Monteiro, a primeira mulher desquitada a contar sua história, tem 34 anos e não teve filhos do casamento. O marido a abandonou por outra. Para sobreviver, ela depende dos pais, com quem mora. Depende economicamente deles porque seu salário de funcionária pública não lhe permitiria morar sozinha e tem sua vida monitorada não só pelos pais, mas por vizinhos e familiares. Elisa deixa que a revista publique partes de seu diário, de forma a servir de exemplo para outras mulheres.

Este é meu diário. Nele eu sempre escrevi, para mim mesma, aquilo que nunca tive coragem de dizer a ninguém. Espero que a publicação de algumas coisas seja útil. Mesmo que não me ajude, que ajude outras pessoas, no futuro (Realidade, Jan./1967).

Elisa se sente infeliz. Os homens que conhece, e que ela vai descrevendo ao longo dos dias, em geral se aproximam de forma cortês mas ao longo do relacionamento só desejam usufruir de sua companhia sexualmente, enquanto o que ela deseja é um outro parceiro. Ela se acostuma a ouvir frases como: [...] você pensa que é moça donzela e eu vou me casar com você? Ou: Sei muito bem do que você precisa. Mas você não quer aceitar esse remédio. Elisa se decepciona com todos os homens que conhece. A maioria a destrata, até o próprio médico que ela procura para consultar -se a respeito de dores e tonturas que vem sentindo. O médico afirma, após passar inúmeros remédios, entre eles, calmantes:

Dona Elisa, a senhora, na verdade, não tem nada. Mas já jaz muito tempo que está separada do marido. Isto pode ter conseqüências físicas também. A senhora me entendeu? Largue brasa, dona Elisa! (Realidade, Jan./1967).

Elisa se desespera. Não existe mais, para a ela, a possibilidade de realizar o seu desejo: casar, ser respeitada e feliz. Sua história termina com um apelo: Meu Deus, até quando eu terei de viver sozinha?

A segunda história fala de Dona Dagmar Martins, de 42 anos, mãe de uma adolescente de 19 anos. Mora com a filha e com a mãe a quem sustenta. O marido não ajuda em nada e ela vive só para a filha, como afirma a reportagem. No entanto, o que sua história aborda é justamente o reflexo do preconceito social contra a desquitada atingindo também os seus filhos. Um dos namorados da filha de Dona Dagmar, insultou-a dizendo: - Ah, sua mãe é desquitada, e filha de peixe, peixinho é. O ser desquitada transforma-se, de estado legal em representação do caráter não só da mulher, como de sua filha. Todo o pecado, toda a culpa pelo desquite reside na mulher, mesmo que ela tenha sido abandonada:

Dona Dagmar, na época do desquite, morava num bairro do Rio de Janeiro. Tinha muitos amigos e todos concordavam que o comportamento de seu marido não era dos melhores. Até achavam que ela devia largá-lo. Mas quando isso aconteceu, todo mundo mudou de opinião:

- Eu passei a ser olhada pelas mulheres como um espécime diferente. Acho que elas me consideram uma inimiga, que a qualquer momento pode tomar os maridos horríveis que elas têm (Realidade, Jan./1967).

Dona Dagmar sentiu-se tão incomodada que mudou-se da casa para um apartamento em outro bairro. Mesmo apaixonada por outro homem, Dona Dagmar preferiu não se unir a ele, queria preservar a filha. Não queria que outro namorado repetisse para ela a frase que ouvira. Dona Dagmar afirma que só se casaria novamente se fosse possível fazer isso legalmente, o que ainda demoraria dez anos para ser aceito no Brasil.

A terceira e última história, mostra um perfil diferente. Emília Lopes Rodrigues, de São Paulo, desquitou-se com um filho e uma filha. Casou-se novamente, no exterior, e conseguiu ser feliz assim. O segundo marido assumiu os filhos de seu primeiro casamento. O tempo em que passou desquitada foi difícil para ela. Teve de ir para Santos morar com os pais e os dois filhos. Não conseguia um emprego:

- Olha: nunca ninguém me disse nada, mas nós sabíamos o que acontecia. Eu fazia os testes, ia bem. Os chefes já começavam até a me explicar o que era o serviço. Mas, quando liam minha ficha, esfriavam. E perguntavam: a senhora é casada e está procurando emprego para ajudar em casa? Eu respondia que era separada do marido, em processo de desquite, e que trabalhava não para ajudar em casa, mas para manter a casa, os filhos. Mas sempre outra candidata ganhava o emprego. Isso aconteceu em três firmas. A quarta é onde trabalho hoje. Tenho sete anos de serviço e já sou diretora de vendas (Realidade, Jan./1967).

Dona Emília também enfrentou preconceitos. Mas diz que o importante é ser aceita por aqueles a quem ama. Seu casamento não regularizado, como afirma, foi aceito pela família dela, do marido, pelos diretores do clube que frequentam. Ela afirma que o importante é o bom humor para encarar as situações. Dona Emília conseguiu superar os preconceitos porque teve apoio da família e encontrou um homem que não considerava o desquite uma questão de caráter.

Essas três histórias mostram como a separação pesava na vida da mulher. Com ou sem filhos, ela tinha de se submeter a um confinamento para ser respeitada, dependia da ajuda financeira de familiares para sobreviver, e ainda era mal vista pela maioria das pessoas, tendo dificuldade até de encontrar um emprego. As próprias mulheres, no entanto, foram as responsáveis pelas transformações sociais. Ao relatar suas experiências, ao assumir posicionamentos ousados em suas vidas, elas caminharam em sintonia com as modificações preconizadas pela juventude em todo o mundo. Caminharam de forma a redefinir a sua representação social.

Raíza, a protagonista de *Verão no aquário* (1998a), não é uma mocinha comum. Seu comportamento contraria todas as regras morais da época. Entrega-se aos prazeres do sexo e do álcool, além de experimentar drogas. Sua prima Marfa também age da mesma

forma. Mas, ao mesmo tempo em que se entregam aos delírios, elas apresentam uma extrema lucidez, ao racionalizar essas experiências. Caso, por exemplo, da experiência com as drogas. Raíza descreve tanto o extremo prazer causado por um alucinógeno, quanto a náusea posterior. A experiência é necessária, seu discurso parece transparecer, mas é preciso ter também a certeza de manter o controle sobre a própria vontade.

Que sonbo, Marfa! E que fabuloso mundo de cores com um verde tão brilhante! Mas persistia no fundo desse brilho qualquer coisa de terrível, eu me procurava e mesmo me sentindo em segurança, continuava me procurando. Até que as cores se apagaram e baixou uma espécie de sombra. [...] Olhei em redor. O quarto também era opaco como se o sol tivesse desaparecido e uma luz morta baixasse sobre nós. Senti-me mais fria do que um cadáver.

E quis dormir outra vez, disse Marfa num tom sombrio. Eu não gostaria de te ver metida nisso, compreende? Esse Rodolfo é o maior viciado do mundo.

Sentei-me na borda da banheira.

Não precisa se preocupar, continuarei fora. O prazer é curto demais para compensar o que vem depois. E o que vem depois é só náusea. Não, meu bem, palavra que não tenho nenhuma vontade de voltar ao tal paraíso ... Não me vicio em nada, nem sequer no fumo. Se me saltar um cigarro, posso pensar no caso um dois dias mas depois viro para o outro lado e esqueço.

Ela sorriu maligna.

Até para o vício é preciso uma certa fibra, compreende? Até para se viciar é preciso ter coragem (Telles, 1998a, p. 59/60).

O diálogo não marca só a experiência das duas primas com as drogas, mas o fato desse uso estar ligado a um processo de construção, de definição de sua própria identidade. A escolha do que se quer se faz através do mergulho na experiência, não mais através da obediência ao modelo imposto. Talvez, essa seja uma forma mais dolorosa de aprender. No entanto, é a soma dos acertos e erros nesse mergulho que constrói a sua identidade.

As experiências com as drogas foram largamente propagadas por adeptos da contracultura. Elas funcionavam como válvula de escape da realidade em uma busca mais profunda pelos aspectos místicos da vida, ou pelo inconsciente. “Fazer a cabeça” do outro significava convencer o outro a entrar nesse mesmo mundo. A atitude era típica do usuário, no Brasil, principalmente, da maconha. Uma reportagem de *Realidade* sobre o uso de drogas entre jovens estudantes, demonstra essa atitude. Ela comenta o comportamento de um estudante da, então, quarta série ginásial:

Durante os recreios, Tinoco forma suas rodinhas de prosa com gente do clássico, científico e ginásio. Tomando ares de nebulosos mistérios, apregoa as virtudes do fumo e afirma que só quem já botou pra quebrar pode saber o que é se desligar de problemas e se ligar em imagens bonitas, em calmarias indescritíveis, em doídices e risos. Se surgem artigos de jornais ou revistas noticiando a prisão de traficantes e os perigos dos tóxicos, Tinoco - com o desdém de que sopra um cisco do ombro - encerra a questão (Realidade, Jun./1970).

Embora a reportagem demonstre uma clara intenção pedagógica, no sentido de alertar para o perigo da influência de um jovem sobre os demais de um grupo, a atitude de propagação do hábito era uma realidade, como afirma o cineasta Luis Carlos Lacerda, mais conhecido como Bigode, em depoimento a Zuenir Ventura. Usuário de drogas, na época ele também “militava” na sua propagação em seu círculo de amizades:

“Eu tinha essa coisa de militante, achava que tinha que aplicar às pessoas”, confessa Bigode. “Quem apresentou maconha para o Nelson fui eu. Eu achava que era um ato ideológico, que a revolução ia se dar por aí” (Ventura, 1988, p. 40).

A atitude de consumo e propagação de drogas era, portanto, muitas vezes vista, entre seus usuários, como uma forma de protesto contra a sociedade, contra a ideologia dominante, contra o *status quo*. As drogas, assim como todas as outras atitudes desviantes, não eram mal vistas apenas do ponto de vista social, mas também do ponto de vista político. As esquerdas, principalmente as mais tradicionais, como o Partido Comunista Brasileiro, também não aceitavam esse comportamento, chegavam

a entender a disseminação das drogas como uma conspiração da CIA⁶ contra a sociedade brasileira.



Figura 10 – Capa da revista Realidade, Jun./1970.

A questão da disseminação das drogas entre a juventude da época também é representada por Lygia Fagundes Telles através de Ana Clara, em *As meninas* (1998b).

6 Agência Central de Inteligência

No romance, a autora apresenta uma das facetas mais perigosas do consumo de drogas: a fuga da realidade. Refugiada em seu quarto, Ana Clara experimenta realizar todos os seus sonhos através das drogas. Derrama-se em felicidades passageiras com o seu namorado, finge uma alegria que não tem através de alucinações coloridas - Olha, amor, bebo e viro o arco-íris azul, amarelo, ai! não me pega senão derramo (p. 43). Ou deixa-se levar pela ilusão da mudança: “Bastante leite está certo bastante leite e aquele remédio e bato no peito nunca mais nunca mais. Amanhã a gente vê isso” (Telles, 1998b, p. 43). No entanto, sua mudança é sempre adiada. Ela sonha em deixar de se drogar e levar uma vida estável, mas sabe que não consegue concretizar seu desejo, deixa para depois, para nunca.

A atitude de Ana Clara gera o desprezo da militante de esquerda Lia e a pena de Lorena. O uso de drogas, para a personagem, não é uma questão ideológica, mas uma intensa insatisfação consigo mesma e uma fuga dos problemas que a realidade lhe impõe. São as drogas que acabam por levá-la à morte.

A fuga através das drogas é apenas uma das formas de mudança no comportamento da juventude na época. Outros desvios, no entanto, se dão de forma mais abrangente, e se revelam como um grande instrumento de modificação social. A abertura sexual é um desses instrumentos. Experimentar a própria sexualidade era uma ato de rebeldia pois representava, entre outras coisas, a libertação face aos padrões herdados de seus pais. A liberdade representa, com certeza, um bem de valor alto para uma juventude que convive num regime ditatorial. A busca pela liberdade vai se expressar em vários aspectos, na cor e nas formas das roupas e também nas atitudes, no comportamento rebelde e revolucionário de uma boa parte dessa juventude que deseja viver tudo, experimentar tudo e, a partir da sua experiência, modificar o mundo.

É nesse contexto que, durante as décadas de 1960 e 1970, a sexualidade ganha uma ênfase crescente nas páginas das revistas. A descoberta e a experimentação da própria sexualidade também representam essa busca por liberdade. Diante disso, surgem diversas reportagens e pesquisas que questionam: até que ponto os jovens estão preparados para lidar com a sua própria sexualidade?

6. Amor e sexualidade

Quem diante do Amor ousa falar do Inferno?

Quem diante do Inferno ousa falar do Amor?

Ninguém me ama

Ninguém me quer

ninguém me chama de Baudelaire ..

Isabel Câmara (1995)

Uma pesquisa feita pelo IBOPE⁷ em 1966 havia constatado que 47% das mulheres (de faixa etária e nível social variados) consideravam que a mulher brasileira tinha tanta liberdade sexual quanto deveria ter, enquanto 35% achava que havia liberdade sexual demais para as mulheres. Quanto às relações sexuais pré-nupciais, 54% das mulheres eram a favor e 45% contra.

Em agosto de 1967, a revista *Realidade* traz os resultados de uma grande pesquisa realizada com jovens do Rio de Janeiro e de São Paulo cujo tema era a sexualidade: Nossa juventude diante do sexo. Foram entrevistados mil jovens entre 18 e 21 anos, no Rio de Janeiro e em São Paulo divididos, igualmente, entre rapazes e moças. Segundo a pesquisa, 6% das moças paulistas e 18,4% das cariocas eram favoráveis às relações sexuais antes do casamento. Entre as entrevistadas, 8% das paulistas e 12,8% das cariocas declaravam ter tido relações sexuais com os namorados. Os dados demonstram uma certa mudança em relação à ideia da manutenção da virgindade até o casamento.

O mesmo tema vai ser, novamente, alvo de pesquisa da revista *Realidade* em 1969. Nessa revista são citadas, além das pesquisas anteriores, opiniões de entrevistados de várias áreas profissionais. A professora de Educação Sexual e Biologia, Marisa Coutinho, por exemplo, coloca que na Zona Sul do Rio de Janeiro os jovens estavam tendo relações sexuais antes do casamento com muito mais frequência que dez anos antes.

Ela baseia suas afirmações na sua própria experiência de sala de aula e faz uma ressalva: esses jovens, no entanto, não têm nenhuma informação sobre o sexo nem

7 Instituto Brasileiro de Opinião e Pesquisa

sobre o próprio aparelho reprodutor.

Enquanto nossas moças conquistam a duras penas o acesso às relações pré-nupciais - acha Marisa -, seus namorados continuam a querer casar com mulher virgem, pois da parte deles nada mudou (Realidade, Out./1969).



Figura 11 – Ilustração da reportagem “O sonho da juventude: casa, carro e virgindade”. Fonte: Revista Realidade, Jun./1973.

A opinião de Dona Zsu Zsu Vieira, consultora sentimental do jornal carioca

Última hora, é parecida. Ela afirma que boa parte de seus correspondentes masculinos não casaria com uma moça que se entregasse a ele antes do casamento. Enquanto isso, as moças sofrem terrivelmente após a entrega. Muitas vezes são abandonadas pelo namorado, passando a achar-se ordinárias e inferiores, incapazes de se entregar a um outro relacionamento sem culpas. A reportagem aponta a educação sexual como uma saída para o problema, e demonstra isso através de um exemplo fornecido por Dona Zsu Zsu Viveira, que comenta a carta de uma jovem de 17 anos casada há dez dias:

“Não admito fazer isso que meu marido pretende fazer. Minha mãe nunca me falou sobre isso. Se eu soubesse que o casamento era isso, não teria casado.” Para a jovem de Brasília, que nunca tinha ouvido falar em sexo, “isso” era o ato sexual puro e simples (Realidade, Out./1969).

Mas a educação sexual enfrenta resistência na sociedade brasileira. O escritor Nelson Rodrigues é citado como exemplo, através de referência a uma crônica de jornal em que afirmara: *Sou contra. Absolutamente contra. A educação sexual deveria ser dada por um veterinário a bezerras, cabritas, bodes, preás, vira-latas e gatos raios. No ser humano sexo é amor (Realidade, Out./1969).*

O general Albuquerque de Lima, então Ministro do Interior, é citado através de discurso feito, ironicamente, na Faculdade de Higiene e Saúde Pública de São Paulo, em que afirmou que padres e freiras do Rio de Janeiro despertam o sentimento sexual nas moças através da educação sexual e isso só traz problemas, gerando indagações e desagregando as famílias. O general, certamente, percebe a ignorância como o melhor meio de dominação não só da sociedade, mas da própria sexualidade.

O assunto se repetirá nas páginas de *Realidade*, em outubro de 1974, sob o título “Sexo: O que os jovens querem saber”. Os resultados de ambas as pesquisas demonstram uma mudança no comportamento do jovem brasileiro diante da sexualidade, uma maior abertura e experimentação desprovidas, porém, de maior conhecimento. A maioria desconhece as principais doenças sexualmente transmissíveis, os mecanismos físicos e biológicos responsáveis pela sexualidade humana, as possíveis consequências de uma atividade sexual permanente. A pesquisa aponta a falta de educação sexual na família e na escola como uma das causas dessa ignorância do jovem diante do sexo. As reportagens têm, portanto, um caráter didático e esclarecedor.

A precocidade no início da vida sexual é um dos temas mais frequentes nas fontes pesquisadas. Assim como o apelo à sexualidade em praticamente todas as áreas: propagandas de lençóis, de pneus, de carros, de copiadoras, começam a apresentar cada vez mais elementos erotizados. A revista *Realidade* publica uma reportagem intitulada “A escalada sexual” em cujo texto inicial expõe:

Um anúncio de suco de tomate pode ser erótico:

Aparentemente, não. Mas a publicidade descobriu que um apelo diferente baseado no sexo, ajuda a vender tanto suco de tomate como lençóis, máquinas de lavar ou cigarros, cuja promoção se faz na mesma linha. É que a propaganda tem de acompanhar a onda: no cinema, na televisão, no teatro, na literatura, o sexo cada vez mais domina soberano (Realidade, Out./1969).

A reportagem afirma que a mudança vem sendo discutida e pesquisada no mundo todo e que os sociólogos identificaram três causas para a mudança: uma causa de ordem moral (o enfraquecimento das normas religiosas); uma causa de ordem científica (a descoberta de produtos anticoncepcionais) e outra de ordem econômica (as novas relações impostas pela sociedade industrial).

Há outros estudiosos, informa a reportagem, que consideram tal revolução um mito, ela atingiria muito mais a linguagem que os fatos. É o que parece corroborar uma outra pesquisa feita por *Realidade* em 1973. O objetivo desta pesquisa seria elaborar o perfil do jovem brasileiro através de entrevistas a jovens do Rio de Janeiro e de São Paulo.

O resultado foi exposto na reportagem de capa “Nossos jovens são quadrados”. A revista escolheu alguns jovens que servissem de estereótipo a esse perfil, publicando suas opiniões acerca de política, futuro, educação, sexualidade e chegou à conclusão de que a rebeldia deles é apenas de linguagem e só chega aos cabelos compridos e a roupas berrantes (*Realidade*, Jan./1973).

O jovem Vicente Finageir, 15 anos, filho de um professor universitário, porta-se como um rebelde: usa calça Lee puída e desbotada, camisa vermelha berrante, tênis branco sujo, sem meias mas emite opiniões do tipo:

- *Ao casar, o homem deve ter mais experiência que a mulher. Ele é que deve ensinar-lhe coisas de sexo. Isso é melhor para os dois e já vem de muito tempo, está certo assim.*

- *O rapaz prefere casar-se com uma mulher virgem porque aí ele tem certeza de que foi o primeiro, e que a mulher é só dele. Mulher que já teve experiência antes, quem é que pode confiar? (Realidade, Jan.1973).*

Oswaldo Consíglío, de 22 anos, é outro jovem apresentado na reportagem. Filho de operário e já trabalhando como operário, ele também aparenta rebeldia, é irritadiço, cabeludo, usa barba grande e ruiva, mas a rebeldia para por aí. Ele planeja casar com uma moça virgem e ter filhos e não permite que sua namorada use minissaia.

A única jovem apresentada não é identificada pela revista, pertence a uma turma de debutantes e afirma que espera manter-se virgem até o casamento. Acha natural que o homem tenha experiências sexuais pré-conjugais e considera a prostituição um “mal necessário” para a manutenção da moral das boas famílias.

Observando as opiniões dos jovens citados na reportagem, o professor Paulo Dutra, diretor complementar do Ministério de Educação e Cultura, sintetiza o objetivo desses jovens: - *A maior aspiração do jovem é sair direto da escola para um bom emprego e logo encontrar uma moça, virgem, para com ela constituir família (Idem).*

Constatando a falta de informação do público sobre a sua própria sexualidade, as revistas analisadas apresentam uma preocupação didática em algumas de suas reportagens e até em propagandas. A *Cláudia*, por exemplo, apresenta, em 1964, a reportagem “Planejamento da natalidade” com informações sobre novos métodos para o planejamento familiar.

De caráter informativo, a reportagem explica como se processa o ciclo menstrual, quais os hormônios liberados na 1ª e 2ª etapas do ciclo para chegar ao fato de que a medicina moderna considera que os hormônios combinados em porções balanceadas podem impedir a concepção. É, enfim, o anticoncepcional. Claramente educativa, a reportagem explica que eles não eliminam a fertilidade e conclui afirmando:

Como é natural, a simples presença dos medicamentos para esse fim causa polêmicas, controversias. Nosso objetivo, porém, é apenas o de explicar o que representam e demonstrar como atuam, para que cada pessoa esteja apta a formar sua própria opinião a respeito deste assunto empolgante (Cláudia Jan./1964).

A pílula foi um fator de mudanças no comportamento da mulher, mas o processo não atingia todas as classes sociais. Havia, contra ela, o temor dos efeitos colaterais, ainda não totalmente conhecidos, e o preconceito, pois podia servir de instrumento de promiscuidade. A Igreja era contra. A pílula demorou a se popularizar.

Uma reportagem realizada no então Estado da Guanabara, entre 1965 e 67, mostrava que 76% das quatro mil mulheres ouvidas usavam todos os tipos de velhos anticoncepcionais — dos diafragmas à raspagem do útero —, menos as pílulas (Ventura, 1988, p.35).

Um artigo de *Veja* em 15 de outubro de 1969 constata que o maior problema dos novos produtos femininos no Brasil é a falta de informação. Diz o artigo: O problema da maioria é não saber usar os produtos. Por isso, as grandes revendedoras montam um esquema de demonstradoras. O artigo se refere a grandes empresas de cosméticos como Coty, Helena Rubenstein e Avon, que montam um esquema de demonstradoras para garantir o sucesso de suas vendas.

Mas não é só na área de cosméticos que se observa essa preocupação com a falta de informação das mulheres acerca do uso dos produtos. Essa mesma preocupação didática pode ser observada de forma bastante evidente, desde a década de 1950, através da publicidade de absorventes femininos. Na *Revista do rádio* (1955) a propaganda de Modess tinha o cuidado de informar, através de ilustração, como a cliente deveria posicionar o absorvente em sua roupa íntima. O mesmo tipo de informação pode ser observado até o início da década de 1980, na propaganda que explica o uso correto do absorvente interno o.b., da Johnson & Johnson.

Pensando na necessidade de educar para a sexualidade, a sociedade discute, então, a inserção da educação sexual nas escolas. O assunto “sexo” era uma pauta polêmica mas imprescindível nas mudanças que se anunciavam.

Existe a moda hippy, a filosofia hippy, a música hippy, o modo de viver hippy. Que fenômeno é este? O que querem, o que fazem os hippies? Esta reportagem conta quem são estes jovens estranhos, que oferecem flores aos soldados que os espancam, que pintam o corpo como selvagens e que espalharam pelo mundo sua palavra de ordem

“FAÇAM AMOR NÃO GUERRA”

Tudo começou há um ano. Em São Francisco da Califórnia, no dia 14 de janeiro de 1967, uma grande cadeia de rádio anunciou: “Amanhã, grande reunião das tribos, no terreno de pólo da avenida. Tragam sininhos, plumas, flores, tambores, colares, flautas, crianças, qualquer outra coisa, você mesmo”.

No dia seguinte, na hora anunciada, eles começaram a chegar, barbudos, floridos, as noções oferecendo flores aos que passam, queimando incenso, plantando os rostos uns aos outros. Aparentemente a polícia não compareceu, mas eles sabem que estão sendo vigiados: “Se você der com um sujeito que não sorri, então é um tira”. À noite, Allan Ginsberg, o poeta *beatnik*, de pé num estrado em frente do oceano Pacífico, começa a cantar uma ladainha hindu, acompanhado pela multidão que toca suas cítaras e tambores. A explosão hippy aconteceu naquele momento. E desde então vem assombrando a América e o mundo.

Quem são eles, como vivem, o que pensam do mundo, da vida, do sexo, do amor? Sociólogos e psicólogos muito já falaram sobre o fenômeno, mas o que acha o próprio hippy disso tudo?

Marie-Mireille Bigorie, garota francesa que foi estudar filosofia nos Estados Unidos, estava em São Francisco naquela noite. O movimento dos hippies nasceu diante de seus olhos.

Hoje, após ter vivido durante um ano todos os momentos daquele estranho mundo, Marie-Mireille é mais do que nunca hippy:

— Ser “hip”, antes de tudo, é ser um amigo do homem, um homem, não violento e apaixonado pela vida. Um ser que ama, autêntico e honesto, que coloca a liberdade acima da autoridade, a criação acima da produção, a cooperação acima da competição. Pouco importa se tem a cabeça raspada ou cabeleira de louco.

Figura 12 – Página inicial da reportagem “Faça amor, não guerra”. Fonte: Revista Realidade, Fev./1968.

A tradução de “Sexus” de Henry Miller, lançada em 1967, por exemplo, provocou uma corrida ao tema no mercado, o que indica interesse e busca por esclarecimento.

Nada mais discutível hoje do que essa “Revolução Sexual”. Vista à distância, ela lembra mais uma explosão de vontade e intenções do que de realizações. Provavelmente falava-se e escrevia-se mais do que se fazia sexo. Como em geral só se fala de liberdade na sua ausência, a liberação era mais aparente do que real (Ventura, 1988, p. 34).

Carmem da Silva demonstra, através de suas crônicas, que as formas de pensar e exercer a sexualidade mudavam não só conforme as classes sociais, mas de acordo com a faixa etária. Ela conclama as mulheres para mudar sua atitude:

Cortemos o cordão umbilical, livremo-nos de culpas imaginárias e assumamos nosso papel social junto de nossos homens - e não contra eles. Até mesmo para ser o repouso do guerreiro é preciso estar a seu lado no campo de batalha (Cláudia, Mar./1964).

Essa mudança, no entanto, é mais visível nas mulheres mais jovens. As mulheres maduras, na faixa dos 40 anos, por exemplo, ainda estavam muito presas aos tabus do passado e a uma santificação da maternidade, o que dava ao homem o alibi de que precisava sair de casa para buscar nas prostitutas o que sua mulher não podia lhe oferecer.

Entre as mulheres mais jovens, protagonistas das mudanças, um dos Ícones da liberação feminina no Brasil foi Leila Diniz. Ela trouxe a público os aspectos mais Íntimos da feminilidade: a sexualidade e a maternidade. Estes aspectos foram expostos, criticados, elogiados, divulgados pela mídia. Carmem da Silva é responsável pelo perfil de Leila Diniz apresentado na revista *Realidade*. A entrevistadora, que a princípio se posicionava de forma reticente, enquanto esperava a atriz, atrasada para o encontro num bar carioca, aos poucos desfaz a impressão que tinha da artificialidade de Leila Diniz e se encanta com sua personalidade mutável. “Olhos de Leila, boca de Leila”, perfil de Leila, é o título da entrevista elaborada por Carmem da Silva cuja chamada afirma:

Ela tem pouco mais de 1,60 m, é professora, já foi “casada” diversas vezes e agora está grávida. Ela tanto pode ser a boboca do júri de um programa de televisão, como a artista responsável e talentosa do cinema e do teatro, e também a mulher que diz que o negócio é dormir com todo mundo (Realidade, Abr. /1971).

A entrevistadora define a atriz como uma pessoa “em movimento”, em plena ebulição, abrindo-se para descobertas, gestando transições, tratando a todo vapor de metabolizar experiências, investigar o sentido das coisas (Realidade, Abr. /1971).

Leila, diz ela, sintetiza como ninguém mais, as transformações que a vida feminina vai imprimindo à sociedade. A ânsia por liberdade em todos os sentidos, na escolha da profissão, nas atitudes, na vida sexual. Uma mulher que busca e, nessa busca, dá voltas, corta caminhos, atropela certezas, se contradiz.

Em meio à intensa discussão na imprensa, diante de uma revolução sexual, o que as fontes apresentam são, ainda, atitudes de conflito e de contradição. Ao mesmo tempo em que algumas mulheres desafiam a opinião pública expondo seu corpo, seu desejo, sua feminilidade, outras se preocupam em mascarar as experiências de sua própria sexualidade.

“Mas, doutor, será que na noite de núpcias ele não vai perceber?” (*Realidade*, Mar./1971). A pergunta, ansiosa, parte da jovem Marília, de 23 anos. Ela passa por uma cirurgia plástica para reconstituição do hímen. Elemento que considera fundamental para que consiga a felicidade tão sonhada: o casamento. Marília já perdera outros noivos por não ser mais virgem. Queria tentar ser feliz reconstruindo o seu passado à custa da reconstrução do hímen.

A personagem Ana Clara está sempre a repetir que não hesitará em fazer uma cirurgia que lhe restitua a virgindade e a credibilidade diante da sociedade. Principalmente diante do suposto noivo milionário e de sua família.

Ano que vem meu amor. Você já foi rico viu tudo. E eu. Ai é que está. Fico virgem, pomba. Caso com o escamoso destranco a matrícula e faço meu curso. Brilhante. Nas férias viajo pra comprar coisas ele já disse que adora viajar aquele. Ab que coincidência porque eu também. Operação fácil, Loreninha me empresta. Vai comigo (Telles, 1998b, p. 45).

A reconstituição do hímen não era considerada uma cirurgia ética pelo conselho de medicina a não ser que a defloração tivesse sido ocorrida de forma traumática, ou a ausência do hímen fosse um caso congênito. Mas o que o artigo “Ser virgem é muito importante. Muito”^v, da revista *Realidade* revela, é que muitas jovens recorriam a esse tipo de cirurgia e esclarece: 47 processos de anulação de casamento foram iniciados em 1970, em São Paulo, tendo por pretexto o defloramento da mulher ignorado pelo marido.

Essa é a terceira maior causa, na época, de pedidos de anulação de casamento. O homem não admite que outro tenha desvirginado a mulher que ele possui.



Figura 13 – Capa da revista Realidade de Março/ 1971.

A virgindade no Brasil, nos anos 1970, pode ser interpretada como uma exigência legal. O artigo 219 do Código Civil brasileiro previa a possibilidade de anulação do casamento se o marido não soubesse do defloramento da mulher. A revista *Realidade* reproduz este artigo na íntegra:

Considera-se erro essencial: I - o que diz respeito à identidade do outro cônjuge, sua honra e sua fama, sendo esse erro tal que o seu conhecimento ulterior torna insuportável a vida em comum do cônjuge enganado; II - a ignorância de crime inafiançável anterior ao casamento, julgado por sentença condenatória; III - a ignorância anterior ao casamento de defeito físico irremediável ou moléstia grave transmissível, por contágio ou herança, capaz de por em risco a saúde do outro cônjuge ou sua descendência; IV - o defloramento da mulher ignorado pelo marido (Realidade, Mar./1971).

O artigo coloca no mesmo patamar um crime cometido antes do casamento, um defeito físico irremediável, uma doença contagiosa e a perda da virgindade. Ou seja, dá uma clara demonstração de que a sociedade brasileira percebia a virgindade como um bem inalienável, só o marido tinha a permissão de anulá-la. O hímen, de fato, não pertenceria à mulher, mas ao homem com quem ela se unisse. O jurista Afrânio Peixoto, comenta a paixão ocidental pela virgindade feminina:

O hímen, que não influi em nenhuma função fisiológica ou psicológica, ganha valor cultural, moral, fetichista. A adoração do hímen tem origem antiga, quando o homem buscava elementos para provar seu direito de posse sobre a mulher. Isso ligado, também, à propriedade: a inocência da noiva e a castidade da mulher garantiriam que o homem não teria entre seus filhos - os herdeiros de seus bens - um filho de outro homem. Resultado: a membrana ganhou um significado transcendental (Realidade, Mar.1971).

A perda da virgindade assusta as moças da época, principalmente as de classe social mais baixa, Marília; a moça citada na reportagem; vem do interior de São Paulo; é estudante; mas seu maior sonho é o casamento, Ela acha que não conseguirá realizá-lo sem a cirurgia de reconstituição.

- Perdi a virgindade muito cedo. Os rapazes do cursinho pareciam inteligentes, bacanas, tudo aquilo que eu não era. Representavam; para mim; um novo mundo. E eu queria fazer parte desse mundo, entende? Queria casar com um deles. Foi por isso que me entreguei. A partir daí, minha vida virou um inferno. Os rapazes, quando ficavam sabendo que eu não era mais virgem, só me queriam para programa (Realidade, Mar. 1971).

A questão gera atitudes diversas das mulheres. Marília tem vergonha de seu ato. Vergonha de ter perdido a virgindade, vergonha de ter feito a cirurgia mas, acima de tudo, tem medo. Medo de que o seu noivo descubra a verdade. Na foto que apresenta a reportagem, ela surge com o rosto escondido entre as mãos. O que se percebe é a enorme pressão que a sociedade exerce sobre as mulheres para que mantenham a virgindade a qualquer custo, inclusive a custo de sua saúde psicológica. A mesma reportagem que apresenta Marília, também traz a figura de outra mulher: Maria Elizabeth.

Maria Elizabeth é uma bela mulher de 31 anos, independente, como ela mesma se define, que trabalha como secretária e fala várias línguas. Sua experiência com a sexualidade; no entanto; é permeada pelo medo, Ela se mantém virgem à custa de evitar qualquer envolvimento com o mundo masculino.

- Não sinto que estou perdendo nada. Ensinarão-me que a virgindade é um tesouro a ser guardado, e não consigo passar por cima disso. Sou muito religiosa, e a religião ordena a castidade absoluta. Obedeço (Realidade, Mar./1971).

Mas a consciência religiosa de Maria Elizabeth funciona muito mais como uma válvula de pressão. Ela não admite a possibilidade de contato físico com qualquer homem, teme perder o controle. Ela admite que vive uma contradição, espera um príncipe encantado, mas tem medo dos homens. A educação familiar reforçou esse medo. Na infância a mãe lhe ensinava que os homens poderiam seduzi-la com bombons narcotizados. A educação de Maria Elizabeth reprimiu nela a expressão da afetividade, da sexualidade e ela, aparentemente, se conforma com isso. Mas, podemos perceber, através do seu discurso, o medo. Ela não nega a experiência sexual por pura consciência, ela desenvolveu um mecanismo de defesa que prevê a manutenção de sua virgindade a qualquer custo, inclusive da sua felicidade pessoal. Ela anestesiou sua sexualidade para poder viver em paz com a sociedade.

- Tive dois namorados na vida. O primeiro, aos dezanove anos. Um dia, ele me beijou. Fiquei paralisada, depois levantei a mão e dei-lhe uma bofetada. Não preciso dizer que ele desapareceu. Eu também não seria capaz de olhá-lo. Depois, com 27 anos, tive uma paixão enorme. Quase não deixava ele me tocar. Beijar, podia. Não muito, bem entendido. Pegar na mão, também podia. Só. Quem não evita excitações, acha difícil parar. Pelo menos, penso assim. Acabei o namoro quando descobri que o rapaz não passava de um cafajeste. Não prestava. Era um Dom Juan, vivia

cheio de dívidas, bebia. Agora, só consigo simpatizar com rapazes. Nada de amor. Mas ainda espero encontrar alguém. Sou toda contraditória mesmo (Realidade Mar./1971).

O debate sobre a virgindade é um tema constante na mídia durante essas duas décadas. Em outubro de 1963 a revista *Cláudia* apresenta os resultados de uma pesquisa que investiga as opiniões das mulheres acerca das experiências pré-conjugais. A pesquisa, elaborada a pedido das leitoras, serviria de contraponto a uma outra realizada em fevereiro de 1963 em que a revista, junto com o IBOPE, entrevistara os homens acerca de sua opinião sobre as experiências sexuais das mulheres antes do casamento. Os resultados dessa primeira pesquisa, da qual não consegui maiores dados, apontaram que 70% dos entrevistados mantinham a opinião de que a mulher só poderia ter experiências sexuais após o casamento.

Para a segunda amostragem, o IBOPE entrevistou 320 mulheres de classe média entre 18 e 35 anos no Estado da Guanabara e na capital de São Paulo. Em contrapartida, *Cláudia* endereçou a 300 de suas leitoras de igual nível social e das mesmas localidades, um questionário idêntico ao do IBOPE. 215 leitoras (174 de São Paulo e 41 da Guanabara) responderam, o que elabora um universo final com a opinião de 535 mulheres.

A maioria das mulheres, 38%, mantinha a noção de que só os homens deveriam ter experiências sexuais pré-conjugais. Mas o número era bem inferior ao contingente masculino de 70%. Ou seja, o questionário parece demonstrar uma mudança gradual no comportamento feminino. As leitoras comentaram as suas respostas e, entre aquelas que eram favoráveis ao tabu, predominavam as razões de caráter social e econômico; além do acatamento à tradição e aos princípios religiosos.

- Embora eu admita que a emancipação da mulher deva estender-se até o comportamento sexual, no âmago do meu ser continuo com os mesmos arraigados sentimentos de meus antepassados - declara uma solteira de 25 anos, católica (Cláudia, Out./1963).

A leitora não sabe se segue sua consciência ou sua religiosidade. Por via das dúvidas, prefere seguir o padrão proposto pela sociedade, para evitar problemas. Outra leitora vai além, projetando as conseqüências negativas da perda da virgindade para depois do casamento: - *Porque o homem, o brasileiro principalmente, se a mulher não vier pura para o casamento, terá sempre dúvidas quanto a sua lealdade como esposa (Cláudia, Out./1963)*

O adjetivo “pura”, utilizado como metáfora para a virgindade, reproduz integralmente os valores morais impostos pela sociedade ao comportamento sexual feminino. A mulher não pode viver sua sexualidade antes do casamento sob pena de contaminar-se, tomar-se “impura”. A sexualidade, assim, adquire a marca indelével da sujeira, do pecado.

Enquanto defendem ou compreendem a manutenção da virgindade feminina até o casamento, as leitoras, por outro lado, admitem e exaltam a experiência masculina. Enquanto a mulher experiente arrisca-se a causar um “constrangimento” ao homem com quem casar, deixando-o inseguro; o homem que já teve experiências sexuais antes do casamento saberá orientar a esposa na vida em comum e transmitir-lhe mais segurança (Cláudia, Out./1963) na noite de núpcias.

O corpo feminino é algo, portanto, que não lhes pertence, pois as mulheres são seres voltadas não para si mesmas, mas para o outro. Como afirma Woolf (1985) as mulheres vêm servindo ao longo de vários séculos como espelhos que possuem a magia e o delicioso poder de refletir a figura dos homens com duas vezes o seu tamanho natural.

A virgindade feminina é, então, um legado que pertence ao homem a que ela se entrega de forma a reafirmar a sua virilidade e o seu poder social. A questão é polêmica e, em 1964, as cartas das leitoras de *Cláudia* continuam comentando a pesquisa feita pela revista. Andréa Alessandra, de São Paulo, escreve:

Sou uma jovem de 21 anos a quem muita gente dá apenas 17 [...] Fiquei triste ao ver nas pesquisas sobre experiência, s pré conjugais a ausência de um espiritualismo sincero e bem fundamentado; enfim, ninguém mais sabe o que é pureza [...] Ao invés de ser “escrava do desejo”, a mulher que sabe controlar seus impulsos de paixão é senhora de si, dona de todo seu ser - isto é admirável! [...] Mas em uma coisa dou razão às outras: a honra de uma mulher não reside só na castidade - isto é ridículo, absurdo. A honra reside na dignidade, na compreensão, no amor ao próximo e na vontade firme de encontrar o caminho certo e uma vez encontrado, nele permanecer (Cláudia, Jan./1964).

Outras cartas, na edição seguinte, ampliam a polêmica, seja em defesa das experiências pré-conjugais, seja contra a sua discussão nas folhas de revistas. Tânia, do Rio Grande do Sul, alerta:

Acho que todos nós devemos ter nossas experiências pré conjugais para que se evite um acidente tão comum, tão conhecido por todos nós, que é o desajuste sexual [...] Por que não se dá a devida atenção ao assunto? .. (Cláudia, Fev./1964).

Mais duas cartas revelam como o assunto incomoda a todos os setores da sociedade. Um dos leitores, o padre Valério Alberton de Curitiba, só compreende a intenção da revista em tocar no assunto, se o seu caráter for didático, induzindo as jovens a se guardar para o casamento e demonstrando os “perigos” da promiscuidade pré-conjugal.

Nunca escrevemos diretamente aos senhores, certamente porque nunca nos chegou reclamação como esta agora. Folbeeí, pessoalmente, seus últimos números. Salvo alguns senões, acho que a revista não contribui para rebaixar ainda mais a moral feminina. Pelo contrário, eleva-a o mais das vezes a par de ministrar sadia recreação. Por isso mesmo estranhamos o artigo Experiências pré-conjugais como um ataque direto à virgindade e um incitamento velado à corrupção ... Não creio ter sido esta a intenção do seu autor [...] Suponho que a intenção foi despertar a atenção das moças de hoje para a necessidade de autodefesa, que se garante, não com a ignorância, mas com uma sadia e bem orientada Educação Sexual [...] Basta examinar o resultado do inquérito: se, por um lado, assusta e decepciona, por outro lado mostra a grande necessidade de hoje no assunto em foco [...] (Cláudia, Fev./1964).

Uma outra leitora, mais radical, é Amarilis Cavalcanti, de Catende, em Pernambuco, que, definitivamente, só aceita o sexo após o “santo matrimônio”, qualquer outra alusão a ele está fora de cogitação:

A pureza e a santidade do sexo e do casamento devem começar na juventude: antes do casamento. A incontinência e as aberrações sexuais na mocidade podem constituir a causa pregressa de desilusões e desentendimentos do lar e do casamento [...] Cada jovem deve fazer um voto solene e firmar o propósito consigo mesmo e perante Deus de conservar íntegro o seu corpo e inviolável o seu sexo perante o altar do casamento. (Cláudia, Fev./1964).

As opiniões radicais, as atitudes extremas, a favor ou contra a experiência sexual da mulher antes do casamento, são presenças constantes na imprensa nas décadas de

1960 e 1970, mas uma questão atravessa essa temática: a necessidade de uma reavaliação dos padrões sexuais.

A revista Realidade publica, em 1967, um número inteiramente dedicado à mulher. A seção “Brasil pergunta”, na última página, questiona: A mulher deve ser virgem ao casar? Duas mulheres de destaque respondem: Sarita Campos, radialista e Eneida, escritora. A primeira defende a virgindade, porque, diz ela, seria ideal para um homem que sua futura esposa fosse pura e virgem, embora ela reconheça que nem todas as virgens sejam puras. Ainda assim, ela afirma: A moça noiva deve se fazer respeitar pelo noivo, a namorada pelo namorado, a mulher pelo homem (Realidade, Jan./1967). Para a radialista, a manutenção da virgindade seria, antes de tudo, uma questão de respeito por si mesma e de si em relação à sociedade.

A escritora Eneida, cujo sobrenome não é citado, pensa a situação de um ponto de vista mais dialético. Ou seja, ela responde não à virgindade, mas pondera quanto ao preconceito excessivo da sociedade brasileira:

Aqui, a mulher brasileira ainda não se libertou. (...) Ainda mais, e isso chega até a ser engraçado? O homem virgem (raro aliás) é olhado com desprezo e nojo. Mas na mulher, a virgindade é obrigatória. Só mesmo numa sociedade como a nossa, ainda dominada pelos preconceitos, isso é compreensível. Digo compreensível, mas não admissível. O que um homem e uma mulher devem levar para o lar é a vontade de compreensão, entendimento, concessão. E para isso, é lógico, a virgindade é coisa que deixa de ser necessária (Realidade, Jan./1967).

O fato de o assunto gerar polêmicas, na época, indica uma necessidade de reformulação da visão social sobre a sexualidade. Uma reformulação que a imprensa denuncia, e que a sociedade acredita ter de partir da Educação. A grande maioria dos textos defende a ideia de que é preciso educar os jovens para evitar que eles cometam erros de que se arrependam depois, sejam esses erros de caráter moral, ou não.

A questão do amor e da sexualidade também é tema relevante nos dois romances de Lygia Fagundes Telles. Abordar a sexualidade através da revelação do desejo feminino é característica do século XX. As mulheres ousam falar do corpo masculino, de seus amores, de seu prazer e de seu desejo, causando repúdio da crítica, sendo relegadas a um papel menor no cânone literário, essencialmente masculino. A mulher ousa em Hilda Hilst, Adélia Prado, Ana Cristina César, Clarice Lispector e Lígia Fagundes Telles, entre outras, que souberam tratar este tema relativizando as fronteiras

entre erótico e pornográfico.

Em *Verão no Aquário* (1998a), a jovem Raíza vive a liberação da pílula anticoncepcional e o amor livre e indiscriminado que impera em um tempo ainda pré Aids (Síndrome da Imunodeficiência Adquirida). Marta e Raíza entregam o corpo a seus amantes enquanto sua alma amargurada reflete sobre amor e carência.

Raíza deseja ardentemente o complicado rapaz que visita a mãe. Ela desconfia de um romance entre eles mas, em seu desejo constante de superar a mãe, de apropriar-se do que nela lhe faz inveja, ela deseja o rapaz. Deseja, inclusive, ser a única capaz de fazê-lo subverter a decisão de tomar-se padre. A perda desse rapaz, que se suicida logo após um relacionamento físico com ela, será de fundamental importância para o amadurecimento de Raíza. O seu caso com Fernando, homem casado, jornalista já maduro, é experiência frustrante, pois ela reconhece que ambos não se amam. Ela está com ele para livrar-se da solidão, ele para ter o prazer de viver intensamente, quer fugir da rotina do casamento e não percebe que caíra em outra rotina, a do sexo sem emoção, sem prazer.

Sentei-me na cama. Enrolei-me no lençol. - Estamos nos decompondo nesta farsa.

Fernando afastou o lençol e acariciou meu seio na gruta da mão. Beijou-o mansamente.

-Que foi que você disse, amor?

- Que é melhor nos separarmos já. Vá-se embora, Fernando, e não me procure nunca mais (Telles, 1998a, p. 53).

Raíza mantém seus relacionamentos para fugir à solidão, que ela não consegue suportar. Tanto que se contradiz na continuação desse mesmo diálogo. Arrepende-se imediatamente de ter mandado o amante embora, não quer ficar só, precisa da segurança de uma companhia:

- Fernando, não vá ainda, espera!

- Raíza querida, estou atrasadíssimo, depois falamos ...

- Não, não, tem que ser agora!

Acho que estou bêbada, não se importe com o que eu disse, guarde só isto, eu te amo! Eu te amo! (Telles, 1998a, p. 53)

Em *As Meninas* (1998b), percebemos três situações específicas nas três personalidades que se apresentam. Lorena é a virgem, suave e frágil. Deseja ardentemente entregar-se a um amor verdadeiro, mas ainda não o encontrou. Ela se incomoda com o fato de manter-se virgem numa época de tantas libertações, quer entregar-se ao homem que supõe amar, médico casado, que nunca aparece. Ela passa horas, dias, à espera de seu telefonema, que nunca vem. Seu desejo é reprimido pela sua incapacidade de ir à luta, de buscar. Na verdade, não consegue se entregar. Foge do mundo. Prefere vê-lo de sua janela. Enquanto espera, relembra a descoberta da sexualidade. Sozinha, ao piano ou no banho, Lorena revela o seu desejo.

O jorro quente caiu no meu peito com tamanha violência que escorreguei e ofereci a barriga. Da barriga já pisoteada o jato passou para o ventre e quando abri as pernas e ele me acertou em cheio senti num susto a antiga exaltação artística, mais forte embora dessa vez não tivesse o piano. Fechei os olhos quando Felipe cruzou e recruzou meu corpo com sua moto vermelha, Felipe, o do blusão preto e moto. Escondi nas mãos a cara querendo fugir e ao mesmo tempo colada ao fundo da banheira com água subindo destemperada, já me cobria inteira, as borbulhas rebentando no meu queixo” por que não abri o ralo? Saciada e insaciada ela (ou eu) pedia mais, a boca. Penetrou me, encachoeirada, tapou-me o nariz, pronto, vou morrer! Pensei num salto. Fugi aos pulos. Era o amor? Era a morte? Uma coisa só, respondi num verso (Telles, 1998b, p.21).

Lorena vivencia o desejo, mas prefere fugir. Revela, afinal, a frase cristalizada da mãe em sua mente “O tesouro de uma moça é a virgindade”. Ela tem medo de decepcionar a mãe e, na verdade, o que realmente deseja é casar da forma mais tradicional possível. Quer um noivo.

Me concentro para fazer desfilar todos os argumentos de Dão contra o casamento. Argumentos fraquíssimos, acho o casamento a melhor coisa do mundo, eu me casaria com M. N. em vinte mil igrejas e cartórios (Telles, 1998b, p. 197).

Lia tem um namorado e amante. Preso político, de quem ela aguarda a libertação fazendo planos de viver com ele. E sofre, enquanto aguarda, por imaginar o que seu companheiro enfrenta na prisão.

Ó, Miguel, “segure as pontas”, você disse. É o que procuro fazer. Mas às

vezes fico oca, está vendo? Não sei explicar mas é duro demais cumprir a rotina, queria ser presa, ficar no seu lugar, por que não fui presa em seu lugar? Queria morrer (p. 14).

Servindo de apoio para um rapaz perseguido pela Ditadura, Lia se envolve e o inicia sexualmente. Seus diálogos e sua experiência com o amigo, Pedro, demonstram uma mulher segura de sua sexualidade.

Ele me beija e soluça de aflição e raiva, o sexo confundido. Tenbo que tomar a iniciativa, vai fracassar de emoção e ficar desesperado. Vamos, Pedro. Não é nenhuma porta do Diabo, sussurro ao seu ouvido e rimos juntos. Também não é de Deus é só uma porta, entre. Explodiu em esperma e choro agudo (p. 136).

Ela se relaciona com o rapaz como um gesto de amizade, nada mais. Ao terminar, sob as juras de amor do amigo ela só consegue dizer-lhe para ir procurar sua menina. Quanto a ela, aguarda Miguel, a quem realmente ama.

A experiência de Ana Clara com sua sexualidade é diametralmente oposta à de suas amigas. Ela aceita, a contragosto, o papel de objeto de desejo. No entanto, só consegue perceber esse caminho, na busca por uma promoção social. Foi através de sua beleza que ela sempre conseguiu amizades além da esfera social em que se originou. Sua beleza trouxe um trabalho, o de modelo. É com sua beleza que ela pretende conquistar o casamento com o homem rico e, com ele, mudar definitivamente seu *status*.

A sexualidade neste romance é também uma marca social; enquanto uma das meninas se mostra mais liberada sexualmente, a outra prende-se à sua sexualidade no intuito de aproveitar-se disso como meio de promoção social, mas o papel de “gostosa” é aceito com dificuldades, custa a descer por sua garganta. Ana Clara sofre a todo momento por saber que o sexo sempre foi motivo de exploração nos seus relacionamentos, desde o Dr. Algodãozinho, que usava ela e à mãe. Ela não associa o sexo ao prazer, mas à dor, e não pára de reclamar o fato de não conseguir se entregar totalmente nem mesmo a quem ama.

Max eu te amo. Eu te amo mas não sinto nada nem com você nem com ninguém. Faz tempo que já não sinto nada. Travada. Tinha outra palavra que ele gostava de dizer qual era mesmo? Esse Hachibe. Como vou sentir prazer com aquele escamoso se com este daqui que eu amo [...] (Tel1es, 1998b, p. 33).

As personagens de Lygia Fagundes Telles sugerem representações diversas da sexualidade. Para Raíza e para Lia as experiências sexuais são representadas como uma forma de aprendizado. A sexualidade travada de Ana Clara parece o reflexo de uma culpa, de seu desespero, da falta de oportunidades sociais, ou seja, de contingências que extrapolam a vontade da personagem.

O aborto é um outro tema presente na imprensa da época. Mas, como o procedimento é ilegal no Brasil, os meios utilizados para perder a criança põem em risco a vida das mães. A revista *Realidade* apresenta, em 1968, uma reportagem sobre o tema que questiona:

Por que uma mulher pratica aborto? O motivo parece ser quase sempre o mesmo, em qualquer lugar do mundo: medo. Medo do parto, por ignorância ou má experiência em partos anteriores. Medo da sociedade, quando se trata de mãe solteira. Medo de não poder sustentar o filho que vai nascer. Algumas temem que a gravidez agrave sua saúde já frágil, outras vivem conflitos conjugais e acham que o filho comprometerá ainda mais o casamento fracassado. Mulheres nestas condições sofrem um drama psicológico terrível (Realidade, Jun.1968).

A reportagem afirma que é maior, no Brasil, o número de mulheres casadas que provocam o aborto do que o de solteiras, mas o drama destas é mais complicado. Maria Amélia, apresentada na reportagem, usou do artifício de virar um anel no dedo como uma aliança para poder ter coragem de ir ao laboratório pedir um exame de confirmação da gravidez. Ela tem dezenove anos, é estudante da Faculdade de Economia e adiar a decisão de fazer o exame por medo:

- Minha família jamais me aceitaria como mãe solteira. Saí do laboratório, sentei-me no banco de uma praça e chorei durante horas. Não tinha ninguém com quem falar. A ele não procuraria de modo algum havíamos chegado a um ponto em que nossas relações eram agressivas e mentirosas. Não gostávamos mais um do outro. Com certeza, ele me mandaria fazer a operação. Por isso decidi resolver sozinha, se houvesse alguma complicação [...] Ainda não acreditava que pudesse estar grávida. Depois que fui ao laboratório, fiquei mais calma alguns dias, como se tudo estivesse resolvido. Mas logo a angústia voltou. Eu precisava ir buscar o resultado do exame. Então, se estivesse grávida [...]

- *Maria Amélia hesita, não quer dizer a palavra, mas diz;*

- *Um aborto. Isto não me saía mais da cabeça (Realidade, Jun./1968).*

O aborto era uma prática comum em todo o mundo, atesta a reportagem. Só no Brasil ocorria uma média de 500 mil abortos por ano. Mas não era uma decisão fácil. De qualquer forma, optar por ele, seria incorrer em crime previsto pelo Código Penal em vigor (artigos 124, 125 e 126) com pena de um a três anos de detenção tanto para a gestante quanto para quem o realizasse. A lei levou a prática à marginalidade e a marginalidade levou as mulheres a situações de extremo risco. As clínicas clandestinas não ofereciam condições apropriadas para o procedimento cirúrgico e cobravam muito caro. Maria Amélia, aparentemente, não tem problemas financeiros, mas foi impedida de pagar em cheque, a clínica só aceitava dinheiro em espécie.

O anticoncepcional, que poderia ser um método eficiente para evitar esse drama ainda não estava totalmente disseminado no país. Além disso, ainda não era totalmente seguro e barato para ser de acesso a todas as camadas sociais. As que não podiam arcar com as despesas de uma clínica, então, usavam de métodos “domésticos” como agulhas de tricô, sondas, estiletos introduzidos no útero, causando ferimentos e danos às vezes irrecuperáveis, quando não levavam à morte por hemorragia e infecção.

No problema, que é da mulher, está envolvida a própria sociedade, que é essencialmente do homem. E é esta sociedade masculina que estabelece as condições, os meios, as leis sobre o assunto, sem querer comprometer-se muito com ele (Realidade, Jun./1968).

O drama psicológico muitas vezes supera os traumas físicos do procedimento. Maria Amélia, por exemplo, chega a sentir nojo de si mesma:

- *Não consegui dormir naquela noite. Imaginava uma coisa crescendo, crescendo e explodindo dentro de mim, uma coisa repugnante. Não suportava o contato de minha própria pele, tinha nojo dela. Levantei-me várias vezes para olhar-me no espelho. Tinha impressão de que minhas feições estavam se transformando num rosto grosseiro e mau (Realidade, Jan./1968).*

O drama moral de Maria Amélia tem raízes não só nos preconceitos sociais, mas na sua própria formação cristã. A Igreja Católica pune o aborto com excomunhão, pois acredita que o óvulo passa a ter alma no momento em que é fecundado. Qualquer procedimento, então, que interrompa esse processo seria assassinio.

A legalização do aborto é tema polêmico no Brasil até hoje, em 2002, na entrada do século XXI. Mesmo que se tenha constatado, já na década de 1960, que, nos países que o legalizaram, o número de mortes de mulheres tenha diminuído muito, apesar da maior incidência de abortos, a sociedade ainda hesita. O assunto ainda é tabu. E a sexualidade está cada vez mais presente na vida feminina, cada vez mais cedo. O prazer sexual, algo moralmente interdito à mulher, começara a ser descoberto, conquistado, reivindicado durante essas duas décadas. Ainda cheio de medos, tabus, gerando traumas e consequências danosas, pela falta de educação e conhecimento. Mas já representando uma mudança.

A história possível

Nas mulheres que escrevem hoje vivem as mães e avós que esconderam diários, vive também a experiência do livre exprimir-se, assim como vive a ambigüidade face ao que se está sendo. Rosíska Darcy de Oliveira (1993)

Acredito que aprendemos com a experiência daqueles que nos antecederam. Através da memória dessa experiência, mesclada à nossa própria experiência pessoal no meio e no tempo histórico em que vivemos, construímos, aos poucos, o nosso próprio perfil. Ele se estabelece em nível de interdependência com todos esses fatores, e é através desse perfil, que vemos e somos vistos pelos outros, pela sociedade. Assim, pesquisar a história de um passado, distante ou recente, é construir um pouco da nossa própria história.

Quem nasceu, como eu, em 1969, quando pensa sobre as décadas de 1960 e 1970, o faz através de imagens estereotipadas: a barriga de Leila Diniz, a viagem à lua, as ações dos guerrilheiros de esquerda. Até bem pouco tempo, essas duas décadas surgiam em minha mente através de um caleidoscópio de imagens que incluíam Beatles, Hair, Hippies, Vietnã, Raul Seixas, Caetano Veloso, tortura, militares. Imagens confusas mas, acima de tudo, em movimento, imagens de transformação. Afinal, foram as décadas do amor livre, da experimentação, da “viagem” e do “papo-cabeça”.

Vivi, menina, o período mais fechado da Ditadura. Lembro da obrigatoriedade de participação nas homenagens semanais à bandeira, todos nós, alunos de escola pública, postados em frente ao mastro, mão direita sobre o peito, mão esquerda nas costas, cantando seriamente o Hino Nacional. Não entendíamos o porquê da obrigatoriedade, odiávamos ficar postados sob o sol, não decorávamos o hino e, muitas vezes, apenas macaqueávamos com os lábios os versos que saíam do aparelho de som da escola. Mas éramos obrigados a amar a pátria, assim como éramos obrigados a desfilar por ela no dia da independência.

Vivi também o processo de abertura, participei ativamente das eleições de 1982. Participei como integrante de um comitê do único partido de oposição, o PMDB. Eu era, ainda, uma menina, mas me admirava e me espantava com o medo das pessoas diante do assunto política. Visitava os bairros populares de Natal (RN) via que as pessoas evitavam falar do assunto, fugiam dos candidatos de oposição, tinham medo dos comunistas. A imagem mental que eu fazia em relação à resistência delas era a de

uma enorme cortina de metal, intransponível, que impedia essas pessoas de pensar a política como tomada de decisões, retomada dos destinos do país. Mas eu não tinha ideia, ainda, disso como uma das conseqüências da Ditadura.

Compreender melhor esse período da história do país e, dessa forma, da minha história, foi importante elemento motivador na realização desta pesquisa. Reconheço ser essa uma história muito recente, mas visitá-la através de romances e de revistas me fez entender muito mais o que vivo e me fez perceber que muitas das questões que a sociedade discute hoje, já faziam parte da vida das pessoas na época.

Fui ao passado buscar a história das mulheres e tentar entender os obstáculos, as derrotas e as vitórias no percurso que fez com que a mulher chegasse ao que é hoje. Nessa busca, percebi que todos os elementos que estruturam a sociedade se enlaçam formando um tecido em que fica difícil, para o pesquisador, perceber os fios individuais que formam essa trama. Fica difícil definir a qualidade e a quantidade desses fios. Tento, aqui, uma configuração, em que pesam o meu ponto de vista e os elementos que pude extrair dos textos lidos acerca do período. É evidente que muitas lacunas ainda restaram, mas é impossível compreender um período histórico em todas as suas dimensões. De qualquer forma, a minha pretensão foi utilizar aspectos que depois se justificassem diante do objeto de minha pesquisa: a mulher.

As mulheres de hoje cobram de si mesmas um aprendizado e um percurso de autodescoberta que é também a descoberta do mundo, ocupando um lugar todo seu na história, no espaço social e no espaço da cultura. Nesse caminho de descoberta, voltar-se para o passado é tentar reconstruir os fios que teceram a história da mulher. Nesses fios inúmeras faces surgem, faces de mulheres que, com grandes ou pequenas ações, reafirmando ou questionando os padrões morais e sociais de sua época, deixaram as suas marcas, para que eu, hoje, pudesse compreender como se estabeleciam as relações entre a mulher, seu meio social, seu tempo. Como era a vida da mulher na família, como se dava a sua conquista por emprego, como elas reagiam e como era a reação da sociedade para aquelas que não seguiam os modelos impostos. Enfim, como era o seu estar no mundo.

Mulheres que viviam, então, a descoberta da pílula anticoncepcional, elemento fundamental na liberação da sua sexualidade. As primeiras experiências com a pílula vieram cercadas de medo, de desinformação, de resistências. Inconscientes dos mecanismos biológicos de seu sexo e do sexo oposto, as jovens das décadas de 1960 e 1970 recorriam, muitas vezes, ao aborto, em clínicas ilegais, ou através de métodos caseiros que podiam levar a danos irreversíveis ou à morte. E será que ainda não é possível afirmar que, ainda hoje, apesar das campanhas governamentais, apesar da

televisão, o mesmo acontece com muitas mulheres das classes mais desfavorecidas, carentes de informação sobre seu próprio corpo, sobre sua própria sexualidade?

Esta, assim como outras questões elaboradas ao longo deste trabalho, permanecerão sem resposta. Servirão de guias para a realização de outras pesquisas. Um estudo histórico, descobri, serve para esclarecer muitos acontecimentos e, a partir deles, abrir outros caminhos e gerar muitas outras questões antes não pensadas pelo historiador. Dessa forma, a chama da pesquisa se mantém acesa para além do ponto final de um trabalho, gerando outras pesquisas, outros percursos a trilhar.

Pensando a sexualidade feminina, observo que a educação sexual era já um tema discutido pela sociedade entre as décadas de 1960 e 1970. As fontes indicam que a sociedade questionava as vantagens e desvantagens da entrada da educação sexual nos currículos escolares. Uma perspectiva educacional que hoje volta a ser tema de discussões através dos Parâmetros Curriculares Nacionais, propõe a discussão sobre a sexualidade na escola como tema transversal.

No período estudado, uma questão sobressai das fontes. A educação sexual não deveria começar em casa? Através do diálogo entre pais e filhos, os jovens poderiam aprender mais sobre si mesmos e sobre sua sexualidade. Mas como? As próprias fontes questionam. Uma barreira de preconceitos e de vergonha impedia o diálogo franco entre pais e filhos acerca do assunto. Ultrapassar essa barreira era uma conquista difícil visto que, além do pudor, era preciso construir um discurso que contornasse as diferenças entre as gerações, cada vez mais evidentes, pois esse foi um período em que, talvez, mais do que em outros anteriores, ser jovem significava rebeldia e experimentação.

A busca por novos paradigmas comportamentais, a busca por novos modelos, levava a experiências de todos os tipos, desde novos figurinos que celebravam a liberdade de cores e de movimento, até o uso de substâncias que se acreditava poder contribuir no processo de auto conhecimento. O uso de drogas se disseminava cada vez mais entre a juventude, e uma grande parcela dos jovens acreditava nelas como fator de autoafirmação e de negação do *status quo*. Muitos jovens não eram apenas usuários de drogas, agiam como propagadores de seu uso, procurando “fazer a cabeça” dos amigos, expressão que utilizavam para definir a militância exercida em prol de uma ideia política, comportamental e cultural.

As fotos, as reportagens, os livros do período, investigam a força da juventude no processo de construção da sociedade. Questionam a sexualidade desses jovens, as suas ideias, os seus interesses, a sua formação. Assim, investigar as décadas de 1960 e

1970, é investigar, também, o processo de construção do significado cultural e social da palavra juventude.

Por lidar com dois romances que utilizam como personagens principais mulheres jovens, vivendo muitos dos conflitos da juventude de seu tempo, pesquisar os jovens e, dentro desse grupo, as mulheres, também foi uma preocupação minha neste trabalho. Evidentemente, os jovens me interessam dentro de determinadas perspectivas, ou seja, sob o prisma das categorias que extraí das fontes analisadas e, sempre, diante das questões que se ligam à mulher. Como a história que me proponho a realizar parte de um ponto de vista relacional, me detive em alguns aspectos gerais que diziam respeito à juventude da época, de forma a recortar, dentro dessa configuração, os aspectos da vida feminina.

Grande parte dos movimentos sociais e culturais do período foram dirigidos pela e para a juventude. Embalados pelo rock, pelas baladas de estilo folclórico ou pela música de protesto, os jovens se organizavam, a princípio, nas escolas e nas universidades, depois nas ruas, por novas formas de educação, por uma nova postura diante da vida, por uma nova sociedade e acreditavam que podiam mudar o mundo. Os movimentos de contracultura tiveram um grande impacto sobre a música e a literatura do país. A poesia marginal e o tropicalismo denotam alguns dos elementos da nova postura da juventude, nas roupas, nos novos instrumentos, na forma despojada de lidar com a palavra e nas experimentações sonoras e visuais.

A juventude foi uma grande força mobilizadora do período em destaque. Logo após a instauração da Ditadura foi, também, a primeira parcela da sociedade a sentir o poder repressor do Estado através das intervenções nas escolas e nas universidades e dos confrontos diretos com a polícia, que levaram à morte de muitos estudantes e causaram cenas de intensa comoção social. O enterro do estudante Edson Luiz, morto em confronto com a polícia no restaurante Calabouço, no Rio de Janeiro, em 1968, é um exemplo vivo desse período de intensos conflitos, pois transformou-se em uma passeata que reuniu milhares de pessoas contra a Ditadura.

A organização dos jovens dentro dos espaços educacionais foi, aos poucos, se transformando e saiu de dentro das escolas e universidades para se assumir o caráter de movimento político, ideológico, muitas vezes através de movimentos de guerrilha. Muitos dos líderes políticos de hoje nasceram dentro desses movimentos de esquerda. A educação, portanto, representa, também um importante aspecto de investigação dessa história. E, aqui, tento visualizar como se deu a participação feminina nesses movimentos.

Durante as décadas de 1960 e 1970 vários fatores modificaram o panorama educacional do país. A Ditadura gerou a censura que minou as forças dos movimentos estudantis organizados. O país também passou por diversas reformas oficiais, muitas delas orquestradas pelos acordos do Brasil com os Estados Unidos que, sob vários aspectos, colaboraram com a Ditadura Militar no país. Os acordos MEC/USAID tiveram como maior alvo os movimentos estudantis e, para isso, geraram importantes mudanças na estrutura dos estabelecimentos de ensino em todos os níveis. Mudanças que repensaram a posição dos profissionais de ensino; a participação dos estudantes e da sociedade como um todo na gestão desses estabelecimentos; a própria estrutura administrativa dessas instituições; assim como as grades curriculares e o sistema de cumprimento de disciplinas.

Essas modificações e as perseguições políticas regulamentadas pelo AI-5 e pelo Decreto-Lei 477 tiraram muitos dos profissionais de educação e estudantes do país que, quando não foram assassinados pela polícia, partiram para o exílio.

Ao longo das duas décadas, com o recrudescimento da Ditadura, os estudantes foram obrigados a operar na clandestinidade ou, simplesmente, a evitar o assunto política. No final da década de 1970, quando já se iniciava um lento processo de abertura política no Brasil, as fontes já apontam a renovação desses movimentos de caráter estudantil que começavam a atuar novamente de maneira ainda tímida.

Dentro desse panorama de movimento constante, a presença da mulher era ainda tímida, as universidades já se abriam a classes mistas, mas o acesso ao nível superior estava cada vez mais difícil. Nos movimentos estudantis, poucas mulheres conseguiam cargos de destaque, na maioria das vezes elas funcionavam como elemento de apoio às principais figuras dos movimentos, os homens. Serviam, por exemplo, como disfarce, falsas namoradas ou esposas nos esconderijos. Da mesma forma eram utilizadas pelas forças de repressão da Ditadura. Mas, apesar de em menor número, há presença feminina dentro desse espaço público, o que já representa uma mudança em andamento.

Evidentemente, essa mesma força de mudança, trazia em si, um movimento em sentido inverso, de permanência de valores. Essas forças antagonônicas digladiavam na sociedade e surgem nas fontes através dos perfis contraditórios que os próprios jovens assumem quando, por exemplo, vestem-se de forma ousada mas reproduzem, integralmente, os valores paternos ao desejar constituir uma família tradicional. No caso dos homens, conseguir um bom emprego, casar-se com uma moça virgem, ser o chefe da casa. No caso das mulheres, através dos relatos daquelas que, amedrontadas pela perda da virgindade antes do casamento, buscam as clínicas de cirurgia plástica

para fazer a reconstituição do hímen. Ou daquelas cujas cartas ou depoimentos revelam o desejo ou a necessidade de abandonar os estudos ou o trabalho ao casar, porque o noivo não permite que ela trabalhe, porque ela não pode ser mais instruída que o companheiro, porque ela mesma deseja ser apenas uma boa dona de casa, esposa e mãe.

A infraestrutura familiar é outro elemento que também passa por importantes mudanças ao longo das duas décadas em destaque. O acesso cada vez maior da mulher ao espaço público causa uma revisão dos papéis da mulher dentro da família. Algumas mulheres passam a reivindicar de forma cada vez mais organizada o direito por maior espaço e por novos papéis sociais. Enquanto muitas mulheres temem perder a segurança que o lar proporciona, e preferem manter-se submissas aos maridos, mesmo traídas e infelizes. Outras preferem assumir a atitude ousada de separar-se, o que, no período podia significar uma total exclusão social. Das fontes surgem histórias de mulheres que foram expulsas de igrejas, ignoradas pelos familiares, afastadas dos clubes, levadas até ao suicídio, pela culpa de não conseguir manter o casamento.

Ao mesmo tempo, os movimentos feministas representam uma grande força de renovação. O questionamento dos papéis sexuais na família e na sociedade ganha as páginas das revistas como a guerra dos sexos. A mulher busca a igualdade de direitos, os homens reivindicam a manutenção dos papéis. Aos poucos, as mulheres surgem nas fontes donas do seu destino, indivíduos em ação: chefes de família, profissionais de sucesso, mães solteiras por opção.

Aos poucos, elas surgem na mídia, em propagandas, artigos, reportagens, como figuras que também fazem parte do espaço público. Mulheres que assumem cargos políticos, mulheres que fazem sucesso na TV não só como atrizes e símbolos sexuais, mas nos bastidores, como escritoras e roteiristas. A década da mulher, que inicia, para a ONU⁸ em 1975, Ano Internacional da Mulher, gera inúmeras batalhas, inúmeras conquistas na elaboração de novos modelos femininos, na quebra de velhos paradigmas da feminilidade.

As mudanças mantêm o curso apesar das forças de avanço e de recuo que atuam, como sempre atuarão, na sociedade. Mas as mudanças, uma vez iniciadas, evoluem em direção ao que vivemos hoje, em direção ao que a mulher representa hoje para a família e para a sociedade.

São essas forças em eterno diálogo, em eterno processo dialético que constroem

8 Organização das Nações Unidas.

a configuração de um período histórico. Perceber a mulher nessa configuração é buscar reconhecer, através das fontes, a existência de vários perfis femininos, de mulheres cujos anseios e opiniões variam de acordo com fatores como raça, classe social e nível cultural.

Por isso, procuro em cada um desses fios que desenrolo, perceber a presença feminina, seja através de figuras que se destacaram, seja através de personagens anônimas que deixaram o seu testemunho, a sua imagem, parte da sua história registrada nas fontes em que pesquisei.

Ao longo dessa pesquisa outras imagens foram se unindo ao meu caleidoscópio sobre as décadas de 1960 e 1970. Outras imagens que formam um colorido mosaico de descobertas, de conflitos, de transformações. Principalmente se me concentro nos aspectos que abordam a vida feminina. Como um retrato cubista, construí do em prismas que se complementam com diversas imagens do todo, é assim que se constitui esse panorama histórico. Não é uma história linear, não é a única história desse período. As fontes que pesquisei podem gerar inúmeras outras histórias, inúmeros outros prismas. Esta é a história possível diante da leitura que fiz das fontes, dos historiadores, das teorias. Esta é a minha história.

Referências

1. Obras da autora

- TELLES, Lygia Fagundes. Porões e sobrados. São Paulo: Companhia do Brasil, 1938
- _____. *Praia viva*. São Paulo: Martins, 1944.
- _____. *O cacto vermelho*. São Paulo: Mérito, 1949.
- _____. *Histórias do desencontro*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1958.
- _____. *Histórias escolhidas*. São Paulo: Martins, 1964.
- _____. *O jardim selvagem*. São Paulo: Martins, 1965.
- _____. *Antes do Baile Verde*. Rio de Janeiro: Bloch, 1970.
- _____. *Seminário dos ratos*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1977.
- _____. *Mistérios*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1981.
- _____. *Ciranda de Pedra*. 28 ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1984.
- _____. *A estrutura da bolha de sabão*. Rio de Janeiro: ova Fronteira, 1991.
- _____. *A noite escura e mais eu*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1991.
- _____. *Os melhores contos*. 7 ed. São Paulo: Global, 1977.
- _____. *Verão no aquário*. 11 ed. Rio de Janeiro: Rocco, 1998(a)
- _____. *As meninas*. 32 ed. Rio de Janeiro: Rocco, 1998(b)
- _____. *A disciplina do amor*. 9 ed. Rio de Janeiro: Rocco, 1998(c)
- _____. *As horas nuas*. 4 ed. Rio de Janeiro: Rocco, 1999.
- _____. *Invenção e Memória*. Rio de Janeiro: Rocco, 2000.
- _____. *Durante aquele estranho chá: perdidos e achados*. Rio de Janeiro: Rocco, 2002.

2.Periódicos

Abrealas – o feminismo na virada do século XIX / XX. Revista da REDEH – Rede de desenvolvimento Humano.

Cadernos de Literatura Brasileira. N.º 5. São Paulo: Instituto Moreira Salles. Março, 1998.

Cláudia. São Paulo: Abril, N.º 17 a 169. Edições publicadas entre fevereiro de 1963 e outubro de 1975.

Cult. Ano II, N.º 23, junho de 1999.

Época. São Paulo: Abril, 28 de maio de 2001.

Manchete. Rio de Janeiro Bloch, n.º 1.316 de 9 de julho de 1977.

_____. Rio de Janeiro: Bloch, n.º extra – edição comemorativa, 1982.

Maria Maria. Revista do UNIFEM – fundo de desenvolvimento das Nações Unidas para a Mulher. Ano 2. N.º 1 e 2.

Nova. São Paulo: Abril, N.º 68 de Maio de 1979.

_____. São Paulo: Abril, N.º 356, Janeiro de 2000.

Realidade. São Paulo: Abril, N.º 05 a 119. Edições diversas publicadas entre agosto de 1966 e fevereiro de 1976.

Revista do Rádio. Novembro de 1955.

_____. Março de 1956.

Travessia. Revista de Literatura. N.º29/30 Florianópolis: UFSC, 1995.

Veja. São Paulo: Abril. Edições diversas, publicadas entre 25 de setembro de 1968 e 23 de janeiro de 1974.

2.Livros

AFFONSO, Almino. *Raízes do golpe: a crise da legalidade ao parlamentarismo, 1961-1963*. São Paulo: Marco Zero, 1988.

ALOFF, Linda. *Escribir em los bordes*. Santiago do Chile, 1990.

ALMEIDA, Jane Soares de. *Mulher e educação: a paixão pelo possível*. São Paulo: Unesp, 1998.

ANDRADE, Carlos Drummond. *A rosa do povo*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1945.

BAKHTIN, Mikhail. *Marxismo e filosofia da linguagem*. São Paulo: Hucitec, 1987.

_____. *Questões de literatura e de estética*. 2 ed. São Paulo: Unesp/Hucitec, 1990.

BARTHES, Roland et al. *Masculino, feminino, neutro: ensaios de semiótica narrativa*. Porto Alegre: Globo, 1976.

BEAUVOIR, Simone de. *O segundo sexo*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.

BERTO, Luiz. *O romance da Besta fubana*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1984.

BEVILÁCQUA, Clóvis. *Código civil dos Estados Unidos do Brasil*. Vol. I. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1956.

BHABHA, Homi K. *O local da cultura*. Trad. Myriam Ávila et al. Belo Horizonte: UFMG, 1998.

BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertand Brasil/ Difel, 1989.

_____. *A dominação masculina*. Trad. Maria Hekena Küner. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999.

BRANCO, Lúcia Castello. *O que é escrita feminina*. São Paulo: Brasiliense, 1991.

BUITONI, Dulcília Helena Schroeder. *Mulher de papel: a representação da mulher na imprensa feminina brasileira*. São Paulo: Loyola, 1981.

BURKE, Peter (Org.). *a escrita da história: novas perspectivas*. 4 ed. Trad. Magda Lopes. São Paulo: Unesp, 1992.

_____. (Org.). *Variedades de história cultural*. Trad. Alda Porto. Rio de Janeiro:

Civilização Brasileira, 2000.

CÂMARA, Isabel. Fim. Apud: CAMPEDELLI, Samira Youssef. *Poesia marginal dos anos 70*. São Paulo: Scipione, 1995.

CAMARGO, Maria Rosa Rodrigues Martins de. Cartas adolescentes. Uma leitura e modos de ser... In: MIGNOT, Ana Chrystina Venancio et al. (Org.). *Refúgios do eu*. Florianópolis: Mulheres, 2000, p. 203 a 228.

CAMBI, Franco. *História da pedagogia*. Trad. Álvaro Lorencini. São Paulo: Unesp, 1999.

CAMPEDELLI, Samira Youssef. *Poesia marginal dos anos 70*. São Paulo: Scipione, 1995.

CAMPOS, Augusto de. *Balanço da bossa e outras bossas*. 3 ed. São Paulo: Perspectiva, 1978.

CANDIDO, Antonio. *A educação pela noite e outros ensaios*. São Paulo: Ática, 1987.

CARMO, Paulo Sérgio do. *Culturas da rebeldia: a juventude em questão*. São Paulo: SENAC, 2001.

CAROZZA, Elza. *Esse incrível jogo do amor*. São Paulo: Hucitec, 1992.

CAVALCANTE, Ilane Ferreira. Uma proposta de leitura de Lygia Fagundes Telles. In: MORAIS, Arisnete Câmara de. *A mulher em nove versões*. Natal: EDUFRN, 2001, p. 51-62.

CERTEAU, Michael de. *Invenção do cotidiano*. 4 ed. Trad. Ephraim Ferreira Alves. Petrópolis: Vozes, 1999.

CÉSAR, Ana Cristina. *Literatura e Mulher: essa palavra de luxo*. In: Almanaque, n° 10, s/d.

_____. *A teus pés*. 9 ed. São Paulo: Brasiliense, 1993.

COSTA, Albertina de Oliveira. *Subsídios para a análise da política do governo brasileiro com relação à mulher no período 1975-1984*. São Paulo: Conselho Estadual da Condição Feminina, 1985.

COSTA, Cláudia Lima. *Situando o sujeito do feminismo: o lugar da teoria, as margens e a teoria do lugar*. In: Travessia. Revista Literária. N° 29/30, 1995.

CHARTIER, Roger. *A história cultural: entre práticas e representações*. Lisboa: Difel, 1990.

- _____. *A ordem dos livros*. 2 ed. Trad. Mary Del Priore. Brasília: Editora da UnB, 1999.
- _____. *Cultura escrita, literatura e história*. Porto Alegre: Artmed, 2001.
- CHEVALIER, Jean & GHEERBRANT, Alain. *Dicionário de símbolos*. 7 ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1993.
- CUNHA, Luiz Antonio. *Educação e desenvolvimento social no Brasil*. 10 ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1988.
- DELEUZE, Giles. *Proust e os signos*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1987.
- DUARTE, Constância Lima. *Literatura feminina e crítica literária*. In: GAZOLLA, Ana Lúcia Almeida (Org.). *A mulher na literatura*. Vol. I: 70 a 79. Belo Horizonte: Anpoll/Vitae/UFMG, 1990.
- DUBY, Georges. Prefácio à história da vida privada. In: VEYNE, Paul (Org.). *História da vida privada: do império romano ao ano mil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- ECO, Umberto. *Sobre os espelhos e outros ensaios*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1989.
- ELIAS, Norbert. *Introdução à sociologia*. Trad. Maria Luiza Ribeiro Ferreira. São Paulo: edições 70, 1970.
- _____. *A sociedade de corte*. Trad. Pedro Sússekind. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.
- EURÍPEDES, ET al. *Tragédias*. Trad. Alberto Guzik. São Paulo: Abril cultural, 1980.
- FERNADES, Sílvia. *Grupos teatrais: anos 70*. São Paulo: Unicamp, 2000.
- FRIEDAN, Betty. *A mística feminina*. Trad. José Vaz Pereira. Lisboa: Ulisseia, 1967.
- GALVÃO, Ana Maria de Oliveira. *Problematizando fontes em história da educação*. In: *Educação & sociedade*. Porto Alegre: UFRS/Faculdade de Educação, Vol. 21: 99, 118, Julho a Dezembro de 1996.
- GOLDEMBERG, Miriam. *Toda mulher é meio Leila Diniz*. São Paulo: Record, 1995.
- GONÇALVES FILHO, Antenor Antonio. *Educação e literatura*. Rio de Janeiro: DP&A, 2000.
- GURGEL, Raimundo Nonato. *Luvas na marginalia: o narrador na poética de Ana Cristina César*. (Dissertação de Mestrado). Natal: UFRN, 1996.
- HABERT, Nadine. *A década de 70: apogeu e crise da Ditadura Militar brasileira*. 3 ed.

São Paulo: Ática, 1996.

HERMAN, Isak. *Gender & Knowledge elements of a postmodern feminism*. Cambridge: Polity Press, 1990.

HOLLANDA, Aurélio Buarque de. *Novo dicionário da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1975.

HOLLANDA, Heloísa Buarque de. *Impressões de viagem*. CPC, vanguarda e desbunde: 1960/70. São Paulo: Brasiliense, 1981.

LAJOLO, Marisa & ZILBERMAN, Regina. *A formação da leitura no Brasil*. São Paulo: Ática, 1999.

LOPES, Eliane Marta Teixeira. Pensar categorias em história da educação e gênero. In: *Projeto história*. São Paulo: n° 11, Novembro de 1994.

_____ & GALVÃO, Ana Maria de oliveira. *História da educação*. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

MANGUEL, Alberto. *Uma história da leitura*. Trad. Pedro maia Soares. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

MARCUSE, Herbert. *Eros e civilização*. Trad. Álvaro Cabral. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

MIELETINSKI, E. M. *Os arquétipos literários*. São Paulo: Ateliê, 1998.

MORAIS, Maria Arisnete Câmara de. *Leituras femininas no século XIX (1850-1900)*. (Tese de doutoramento) Universidade Estadual de Campinas: Faculdade de Educação, 1996.

_____. *Reminiscências*. In: Revista educação em questão. Vol. 7 (1/2): 149-154, janeiro a dezembro de 1997.

_____. *A leitura de romances no século XIX*. In: Caderno CEDES. Ano XIX, n. 45: 71-85, 2000.

_____. Relações de gênero: um tema posto na mesa. *Diário de Natal*. 30 de setembro de 2000.

_____. Relações sociais de gênero: um tema controverso. In: MORAIS, Maria Arisnete Câmara de. *A mulher em nove versões*. Natal: EDUFRRN, 2001, p. 9-12.

MURARO, Rose Marie. *Libertação sexual da mulher*. Petrópolis: Vozes, 1971.

- NAPOLITANO, Marcos. *Cultura brasileira: utopia e massificação (1950-1980)*. São Paulo: Contexto, 2001.
- NAVARRO, Márcia Hoppe. (Org.). *Rompendo o silêncio: gênero e literatura na América Latina*. Porto Alegre: Editora da Universidade - UFRGS, 1995.
- NICHOLSON, Linda J. (Compiladora). *Feminismo/posmodernismo*. Cambridge: Feminária, 1992.
- NOVAIS, Fernando A. (Coord.). *História da vida privada no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.
- NUNES, Clarice. História da educação: espaço do desejo. In: *Em aberto*. Vol. 9, Nº 47, Julho e setembro de 1990.
- _____. Uma leitura das práticas educacionais a luz da nova história cultural. In: *Revista educação em questão*. Vol. 6, n.2: 136-151, Janeiro a Dezembro de 1996.
- OLIVEIRA, Rosiska Darcy. *O elogio da diferença*. 3 ed. São Paulo: Brasiliense, 1993.
- PAES, Maria Helena Simões. *A década de 60: rebeldia, contestação e repressão política*. 4 ed. São Paulo: Ática, 1997.
- PAIVA, Vera. *Ervas, Marias, Liliths... as voltas do feminino*. 2 ed. São Paulo: Brasiliense, 1993.
- PAIXÃO, Sylvia. *A fala-a-menos*. Rio de Janeiro: Numen, 1991.
- PERROT, Michelle. *Os excluídos da história*. 2 ed. Trad. Denise Bottman. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
- PINTO, Cristina Ferreira. *O bildungsroman feminino: quatro exemplos brasileiros*. São Paulo: Perspectiva, 1990.
- POUND, Ezra. *A B C da literatura*. Trad. Augusto de Campos e José Paulo Paes. São Paulo: Cultrix, s/d.
- PRADO, Adélia. *Poesia reunida*. São Paulo: Siciliano, 1991.
- PRIORE, Mary De. (Org.). *História das mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 1997.
- REIS, Daniel Aarão. *Ditadura Militar, esquerdas e sociedade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

- RIBEIRO, Luis Filipe. *Mulheres de papel*. Niterói: EDUFF, 1996.
- ROCHA-COUTINHO, Maria Lúcia. *Tecendo por trás dos panos: a mulher brasileira nas relações familiares*. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.
- ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. *História da educação no Brasil*. 25 ed. Petrópolis: Vozes, 2001.
- ROSA, João Guimarães. *Grande sertão: veredas*. 20 ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.
- SEVCENKO, Nicolau. (Org.). *História da vida privada no Brasil*. Vol. 3. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- _____. *Literatura como missão*. 4 ed. São Paulo: Brasiliense, 1999.
- SHARPE, Peggy. (Org.). *Entre resistir e identificar-se*. Florianópolis: Mulheres, 1997.
- SHAKESPEARE, William. *Tragédias*. Trad. F. Carlos de Almeida Cunha e Oscar Mendes. São Paulo: Abril cultural, 1978.
- SCHUMAHER, Schuma & BRAZIL, Érico Vital (Org.). *Dicionário de mulheres do Brasil*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.
- SHWARCZ, Lília Moritz. (Org.). *História da vida privada no Brasil*. Vol. 4. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- SIMÕES, Maria Helena. *A década de 60*. 4 ed. São Paulo: Ática, 1997.
- SIMON, Iumna Maria & DANTAS, Vinícius. (Org.). *Literatura comentada: poesia concreta*. São Paulo: Abril, 1982.
- STAMATTO, Maria Inês Sucupira. Autores da história da educação brasileira: algumas considerações. In: *História da educação*. Coleção EPEN. Vol. I. Natal: EDUFRN, 1997, p. 71-81.
- TAVARES, Educação e imperialismo no Brasil. In: *Educação & sociedade*. Revista quadrimestral de ciências da educação. Ano II. N.º 7 – setembro de 1980. São Paulo: Cortez, 1980.
- TEIXEIRA, Anísio. *Educação no Brasil*. 3 ed. Rio de Janeiro: UFRJ, 1999.
- THÉBAUD, Françoise. (Org.). *História ocidental das mulheres*. Vol.5 – o século XX. Porto/São Paulo: EBRADIL/Edições Afrontamento, 1991.

VELOSO, Caetano. *Verdade tropical*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

VENTURA, Zuenir. *1968: o ano que não terminou*. 15 ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

WOOLF, Virgínia. *Um teto todo seu*. 2 ed. Trad. Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

ZWEIG, Connie. (Org.). *Mulher: em busca da feminilidade perdida*. Trad. Vera de Paula Assis, são Paulo: Gente, 1994.

IFRN
Editora ■■■■



Ilane Cavalcante é natural de Natal-RN, onde sempre viveu. Casada, é mãe de três filhos homens que são seus melhores versos. Durante muitos anos trabalhou como professora de literatura de língua portuguesa e de língua inglesa de uma universidade particular (UnP) e é, atualmente, professora de língua portuguesa do IFRN, atuando como Coordenadora de Cursos Superiores e Pós-graduação do Campus Educação a Distância. O trato com a literatura a estimulou ao prazer da palavra, levando-a a fazer seu Mestrado em Estudos da Linguagem com área de concentração em Literatura Comparada. O fruto dessa pesquisa foi publicado em 2009 no livro *O Romance da Besta Fubana: festa, utopia e revolução no interior do Nordeste*. Além dessa publicação, tem publicado em artigos em livros e periódicos e participado de eventos acadêmicos da área. Depois dessa publicação, o medo posto em armário, ousou também publicar seu primeiro livro de poemas, *Vestígios*, pela Editora do Sebo Vermelho em 2009. Este livro que sai em público agora, é fruto de seu Doutorado em Educação, também realizado na UFRN.

Este livro é fruto da minha tese de doutoramento intitulada *Faces de mulher no Brasil das décadas de 1960 e 1970*. Nele, observo perfis de mulheres extraídos dos periódicos *Veja*, *Cláudia* e *Realidade* e de dois romances da escritora Lygia Fagundes Telles, *Verão no aquário* (1964) e *As meninas* (1973). Visitar, através dessas fontes, o passado, me fez entender os obstáculos, as derrotas e as vitórias que fizeram com que a mulher chegasse ao que é hoje. As mulheres de hoje, do nosso tempo, cobram de si mesmas um aprendizado e um percurso de auto-descoberta que é também a descoberta do mundo, ocupando um lugar todo seu na história, no espaço social e no espaço da cultura. Nesse caminho de descoberta, voltar-se para o passado é tentar reconstruir os fios que teceram a história da mulher. Nesses fios inúmeras faces surgem, faces de mulheres que, com grandes ou pequenas ações, reafirmando ou questionando os padrões morais e sociais de sua época, deixaram as suas marcas, para que eu, hoje, pudesse compreender como se estabeleciam as relações entre a mulher, seu meio social, seu tempo. Como era a vida da mulher na família, como se dava a sua conquista por emprego, como elas reagiam e como era a reação da sociedade para aquelas que não seguiam os modelos impostos. Enfim, como era o seu estar no mundo. Como um retrato cubista, construído em prismas que se complementam com diversas imagens do todo, é assim que se constitui esse panorama histórico. Não é uma história linear, não é a única história desse período. As fontes que pesquisei podem gerar inúmeras outras histórias, inúmeros outros prismas. Esta é a história possível diante da leitura que fiz das fontes, dos historiadores, das teorias. Esta é a minha história.

